



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ

PPA
PLANO
PLURIANUAL
2020 - 2023



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

PRESIDÊNCIA

Desembargador **JOAO GUILHERME LAGES MENDES**

COORDENAÇÃO

PAULO CESAR DO VALE MADEIRA

Juiz Auxiliar da Presidência

ALESSANDRO RILSONEY DIAS DE SOUZA

Diretor-Geral

ELABORAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

Assessoria de Planejamento e Organização - ASPLAN

ROSYWAN CANTUÁRIA DA SILVA FERREIRA

Diretor

EQUIPE

AUGUSTO CÉSAR ALBERTO NERI

JOB DUARTE MORAIS

JOUDSON MEDEIROS DE OLIVEIRA

APOIO

WELLISON LUIS SANTOS DA SILVA

Secretaria da Corregedoria

TASSIA BRANDÃO FREIRE

Diretora do Departamento de Compras e Contratos

SUZIVALDO DE ALMEIDA MONTEIRO

Departamento Administrativo - DA

MARCO ANTÔNIO CAMPOS SOARES

CRAVEIRO

Departamento de Informática e Telecomunicações – DEINTEL

DIEGO FRANÇA DA SILVA

Departamento de Gestão de Pessoas - DEGESP

GLÁUCIO MACIEL BEZERRA

Departamento Financeiro - DEFIN

LUIZ HENRIQUE PARANHOS BARBOSA

Departamento de Sistemas - DESIS

BERNADETH CORREA FARIAS

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

PAULO FERNANDO BATISTA GUERRA

Escola Judicial do Amapá - EJAP

ADELSON ARMANDO MARQUES

ANDERSON

Secretaria de Gestão Processual Eletrônica - SGPE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1. PANORAMA DO PODER JUDICIÁRIO DO AMAPÁ.....	7
1.1 – Identificação das UnidadesOrçamentárias	7
1.2 – Competências Institucionais das Unidades Orçamentárias	7
1.3–Atuação Jurisdicional do Tribunal de Justiça	9
1.3.1 –Promoção do Direito e da Cidadania: desempenho jurisdicional do Tribunal de Justiça	15
1.3.1.1 –Desempenho do 1º Grau de Jurisdição	17
1.3.1.2 - DesempenhodosJuizados Especiais.....	22
1.3.1.3 –Desempenho daTurma Recursal	25
1.3.1.4 – Desempenho do 2º Grau de Jurisdição	27
1.3.1.5 – Desempenho dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos - CEJUSCs.....	29
1.3.2 – Desempenho Nacional do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá	30
1.3.2.1 - Metas Nacionais	30
1.3.2.1.1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS	36
1.3.2.2 - Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus):	39
1.3.3 – Macroprocessos de Apoio	40
1.3.3.1 - Gestão de Pessoas:	40
1.3.3.2 – Gestão da Infraestrutura, Materiais e Serviços.	40
1.3.3.3 – Autocontrole da Gestão:	41
1.3.3.4 - Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação:	42
1.3.3.5 –Planejamento e Gestão Orçamentária/Financeira:	43
1.3.4 – Resultado Finais Requerido pela Sociedade.....	44
2. DIMENSÃO ESTRATÉGICADO PLANO PLURIANUAL	47
2.1 – A Estratégia Nacionaldo Poder Judiciário.....	47
2.2 – A Estratégia do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá	49
2.2.1 –Visão, Missão e Valores do Tribunal:	49
Visão:	49
Missão:	50
Valores:	50
2.2.2 – Balanced Scorecard - BSC do TJAP	51
2.2.2.1 - Perspectiva: Aprendizado e crescimento.....	51
a - Objetivo Estratégico: Valorização e reconhecimento.....	51
a.1 -Indicadores e metas:	51
a.2 - Projetos e ações:	52
b -Objetivo Estratégico: Modernização.....	52
b.1 - Indicadores e metas:.....	52



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

b.2 - Projetos e ações:	52
2.2.2.2 - Perspectiva: Processos internos	52
a - Objetivo Estratégico: Simplificação	53
a.1 - Indicadores e metas:	53
a.2 - Projetos e ações:	53
b - Objetivo Estratégico: Captação e Gestão de recursos	53
b.1 - Indicadores e metas:	54
b.2 - Projetos e ações:	54
2.2.2.3 - Perspectiva: Clientes	54
a - Objetivo Estratégico: Transparência	54
a.1 - Indicadores e metas:	55
a.2 - Projetos e ações:	55
b - Objetivo Estratégico: Relacionamento	55
b.1 - Indicadores e metas:	55
b.2 - Projetos e ações:	55
2.2.2.5 - Perspectiva: Resultados	55
a - Objetivo Estratégico: Integração do sistema de justiça	56
a.1 - Indicadores e metas:	56
a.2 - Projetos e ações:	56
b - Objetivo Estratégico: Cidadania	56
b.1 - Indicadores e metas:	56
b.2 - Projetos e ações:	57
2.3 – Alinhamento do Plano Plurianual - PPA à Estratégia do Tribunal Justiça do Estado do Amapá	57
3. ESTRUTURAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL	60
3.1- Unidade Orçamentária 03101: Tribunal de Justiça	60
3.1.1 – Atributos dos Programas e Ações	60
3.1.1.1 – Programa 0052 - Gestão Judiciária e Administrativa:	60
3.1.1.1.1 – Atributos do Indicador do Programa 0052 - Gestão Judiciária e Administrativa:	61
3.1.1.1.2 – Atributos das Ações do Programa 0052 - Gestão Judiciária e Administrativa:	61
3.1.1.1.3 – Metas Físicas e Financeiras das Ações do Programa 0052 - Gestão Judiciária e Administrativa:	62
3.1.1.2 – Programa 0056 - Modernização e Governança em Tecnologia da Informação e Comunicação:	64
3.1.1.2.1 – Atributos do Indicador do Programa 0056 - Modernização e Governança em Tecnologia da Informação e Comunicação:	64
3.1.1.2.2 – Atributos da Ação do Programa 0056 - Modernização e Governança em Tecnologia da Informação e Comunicação:	65
3.1.1.2.3 – Metas Físicas e Financeiras da Ação do Programa 0056 - Modernização e Governança em Tecnologia da Informação e Comunicação:	66
3.1.1.3 – Programa 0059 – Estrutura Física do Tribunal de Justiça do Amapá:	67
3.1.1.3.1 – Atributos do Indicador do Programa 0059 – Estrutura Física do Tribunal de Justiça do Amapá:	67



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

3.1.1.3.2 – Atributos das Ações do Programa 0059 – Estrutura Física do Tribunal de Justiça do Amapá:.....	68
3.1.1.3.3 – Metas Físicas e Financeiras das Ações do Programa 0059 – Estrutura Física do Tribunal de Justiça do Amapá:	69
3.2 – Unidade Orçamentária 03301: Fundo de Manutenção e Reparelhamento da Justiça	71
3.2.1 – Atributos dos Programas e Ações do FMRJ	71
3.2.1.1 – Programa 0057 - Manutenção da Ordem Jurídica e da Paz Social	71
3.2.1.1.1 – Atributos do Indicador do Programa 0057 - Manutenção da Ordem Jurídica e da Paz Social:	71
3.2.1.1.2 – Atributos das Ações do Programa 0057 - Manutenção da Ordem Jurídica e da Paz Social:	72
3.2.1.1.3 – Metas Físicas e Financeiras das Ações do Programa 0057 - Manutenção da Ordem Jurídica e da Paz Social:.....	73
3.3 – Unidade Orçamentária 03302: Fundo de Apoio aos Juizados da Infância e da Juventude	74
3.3.1 – Atributos dos Programas e Ações do FAJJ	74
3.3.1.1 – Programa 0058 – Proteção Social Básica	74
3.3.1.1.1 – Atributos do Indicador do Programa 0058 – Proteção Social Básica	74
3.3.1.1.2 – Atributos da Ação do Programa 0058 – Proteção Social Básica.....	74
3.3.1.1.3 – Metas Físicas e Financeiras da Ação do Programa 0058 – Proteção Social Básica	75
3.4 – Resumo Geral das Metas Financeiras por Unidade Orçamentária	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
ANEXOS	79



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências o Plano Plurianual – PPA 2020/2023, do Poder Judiciário do Estado do Amapá, para que, aprovado no âmbito do Plenário desta Egrégia Corte seja encaminhado ao Poder Executivo para consolidação, e posterior apreciação do Poder Legislativo em cumprimento ao disposto no § 2º, do Art. 175, da Constituição Estadual.

É importante informar, que em sua essência o Plano foi concebido contendo as diretrizes, objetivos e metas da Administração do Judiciário Estadual para os próximos 04 (quatro) anos, sendo que os eixos temáticos que o compõem possuem um rígido alinhamento estratégico, tático e operacional com o Planejamento Estratégico Institucional 2015/2020, estabelecido pela Resolução nº 198/2014 – CNJ, com o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETIC, nos termos da Resolução nº 211/2015 - CNJ, e com o regramento disposto na Resolução nº 114/2010 - CNJ, que trata especificamente do Planejamento, Execução e Monitoramento de Obras no âmbito do Poder Judiciário.

Tecnicamente, as diretrizes estratégicas do referido Plano estão alicerçadas sob a égide de 05 (cinco) programas finalísticos, e 13 (treze) Ações sob a forma de projetos e atividades, especificando os respectivos valores, metas e unidades orçamentárias responsáveis pela realização das Ações.

É importante ressaltar, que o PPA 2020/2023, do Poder Judiciário, não foi concebido somente com a participação da Alta Gestão e da área técnica deste Tribunal, e sim, com a participação efetiva dos integrantes dos Comitês Temáticos, e de representantes da Associação dos Magistrados do Estado do Amapá – AMAAP, e do Sindicato dos Serventuários da Justiça do Estado do Amapá – SINJAP.

Para a construção do PPA 2020/2023, levou-se em consideração uma visão tímida de desenvolvimento econômico do Estado, dados sugeridos pela SEPLAN/GEA, estimam um cenário fiscal de crescimento das receitas estaduais na ordem de 6% (seis por cento) ao ano, considerando como metodologia a expectativa da inflação, acrescida ao comportamento do Produto Interno Bruto – PIB, no quadriênio em questão. Dentro dessa perspectiva, se torna essencial a busca incessante de parcerias com vistas a transferências voluntárias de recursos oriundos da esfera federal, para o financiamento de ações e projetos estratégicos constantes no PPA 2020/2023.

Esclareço ainda, que o PPA 2020/2023, é um Plano objetivo, coerente e muito claro, refletindo expectativas de melhoria contínua na prestação jurisdicional à sociedade amapaense, abordando as suas mais diversas representações.

Por fim, cabe destacar, que por se tratar de um instrumento de planejamento, a materialização dos compromissos assumidos dependem do montante de recursos alocados nas Leis Orçamentárias Anuais no período de vigência do Plano, ensejando, se necessário, definir prioridades no cumprimento das metas, tendo em vista os meios e os recursos disponíveis no orçamento operacional.

Desembargador JOÃO GUILHERME LAGES MENDES
Presidente do TJAP



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

1. PANORAMA DO PODER JUDICIÁRIO DO AMAPÁ

1.1 – Identificação das Unidades Orçamentárias

Quadro 1 – Códigos e Nomes das Unidades Gestores no Sistema SIPLAG

Poder Judiciário do Estado do Amapá	
Código SIPLAG	Nome
03101	Tribunal de Justiça
Código SIPLAG	
03301	Fundo de Manutenção e Reparelhamento da Justiça
Código SIPLAG	
03302	Fundo de Apoio aos Juizados da Infância e da Juventude

1.2 – Competências Institucionais das Unidades Orçamentárias

As competências do Tribunal de Justiça do Estado estão dispostas no Inciso I do artigo 96, combinado com o artigo 125 da Constituição Federal, bem como no artigo 133 da Constituição Estadual e nos artigos 13 e 14 do seu Regimento Interno.

O Fundo de Manutenção e Reparelhamento da Justiça – FMRJ tem por finalidade prover o fortalecimento financeiro do Poder Judiciário, mediante a administração de suas receitas extraordinárias, as quais destinar-se-ão ao reapearelhamento dos órgãos da Justiça Estadual e à respectiva manutenção.

O Fundo de Apoio aos Juizados da Infância e Juventude do Estado do Amapá – FAJII tem por finalidade prover de recursos financeiros os projetos e programas dos juizados de infância e da juventude das Comarcas do Estado do Amapá.

O Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, com sede na Capital do Estado e jurisdição em todo o seu território, compõe-se de 09 (nove) Desembargadores.

Na sua composição, quatro quintos dos lugares do Tribunal serão destinados a Juízes de Direito e um quinto será reservado a membros do Ministério Público Estadual com mais de dez anos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

de carreira, e a Advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais dedez anos de efetiva atividade profissional.

A Justiça Estadual, integrante da Justiça comum, tem por finalidade exercer a função jurisdicional. A jurisdição como função "expressa o encargo que têm o Tribunal de promover a pacificação de conflitos interindividuais, mediante a realização do direito justo e através do processo". A sua atividade finalística também se reflete no que expressa a sua missão "garantir cidadania plena por meio de um sistema de justiça integrado, ágil, efetivo e acessível".

O Tribunal de Justiça está presente em todos os municípios do Estado, reunindo a maior parte dos casos que chega ao Judiciário, já que se encarrega das questões mais comuns e variadas, tanto na área civil quanto na criminal.

Resumidamente, pra ficar mais simples para a sociedade que terá acesso a este Plano Plurianual: é o Tribunal para julgamento de ações de inconstitucionalidade das leis ou de atos normativos dos governos estaduais e municipais, além de julgar ações criminais e civis (incluindo-se as comerciais).

Do ponto de vista administrativo, o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá é estruturado em duas instâncias ou graus de jurisdição: integram o primeiro grau os Juízes de Direito, as Varas, os Fóruns, o Tribunal do Júri (encarregado de julgar crimes dolosos contra a vida), os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e suas Turmas Recursais.

Os Juizados Especiais, criados pela Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995, são competentes para procedimentos como conciliação, processamento e julgamento das causas cíveis de menor complexidade (aquisição de um produto defeituoso, por exemplo) e das infrações penais de menor potencial ofensivo, como ameaça e lesão corporal culposa. Por sua vez, as turmas recursais, integradas por Juízes, são encarregadas de julgar recursos apresentados contra decisões dos Juizados Especiais.

Já o segundo grau da Justiça Estadual é representado pelo Tribunal de Justiça. Nele os magistrados são Desembargadores, que têm entre as principais atribuições o julgamento de recursos interpostos contra decisões do primeiro grau.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

1.3–Atuação Jurisdicional do Tribunal de Justiça

Levando em consideração que os Macroprocessos podem ser entendidos como agrupamentos de processos necessários para a produção de uma ação ou desempenho de uma atribuição da organização, ou ainda, como grandes conjuntos de atividades pelos quais a organização cumpre sua missão, gerando valor para o cliente/cidadão/usuário e, considerando ainda, que os Macroprocessos finalísticos referem-se à essência da organização, caracterizam a atuação da organização e estão diretamente relacionados aos seus objetivos estratégicos e à geração de produto/serviço para o cliente interno ou externo, compreende-se que o Macroprocesso finalístico do Tribunal representa a prestação de serviços aos jurisdicionados, a qual se formaliza pela tramitação e julgamento dos processos judiciais, ou seja, está ligada a razão de sua existência.

Com base nas informações do Núcleo de Estatística do TJAP, 2018, que se fundamenta nos dados encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça para compor o Relatório Justiça em Números que demonstra a realidade dos tribunais brasileiros, com detalhamento da estrutura e **litigiosidade**, bem como indicadores e análises, foi elaborado o conjunto de informações deste item.

a) 1º Grau de Jurisdição: a primeira instância ou primeiro grau são as Varas ou Seções judiciárias onde atuam o Juiz de Direito. Essa é a principal porta de entrada do Judiciário. Grande parte dos cidadãos que entram com uma ação na Justiça tem o caso julgado por um Juiz na primeira instância, que é um Juiz chamado de singular (único), que profere (dá) a sentença (decisão monocrática, de apenas 1 magistrado).

b) 2º Grau de Jurisdição: no segundo grau, os Juízes, também chamados de Desembargadores, trabalham no Tribunal. São responsáveis por revisar os casos já analisados pelos Juízes singulares de primeira instância.

c) Juizados Especiais: os Juizados Especiais Cíveis servem para conciliar, julgar e executar causas de menor complexidade, que não exceda 40 salários mínimos. Os criminais conciliam, julgam e executam infrações penais de menor potencial ofensivo. São consideradas causas de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes com pena máxima de dois anos (Fonte: <http://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/juizados-especiais>. Consulta: em 02.10.2018).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

d) Turma Recursal: tem a função de julgar os recursos contra as decisões proferidas pelos Juízes dos Juizados. Funciona como instância **recursal** na estrutura dos Juizados Especiais.

O Tribunal de Justiça do Amapá é um tribunal classificado pelo Conselho Nacional de Justiça como de pequeno porte, em virtude de sua estrutura de pessoal e do volume de demanda judicial que recebe.

Para desempenhar suas atividades, a Justiça de Primeira Instância conta com os órgãos judiciais instalados, relacionados no Quadro abaixo, ratificando a presença e a prestação dos serviços aos jurisdicionados dos nossos municípios, inclusive com Postos Avançados. Além dessa estrutura, através da Itinerância Terrestre e Fluvial, o Judiciário amapaense faz chegar justiça e cidadania as comunidades mais longínquas do nosso Estado.

Quadro 2 - Composição das Comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá

1) Comarca de Macapá: - 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Varas Cíveis e de Fazenda Pública. - 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas de Família, Órfãos e Sucessões. - 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas Criminais. - 1ª Vara do Tribunal do Júri. - Vara de Execuções Penais – VEP. - Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas – VEPMA.	4) Comarca de Amapá: - Vara Única de Amapá. - Posto Avançado de Pracuúba.
Juizado da Infância e Juventude: - Juizado da Infância e Juventude – Área de Atos Infracionais. - Juizado da Infância e Juventude – Área Cível e Administrativa. - Juizado da Infância e Juventude – Área de Políticas Públicas e Execução de Medida Sócio educativas.	5) Comarca de Tartarugalzinho: - Vara Única de Tartarugalzinho.
Juizados Especiais: - Juizado Especial Norte. - Juizado Especial Sul. - Juizado Especial Cível Unifap. - Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. - Juizado Especial Criminal.	6) Comarca de Ferreira Gomes: - Vara Única de Ferreira Gomes. - Posto Avançado de Cutias do Araguari. - Posto Avançado de Itaubal do Pírim
Fórum Juizado Virtual: - 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas do Juizado Especial Cível Central. - Extensão Fama. - 1ª e 2ª Varas do Juizado Especial de Fazenda Pública.	7) Comarca de Calçoene: - Vara Única de Calçoene. - Posto Avançado do Lourenço.
Turma Recursal dos Juizados Especiais: - Gabinetes 1, 2, 3 e 4.	8) Comarca de Laranjal do Jarí: - 1ª, 2ª e 3ª Varas de Competência Geral. - Vara do Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública.
Mediação e Conciliação. Atendimento Pai legal e Registro Cidadão.	9) Comarca de Oiapoque: - 1ª e 2ª Vara de Oiapoque.
2) Comarca de Santana: - 1ª, 2ª e 3ª Varas Cível e Fazenda Pública - 1ª e 2ª Varas Criminal e Tribunal do Júri. - Vara da Infância e Juventude. - Juizado Especial Cível e Criminal. - Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.	10) Comarca de Porto Grande: - Vara Única de Porto Grande.
3) Comarca de Mazagão: - Vara Única de Mazagão.	11) Comarca de Vitória do Jarí: - Vara Única de Vitória do Jarí.
	12) Comarca de Pedra Branca do Amaparí: - Vara Única de Pedra Branca do Amaparí. - Posto Avançado de Serra do Navio.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

No propósito de alcançar a Missão do Tribunal, vale destacar a atuação dos **Centros Judiciários de Soluções de Conflitos – CEJUSCs**.

Os **CEJUCs** foram criados pela Resolução nº 125/2010-CNJ (art. 8º), pela Lei 13.140/2015 (art.24) e pelo Código de Processo Civil – Lei 13.105/2015 (art.165) e recentemente elevados à categoria de **UNIDADES JUDICIÁRIAS**, por meio da Resolução nº 282/2019 – CNJ, composta por seus gabinetes, secretarias e postos avançados, quando houver, devendo, doravante, ser incluído na lotação paradigma da Resolução nº 2019/2016-CNJ, o que por certo, poderá acarretar aumento de despesas com cargos e funções.

No Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, os CEJUSCs estão estruturados conforme relação demonstrada nos Quadros abaixo:

Quadro 3 – Relação de CEJUSCs da Capital

CEJUSC'S DA CAPITAL	
2º GRAU:	CASA DE JUSTIÇA E CIDADANIA:
<ul style="list-style-type: none">• Ato de criação: Resolução nº 1129/2017 (art. 11 a 13), de 16/02/2017, pub DJE nº 34/2017, em 16/02/2017. Resolução nº 1165/2017 (Regulamenta o funcionamento e os procedimentos do CEJUSC 2º GRAU), de 17/08/2017, pub DJE nº 154/2017, em 21/08/2017.• Endereço: Tribunal de Justiça do Estado do Amapá - Rua General Rondon, nº 1295 (2º andar) – Bairro: Centro - CEP 68900-911 - Macapá/AP.• Fones: (96) 3312-3300 – Ramal: 3346• Coordenadora: Desembargadora SUELI PEREIRA PINI• Supervisora: SÂMIA REGINA RIBEIRO CARDSO WALDI	<ul style="list-style-type: none">• Ato de criação: Portaria nº 012/2018-NUPEMEC/TJAP, de 19/01/2018, pub DJE nº 26/2018, em 06/02/2018• Endereço: Superfácil Zona Sul - Av. Claudomiro de Moraes, s/nº - Novo Buritizal - CEP 68904-001 – Macapá/AP• Fones: (96) 3312-3816 / 08000968532• Juíza Coordenadora: STELLA SIMONNE RAMOS• Supervisora: LUCILENE FIMA DE MIRANDA
CENTRAL FÓRUM:	BAILIQUE:
<ul style="list-style-type: none">• Ato de criação: art. 3º, da Lei Complementar Estadual nº 0077/2012, de 26/10/2012, altera o Decreto 069/1991 (Organização Judiciária)• Endereço: Fórum Desembargador LEAL DE MIRA - Av. FAB, nº 1737 (1º andar) - Bairro: Centro - CEP: 68906-906 - Macapá – AP –• Fones: (96) 3312-3400 – Ramal: 4566• Juíza Coordenadora: STELLA SIMONNE RAMOS Supervisora: ANA LUCIA ROCHA DA COSTA	<ul style="list-style-type: none">• Ato de criação: Portaria nº 011/2017-NUPEMEC/TJAP, de 04/08/2017, pub DJE nº 145/2017, em 07/07/2017• Endereço: Arquipélago do Bailique – Vila Progresso - Passarela Milonês Amanajás, s/nº - CEP 68913-000 – Distrito do Bailique, Município de Macapá/AP• Fones: (96) 3332-1163• Juiz Coordenador: ESCLEPIADES DE OLIVEIRA NETO (Titular da Vara da Justiça Itinerante)• Juiz Coordenador Auxiliar: Juiz designado para as Jornadas Itinerantes• Supervisora: ALDENOURA DOS REIS FIGUEIREDO
SETOR NORTE:	ZONA OESTE:
	<ul style="list-style-type: none">• Ato de criação: Portaria nº 014/2018-NUPEMEC/TJAP,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

CEJUSC'S DA CAPITAL	
<ul style="list-style-type: none">Ato de criação: Resolução nº 1128/2017-TJAP, de 10/02/2017, pub DJE nº 32/2017, em 14/02/2017Endereço: Av. Maria Cavalcante de Azevedo Picanço, s/nº - Infraero II - CEP 68.908-076 – Macapá/AP (acesso pela Rod.Norte-Sul – Prédio do TRE/AP – 10ª Zona)Fones: (96) 3312-3895 / 3312-3995Juiz Coordenador: MARCONI MARINHO PIMENTASupervisor: PEDRO PAULO DA CONCEIÇÃO	<ul style="list-style-type: none">de 06/04/2018, pub DJE nº 62/2018, em 06/04/2018Endereço: Superfácil Zona Oeste - Rodovia Duca Serra, Km 03, nº 887 - Bairro Cabralzinho – CEP: 68906-801- Macapá/APFone: (96) 3312-3813Juiz Coordenador: FÁBIO SANTANA DOS SANTOSSupervisora: MARLI DE FÁTIMA ANDRADE
MP ZONA NORTE (COMPLEXO CIDADÃO DO MP):	FACULDADE FAMA:
<ul style="list-style-type: none">Ato de criação: Resolução nº 1052/2016-TJAP, de 20/04/2016, pub DJE nº 81/2016, em 05/05/2016Endereço: Rua Adílson José Pinto Pereira, nº 2407 – Bairro: São Lázaro (Prédio do Ministério Público – Complexo Cidadão) – CEP: 68908-530 – Macapá/APFone: (96) 3312-3945Juiz Coordenador: MARCONI MARINHO PIMENTASupervisor: PEDRO PAULO DA CONCEIÇÃO	<ul style="list-style-type: none">Ato de criação: Ato Conjunto nº 404/2016-GP/CGJ/TJAP, de 18/07/2016, pub DJE nº 133/2016, em 20/07/2016Endereço: Campus da Faculdade de Macapá – FAMA - Rodovia Duque de Caxias, KM 06, Lagoa dos Índios, Campus FAMA, Bloco A - CEP: 68.906-720 – Macapá/APFone: (96) 3312-3809Juiz Coordenador: FÁBIO SANTANA DOS SANTOSSupervisor: LUIZ FERNANDO TITO DA SILVA
FACULDADE FAMAP:	JUIZADO SUL:
<ul style="list-style-type: none">Ato de criação: Resolução nº 1052/2016-TJAP, de 20/04/2016, pub DJE nº 81/2016, em 05/05/2016Endereço: Campus da Faculdade Estácio FAMAP - Núcleo de Prática Jurídica - Rodovia Juscelino Kubitschek, nº 501 – Bairro: Jardim Equatorial - CEP: 68.900-002 - Macapá/APFone: (96) 3198-0541Juíza Coordenadora: STELLA SIMONNE RAMOSSupervisora: LUCILENE FIMA DE MIRANDASupervisora Auxiliar e Coordenadora do NPJ FAMAP: ESTER ALMEIDA DE SOUZA	<ul style="list-style-type: none">Ato de criação: Resolução nº 1052/2016-TJAP, de 20/04/2016, pub DJE nº 81/2016, em 05/05/2016Endereço: Rua Claudomiro de Moraes, s/nº - Bairro: Novo Buritizal(Próximo a Escola Estadual Mário Quirino) – CEP: 68904-001 – Macapá/APFones: (96) 3242-0232 / 3242-3626Juiz Coordenador: NÃO DEFINIDOSupervisor: NÃO DEFINIDOOBS: CRIADO, MAS AINDA NÃO INSTALADO
FACULDADE CEAP:	JUIZADO UNIFAP:
<ul style="list-style-type: none">Ato de criação: Resolução nº 1052/2016-TJAP, de 20/04/2016, pub DJE nº 81/2016, em 05/05/2016Endereço: Campus da Faculdade CEAP – Núcleo de Prática Jurídica - Rodovia Duca Serra, Via 17, nº 350 – Bairro: Alvorada - CEP: 68.906-720 - Macapá/APFone: (96) 3261-2133Juíza Coordenadora: STELLA SIMONNE RAMOSSupervisora: LUCILENE FIMA DE MIRANDASupervisora Auxiliar e Coordenadora do NPJ CEAP: ALINE ISADORA COSTA CANTUÁRIA	<ul style="list-style-type: none">Ato de criação: Resolução nº 1052/2016-TJAP, de 20/04/2016, pub DJE nº 81/2016, em 05/05/2016Endereço: Campus da Universidade Federal do Amapá – UNIFAPRodovia Juscelino Kubitschek, Km 02 – Bairro: Jardim Marco Zero - CEP: 68903-419 - Macapá - APFone: (96) 3241-5677Juiz Coordenador: NÃO DEFINIDOSupervisor: NÃO DEFINIDOOBS: CRIADO, MAS AINDA NÃO INSTALADO
SIAC CENTRO - SUPERFÁCIL CENTRAL:	JUIZADO NORTE:
<ul style="list-style-type: none">Ato de criação: Portaria nº 015/2018-NUPEMEC/TJAP, de 09/04/2018, pub DJE nº 64/2018, em 10/04/2018Endereço: Rua Cândido Mendes, nº 623 – Bairro: Perpétuo Socorro – CEP: 68900-100- Macapá/APFone: (96) 3312-3815Juíza Coordenadora: STELLA SIMONNE RAMOSSupervisor: MARCIO JAIME DOS PASSOS PEREIRA	<ul style="list-style-type: none">Ato de criação: Resolução nº 1052/2016-TJAP, de 20/04/2016, pub DJE nº 81/2016, em 05/05/2016Endereço: Prédio da Justiça Federal - Rodovia Norte Sul, BR 210 – Bairro: Infraero II - CEP: 68908911 - Macapá/APFone: (96) 3312-3805Juiz Coordenador: NÃO DEFINIDOSupervisor: NÃO DEFINIDOOBS: CRIADO, MAS AINDA NÃO INSTALADO
DEFENAP – DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ:	SEPM (SECRETARIA DA MULHER):
<ul style="list-style-type: none">Ato de criação: Portaria nº 013/2018-NUPEMEC/TJAP, de 02/04/2018, pub DJE nº 116/2018, de 29/06/2018, pag. 14	<ul style="list-style-type: none">Ato de criação: Portaria nº 006/2017-NUPEMEC/TJAP, de 21/02/2017, pub DJE nº 37/2017, em 21/02/2017Endereço: Rua São José, nº 1570 – Bairro: Centro – CEP:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

CEJUSC'S DA CAPITAL	
<ul style="list-style-type: none">Endereço: Defensoria Pública do Amapá – DEFENAP - Rua Eliezer Levy, nº 1157 – Bairro: Centro – CEP: 68900-083 – Macapá/APFones: (96) 2101-8540 / 3131-2751Juíza Coordenadora: STELLA SIMONNE RAMOSSupervisor: DIOGO BRITO GRUNHO – Coordenador do Núcleo de Conciliação e Mediação da DEFENAP	<p>68.900-000 – Macapá/AP.</p> <ul style="list-style-type: none">Fone: (96) 3222-1646 / (96) 99145-3168 / 98112-3026Juiz Coordenador: Titular da Vara da Violência Doméstica de MacapáSupervisor: AINDA NÃO DESIGNADOOBS: CRIADO, MAS AINDA NÃO INSTALADO
JUIZADO CENTRAL:	CAMUF/MACAPÁ (Centro de Atendimento à Mulher e à Família):
<ul style="list-style-type: none">Ato de criação: Resolução nº 1052/2016-TJAP, de 20/04/2016, pub DJE nº 81/2016, em 05/05/2016Endereço: Fórum dos Juizados Virtuais - Rua Odilardo Silva, nº 1944-A – Bairro: Centro - CEP: 68.901-017 – Macapá/APFone: (96) 3312-3400Juiz Coordenador: NÃO DEFINIDOSupervisor: NÃO DEFINIDOOBS: CRIADO, MAS AINDA NÃO INSTALADO	<ul style="list-style-type: none">Ato de criação: Portaria nº 006/2017-NUPEMEC/TJAP, de 21/02/2017, pub DJE nº 37/2017, em 21/02/2017Endereço: Rua Rio Juruá, nº 816 - Bairro: Centro - CEP: 68900-000 – Macapá/APFone: (96)3223-7426Juiz Coordenador: Titular da Vara da Violência Doméstica de MacapáSupervisor: AINDA NÃO DESIGNADOCoordenadora do CAMUF/MACAPÁ: NÃO DEFINIDOOBS: CRIADO, MAS AINDA NÃO INSTALADO

Quadro 4 – Relação de CEJUSCs do Interior

COMARCAS DO INTERIOR:	
STN – SANTANA:	MZG – MAZAGÃO:
<ul style="list-style-type: none">Ato de criação: Resolução nº 1052/2016-TJAP, de 20/04/2016, pub DJE nº 81/2016, em 05/05/2016.Endereço: Fórum da Comarca de Santana - Rua Cláudio Lúcio Monteiro, nº 900 – Bairro: Centro – CEP: 68925-000 – Santana/APFone: (96) 3281-8100 – Ramal: 8115Juíza Coordenadora: LARISSA NORONHA ANTUNESSupervisora: LUCINEIDE DE NAZARE LIMA SANTOS	<ul style="list-style-type: none">Ato de criação: Resolução nº 1052/2016-TJAP, de 20/04/2016, pub DJE nº 81/2016, em 05/05/2016.Endereço: Fórum da Comarca de Mazagão - Av. Intendente Alfredo Pinto, s/nº - Bairro: União – CEP: 68940-000 – Mazagão/APFone: (96) 3271-1154Juiz Coordenador Diretor do Fórum: SALOE FERREIRA DA SILVASupervisor: NÃO DEFINIDOOBS: CRIADO, MAS AINDA NÃO INSTALADO
JCCSTN – JUIZADO CÍVEL E CRIMINAL DE SANTANA:	VTJARI – VITÓRIA DO JARI:
<ul style="list-style-type: none">Ato de criação: Resolução nº 1052/2016-TJAP, de 20/04/2016, pub DJE nº 81/2016, em 05/05/2016.Endereço: Fórum da Comarca de Santana - Rua Cláudio Lúcio Monteiro, nº 900 – Bairro: Centro – CEP: 68925-000 – Santana/APFone: (96) 3281-8100 – Ramal: 3452Juíza Coordenadora: CARLINE REGINA DE NEGREIROS CABRAL NUNESSupervisor: NÃO DEFINIDOOBS: CRIADO, MAS AINDA NÃO INSTALADO	<ul style="list-style-type: none">Ato de criação: Resolução nº 1052/2016-TJAP, de 20/04/2016, pub DJE nº 81/2016, em 05/05/2016.Endereço: Fórum da Comarca de Vitória do Jari - Av. 15 de Maio, s/nº - Bairro: Centro – CEP: 68924-000 - Vitória do Jari/APFone: (96) 3622-1440/1505Juiz Coordenado Diretor do Fórum: DAVI SCHWAB KOHLSSupervisor: NÃO DEFINIDOOBS: CRIADO, MAS AINDA NÃO INSTALADO
LJARI – LARANJAL DO JARI:	POG – PORTO GRANDE:
<ul style="list-style-type: none">Ato de criação: Resolução nº 1052/2016-TJAP, de 20/04/2016, pub DJE nº 81/2016, em 05/05/2016.Endereço: Fórum da Comarca de Laranjal do Jari - Av. Tancredo Neves, s/nº - Bairro: Agreste – CEP: 68920-000 - Laranjal do Jari/APFone: (96) 3621-1166 / 3621-1358 / 3621-1463 / 3621-1488 / 3621-1526 / 3621-1980Juiz Coordenador: ALMIRO DO SOCORRO AVELAR DENUIR	<ul style="list-style-type: none">Ato de criação: Resolução nº 1052/2016-TJAP, de 20/04/2016, pub DJE nº 81/2016, em 05/05/2016.Endereço: Fórum da Comarca de Porto Grande - Av. Amapá, s/nº - Bairro: Malvinas – CEP: 68997-000 - Porto Grande/APFone: (096) 3234-1340/2023Juíza Coordenadora Diretora do Fórum: LAURA COSTEIRA ARAUJO DE OLIVEIRASupervisor: NÃO DEFINIDO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

COMARCAS DO INTERIOR:

COMARCAS DO INTERIOR:	
<ul style="list-style-type: none">• Supervisor: GLEIDSON ABUD FERREIRA	<ul style="list-style-type: none">• OBS: CRIADO, MAS AINDA NÃO INSTALADO
TGZ – TARTARUGALZINHO:	FGM – FERREIRA GOMES:
<ul style="list-style-type: none">• Ato de criação: Resolução nº 1052/2016-TJAP, de 20/04/2016, pub DJE nº 81/2016, em 05/05/2016.• Endereço: Fórum da Comarca de Tartarugalzinho - Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, s/nº - Bairro: Centro – CEP: 68990-000 – Tartarugalzinho/AP• Fone. (96) 3422-1164• Juiz Coordenador: HERALDO NASCIMENTO DA COSTA• Supervisor: ANTONIO PANTOJA FERNANDES	<ul style="list-style-type: none">• Ato de criação: Resolução nº 1052/2016-TJAP, de 20/04/2016, pub DJE nº 81/2016, em 05/05/2016.• Endereço: Fórum da Comarca de Ferreira Gomes - Rua Duque de Caxias, s/nº - Bairro: Centro – CEP: 68915-000 - Ferreira Gomes/AP• Fone. (96) 3326-1126• Juiz Coordenador Diretor do Fórum: LUIZ CARLOS KOPES BRANDAO• Supervisor: NÃO DEFINIDO• OBS: CRIADO, MAS AINDA NÃO INSTALADO
CAL – CALÇOENE:	PBA – PEDRA BANCA DO AMAPARI:
<ul style="list-style-type: none">• Ato de criação: Resolução nº 1052/2016-TJAP, de 20/04/2016, pub DJE nº 81/2016, em 05/05/2016.• Endereço: Fórum da Comarca de Calçoene - Av. Teodoro Antônio Leal, nº 33 – Bairro: Centro – CEP: 68960-000 – Calçoene/AP• Fone: (96) 3423-1158/1228/1103• Supervisor: MARIA TEREZA RODRIGUES DE OLIVEIRA• Juiz Coordenador: DÉLIA SILVA RAMOS	<ul style="list-style-type: none">• Ato de criação: Resolução nº 1052/2016-TJAP, de 20/04/2016, pub DJE nº 81/2016, em 05/05/2016.• Endereço: Fórum da Comarca de Pedra Branca do Amapari - Rua Francisco Braz, nº 517 – Bairro: Centro – CEP: 68.945-000 - Pedra Branca do Amapari/AP• Fone: (96) 33221161 / 98402-5021• Juíza Coordenadora Diretora do Fórum: MARCELLA PEIXOTO SMITH• Supervisor: NÃO DEFINIDO• OBS: CRIADO, MAS AINDA NÃO INSTALADO
SNV – SERRA DO NAVIO:	OPQ – OIAPOQUE:
<ul style="list-style-type: none">• Ato de criação: Resolução nº 1052/2016-TJAP, de 20/04/2016, pub DJE nº 81/2016, em 05/05/2016.• Endereço: Posto Avançado da Justiça em Pedra Branca do Amapari - Rua A-3, nº 602 – Bairro: Centro - CEP: 68914-000 - Serra do Navio/AP• Fone: (96) 3321-1241 / 98414-2161• Juíza Coordenadora Diretora do Fórum: MARCELLA PEIXOTO SMITH• Supervisor: NÃO DEFINIDO• OBS1: CRIADO, MAS AINDA NÃO INSTALADO• OBS2: Comarca Desinstalada, funcionando como Posto Avançado da Comarca de Pedra Branca do Amapari	<ul style="list-style-type: none">• Ato de criação: Resolução nº 1052/2016-TJAP, de 20/04/2016, pub DJE nº 81/2016, em 05/05/2016.• Endereço: Fórum da Comarca de Oiapoque - Av. Barão do Rio Branco, nº 17 – Bairro: Centro – CEP: 68980-000 – Oiapoque/AP• Fone. (96) 3521- 2576• Juiz Coordenador: NÃO DEFINIDO• Supervisor: NÃO DEFINIDO• OBS: CRIADO, MAS AINDA NÃO INSTALADO
AMAPÁ:	
<ul style="list-style-type: none">• Ato de criação: Resolução nº 1052/2016-TJAP, de 20/04/2016, pub DJE nº 81/2016, em 05/05/2016.• Endereço: Fórum da Comarca de Amapá - Praça Barão do Rio Branco, nº 64 – Bairro: Centro – CEP: 68950-000 – Amapá/AP• Fone: (96) 3241-1286 / 3421-1271 / 3421-1592• Juiz Coordenador Diretor do Fórum: JOSE CASTELLOS MENEZES NETO• Supervisor: NÃO DEFINIDO• OBS: CRIADO, MAS AINDA NÃO INSTALADO	

A Gestão Judiciária e Administrativa do Tribunal para a promoção do direito e da cidadania, atuando também nas causas por meio da desjudicialização e da conciliação prévia, em 2018, contou com os conhecimentos, habilidades e atitudes de um força de trabalho composta por: 77



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Magistrados, 1.244 Servidores (efetivos, comissionados e à disposição), 295 Estagiários e 133 Terceirizados.

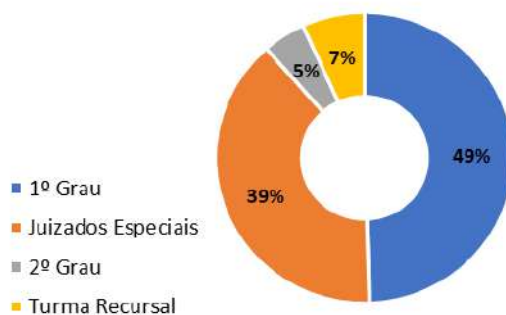
A propósito, e considerando a perspectiva **Cliente** do Planejamento Estratégico 2015-2020 do Tribunal, a qual estão relacionados os Objetivos **Relacionamento** e **Transparência**, fica demonstrada a entrega aos jurisdicionados de eficiência nos processos internos e gestão de recursos, bem como da eficaz entrega de um desempenho que atenda a demanda.

1.3.1 – Promoção do Direito e da Cidadania: desempenho jurisdicional do Tribunal de Justiça

As informações sobre o desempenho jurisdicional foram retiradas do Relatório de Gestão de 2018 do TJAP, aprovado pelo Pleno e encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado – TCE.

Assim, com base nas suas atividades finalísticas, a demanda do TJAP em 2018 foi de 74.580 mil casos novos, distribuídos da seguinte forma: 49% no 1º grau, 39% nos juizados especiais, 5% no 2º grau e 7% nas turmas recursais, de acordo com o gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Casos novos no TJAP



Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.

No ano de 2018, houve um aumento de aproximadamente 1% no número de casos novos no TJAP. Essa diferença no número de casos novos ocorreu, sobretudo, devido ao 1º Grau, que recebera 2.580 mil processos a mais que em 2017, conforme Tabela I.

Tabela I – Casos novos por Segmento de Justiça

Segmento de Justiça	2015	2016	2017	2018
1º Grau	38571	37375	34335	36915



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

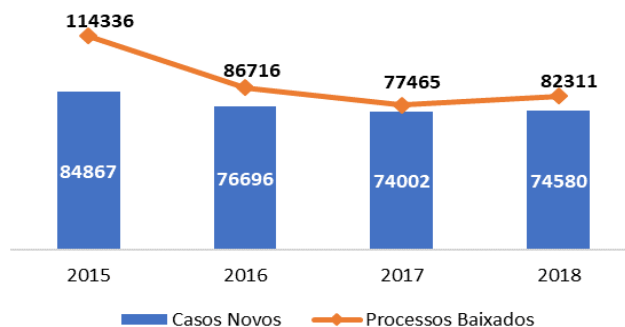
Segmento de Justiça	2015	2016	2017	2018
Juizados Especiais	39825	30398	30947	29128
2º Grau	3462	3086	3103	3476
Turma Recursal	3009	5837	5617	5061
Total	84867	76696	74002	74580

Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.

O total de processos que tramitaram durante o ano de 2018 somou 183.649, um quantitativo 1% superior ao registrado no ano anterior.

No Gráfico 2, encontram-se sobrepostas as séries históricas do número de casos novos e de processos baixados. Enquanto a primeira é representada por colunas, a segunda é graficamente descrita pela linha laranja. Observe que o ritmo de crescimento da produção aumentou no ano de 2018, após uma sequente queda nos anos anteriores.

Gráfico 2 – Casos novos e processos baixados



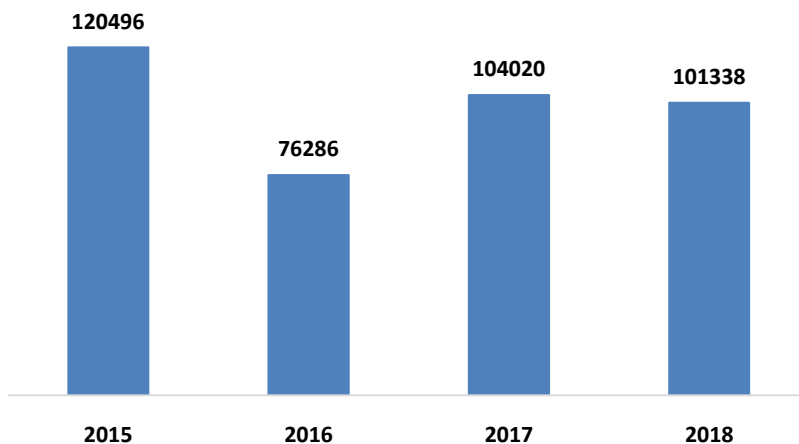
Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.

No último ano, o número de processos baixados superou o quantitativo de casos novos. Esse bom resultado contribuiu para a redução do quantitativo de casos pendentes, já que esse indicador tem como base o número de processos não resolvidos até o final do período base.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

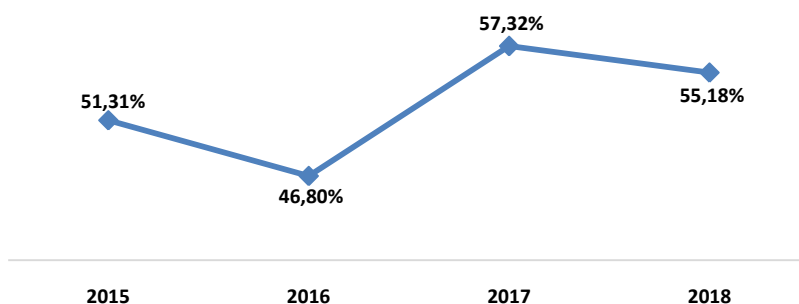
Gráfico 3 – Processos pendentes



Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.

A taxa de congestionamento reduziu em 2018 em relação a 2017. Neste último ano, o indicador apresentou o valor de 55,18%. Este indicador nos mostra que quanto menor a taxa de congestionamento, maior a capacidade de produção do tribunal frente à sua demanda.

Gráfico 4 – Taxa de congestionamento TJAP



Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.

1.3.1.1 –Desempenho do 1º Grau de Jurisdição

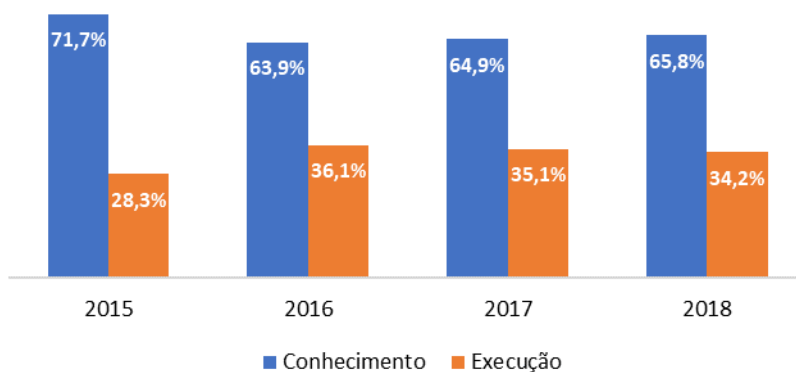
As unidades judiciárias de 1º grau foram as mais demandadas, com 36.915 processos novos em 2018, o que corresponde a 49,5% de toda a demanda judicial do Amapá. Por esse motivo, a litigiosidade nesse segmento de justiça tem relevância acentuada no contexto do Tribunal, uma vez



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

que os esforços nela empreendidos repercutem de forma direta em um grande universo de ações judiciais e, por consequência, de jurisdicionados.

Gráfico 5 – Proporção de processos em tramitação no 1º Grau



Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.

O número de processos baixados foi superior ao de processos novos que ingressaram em 2018 no 1º Grau. De maneira geral, o fluxo processual no 1º grau de jurisdição configurou-se da seguinte forma:

Tabela II – Movimentação processual no 1º grau

Itens	2015	2016	2017	2018
Casos novos no 1º grau	38571	37375	34335	36915
Processos baixados no 1º grau	56861	37135	29555	39640
Processos pendentes no 1º grau	79408	47948	68383	67613

Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.

Gráfico 6 – Casos Novos no 1º grau

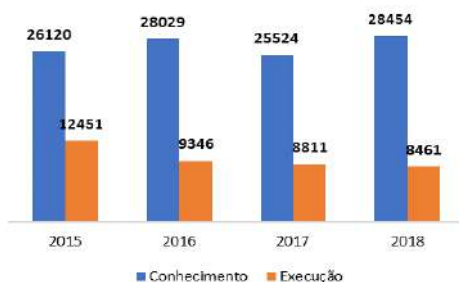
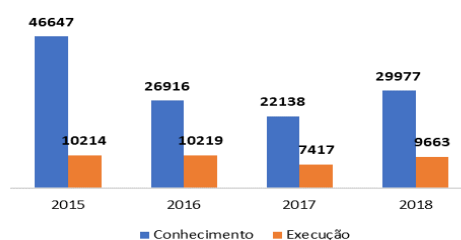


Gráfico 7 – Processos baixados no 1º grau

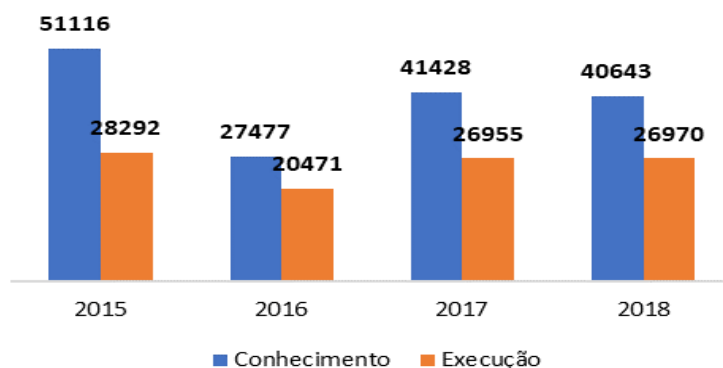


Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

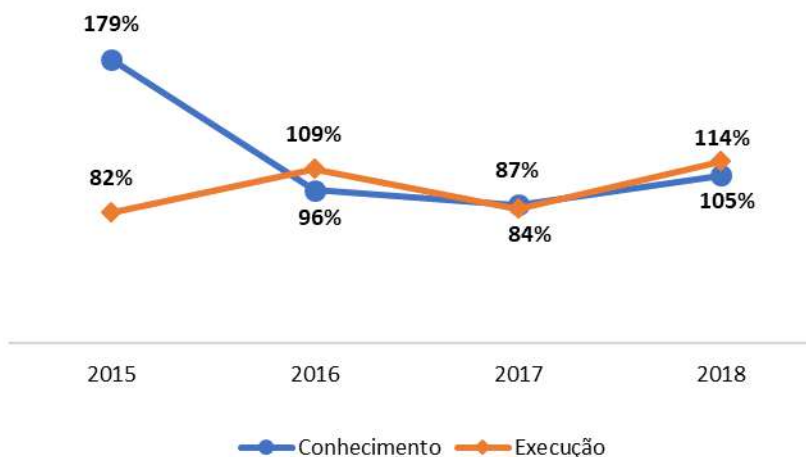
Gráfico 8 – Processos pendentes de baixa no 1º grau



Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.

O indicador processos baixados por caso novo mede a eficiência operacional do Tribunal do ponto de vista do atendimento à demanda judicial. Índices maiores que 100% indicam uma produção superior ao número de casos novos, e sugerem uma redução do estoque de processos para o início do ano seguinte.

Gráfico 9 – Processos baixados por caso novo (1º grau)



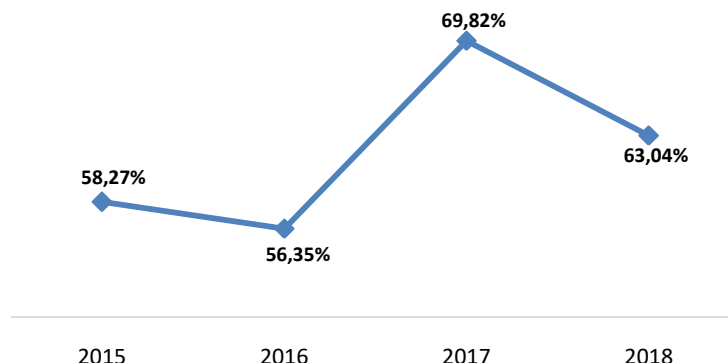
Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.

Vale lembrar que o comportamento desse indicador funciona como um bom termômetro daquilo que se espera para a taxa de congestionamento no 1º grau. Somados os processos que entram no ano com os que estão em estoque, 63,04% do total não foram finalizados. O Gráfico 10 ilustra que houve uma redução da taxa de congestionamento em 2018.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Gráfico 10 – Taxa de congestionamento no 1º grau



Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.

Entre os dados apresentados, a fase de conhecimento é indicada como a mais célere da Justiça de 1º grau: de cada 100 processos em tramitação no ano passado, 42 foram decididos. O maior gargalo de ações está na fase de execução. De cada 100 processos em tramitação, apenas 26 foram finalizados em 2018.

Tabela III – Taxa de congestionamento no 1º grau

Itens	2015	2016	2017	2018
Taxa de congestionamento na fase de conhecimento	52%	51%	65%	58%
Taxa de congestionamento na fase de execução	73%	67%	78%	74%
Taxa de congestionamento no 1º grau	58%	56%	70%	63%

Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.

a) Processos de conhecimento criminais e não criminais

Nesta seção serão avaliados os dados de litigiosidade dos processos de conhecimento no 1º grau, distinguindo-os conforme a natureza criminal e não criminal.

Durante o ano de 2018, foram protocolizados 28.454 mil casos novos na fase de conhecimento, dos quais apenas 32% tratavam de matéria criminal. Observa-se que a área de maior movimentação processual na fase de conhecimento versa sobre matéria não criminal, o que equivale a 68% dos processos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Gráfico 11 – Casos novos e processos baixados de conhecimento no 1º grau (Criminais)

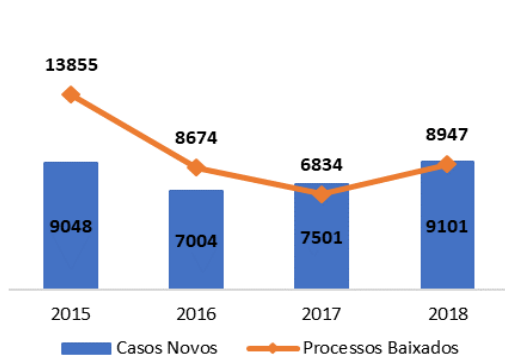
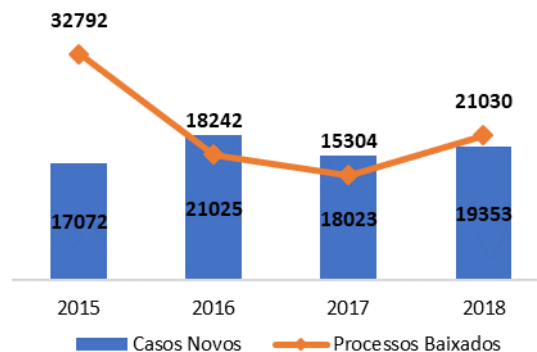


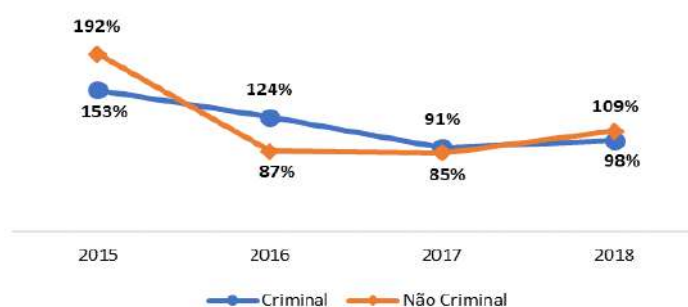
Gráfico 12 – Casos novos e processos baixados de conhecimento no 1º grau (Não criminais)



Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.

As baixas de processos não criminais tiveram um bom desempenho, apresentando um número superior ao de casos novos. Por conta disso, os índices de atendimento à demanda ultrapassaram a marca dos 100% neste caso:

Gráfico 13 – Processos baixados por caso novo (criminal e não criminal) no 1º Grau



Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.

b) Processos de execução

Durante o ano de 2018 foram recebidos 8461 novos processos de execução no 1º Grau. Enquanto isso foram baixados 9663 processos. Os processos pendentes na fase de execução são superiores a 26 mil processos, mantendo-se constante em relação ao ano de 2017.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Tabela IV – Movimentação processual na fase de execução do 1º grau

Itens	2015	2016	2017	2018
Casos novos	12451	9346	8811	8461
Processos baixados	10214	10219	7417	9663
Processos pendentes	28292	20471	26955	26970

Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.

A taxa de congestionamento na fase de execução do 1º grau reduziu 6% em relação a 2017. O índice de congestionamento em 2018 foi de 74%.

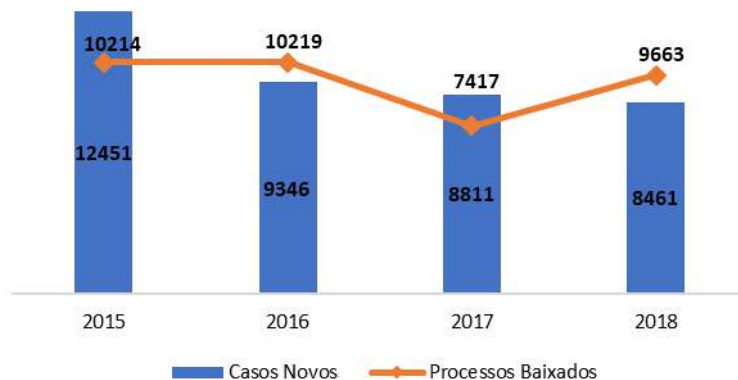
Tabela V – Taxa de congestionamento na fase de execução do 1º grau

Tribunal	2015	2016	2017	2018
TJAP	73%	67%	78%	74%

Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.

No TJAP, a quantidade de processos baixados na fase de execução em 2018 foi superior ao número de casos novos, obtendo melhor desempenho que no ano anterior.

Gráfico 14 – Casos novos em relação aos processos baixados na fase de execução do 1º grau



Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.

1.3.1.2 - DesempenhodosJuizados Especiais

Os Juizados Especiais possuem, atualmente, uma demanda de 29.128 mil processos, o que representa 44% dos casos novos de primeira instância (que considera 1º Grau e Juizados Especiais).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Gráfico 15 – Casos novos nos Juizados Especiais



Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.

A Tabela VI apresenta um panorama geral da movimentação processual nesse segmento de justiça ao longo dos últimos anos:

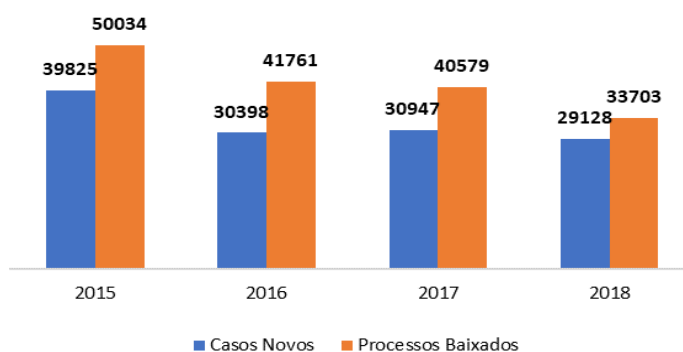
Tabela VI– Movimentação processual nos Juizados Especiais

Itens	2015	2016	2017	2018
Processos pendentes nos Juizados Especiais	34340	23117	28514	26181
Casos novos nos Juizados Especiais	39825	30398	30947	29128
Processos baixados nos Juizados Especiais	50034	41761	40579	33703

Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.

Na Gráfico 16 é possível observar que os Juizados veem conseguindo ao longo dos anos baixar mais processos que os distribuídos.

Gráfico 16 – Processos novos e baixados nos Juizados Especiais

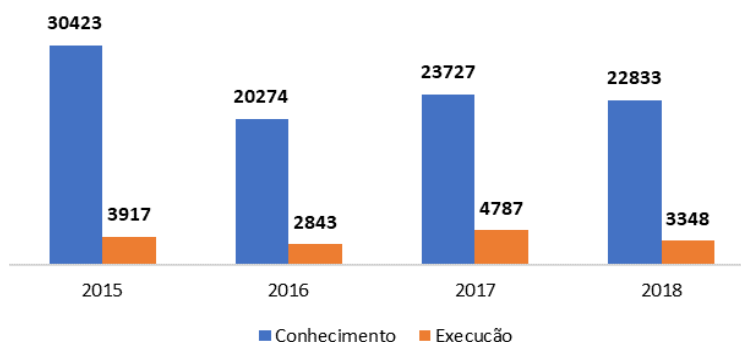


Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Gráfico 17 – Processos pendentes de baixa nos Juizados Especiais



Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.

O número de processos pendentes em 2018 superou 26 mil, dos quais 87% são de conhecimento e 13% de execução.

Gráfico 18 – Processos baixados por caso novo (conhecimento e execução) nos Juizados Especiais

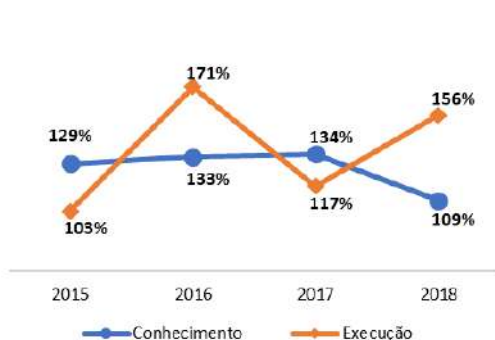
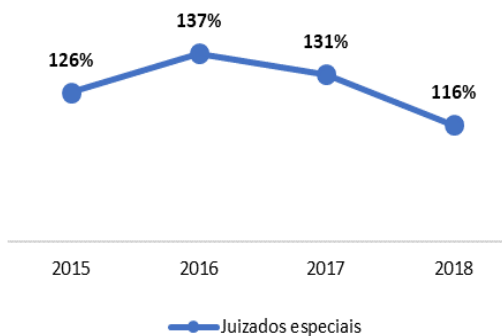


Gráfico 19 – Processos baixados por caso novo (juizados especiais) nos Juizados Especiais



Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.

Os Gráficos 18 e 19 mostram um bom resultado para o atendimento à demanda nos últimos anos, apresentando resultados superiores a 100%.

Gráfico 20 – Taxa de congestionamento (conhecimento e execução) nos Juizados Especiais

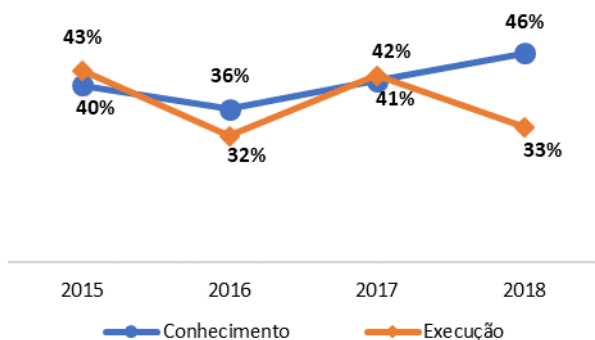
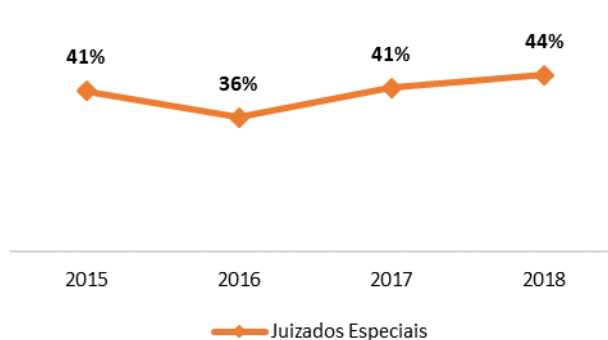


Gráfico 21 – Taxa de congestionamento (Juizados Especiais)



Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.



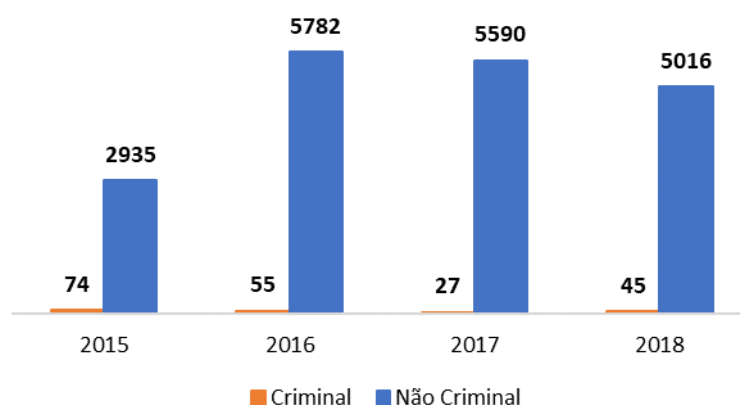
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

1.3.1.3 –Desempenho da Turma Recursal

No ano de 2018, foram protocolizados 5061 casos novos nas Turmas Recursais, 10% a menos do que em 2017.

Vale registrar, também, que esse quantitativo de casos novos representa cerca de 17% da demanda registrada para os Juizados Especiais no mesmo período (29.128). Destaca-se que a ocorrência de processos de natureza criminal nas turmas é pequena em relação ao total de casos novos: representa apenas 0,9% dos processos que ingressam neste segmento.

Gráfico 22– Casos novos nas turmas recursais



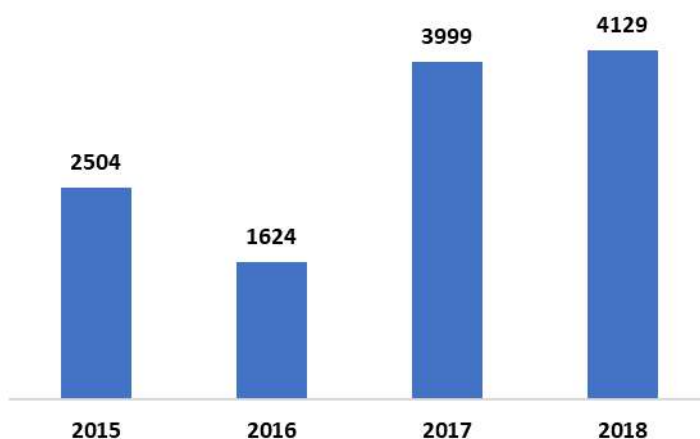
Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.

Nas turmas recursais, o número de processos pendentes em 2018 vem crescendo nos últimos dois anos. Isso aconteceu porque o número de processos baixados está menor do que o quantitativo de casos novos, como mostra a Gráfico 23, aumentando o quantitativo de casos pendentes.

Gráfico 23 – Evolução do número de processos pendentes nas turmas recursais



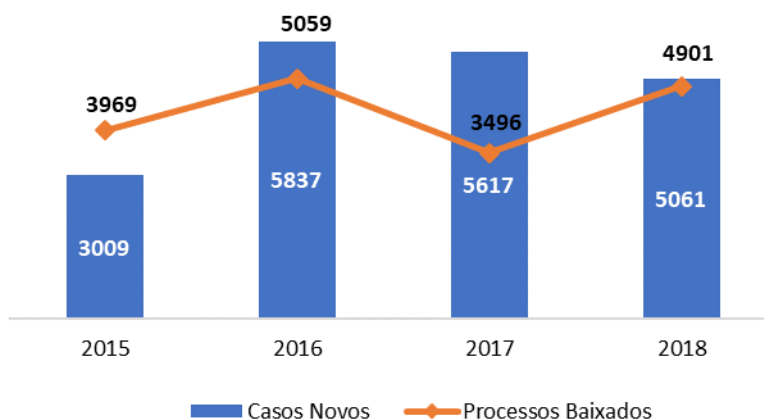
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO



Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.

É importante destacar que no último ano número de processos baixados nas Turmas Recursais cresceu 40% em relação ao ano de 2017.

Gráfico 24 – Casos novos em relação aos processos baixados nas Turmas Recursais



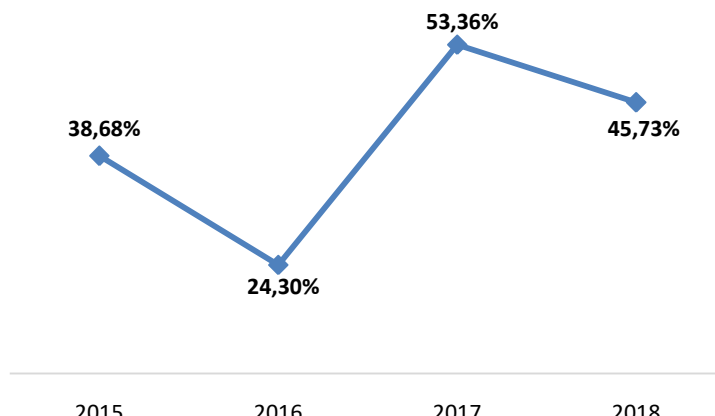
Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.

Na verificação de 2018, a taxa de congestionamento apurada para as Turmas Recursais reduziu 14,3% em relação àquela registrada no ano de 2017. Isto significa um aumento na sua capacidade de produção frente à demanda.

Gráfico 25 – Taxa de congestionamento nas Turmas Recursais



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

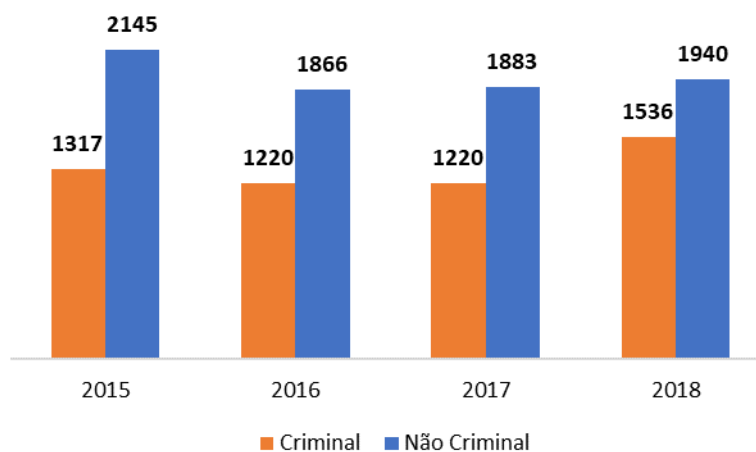


Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.

1.3.1.4 – Desempenho do 2º Grau de Jurisdição

Durante o ano de 2018, estiveram em tramitação nessa instância 3.476 casos novos, 44% de natureza criminal e 56% não criminal.

Gráfico 26– Casos novos no 2º grau



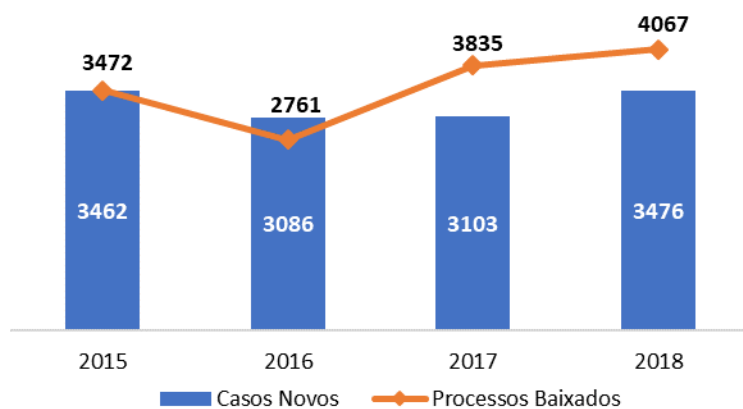
Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.

O número de processos baixados em 2018 foi superior à de casos novos, conforme mostra a Gráfico 27. Logo, o índice de atendimento à demanda superou 100%, como demonstra a Gráfico 28.



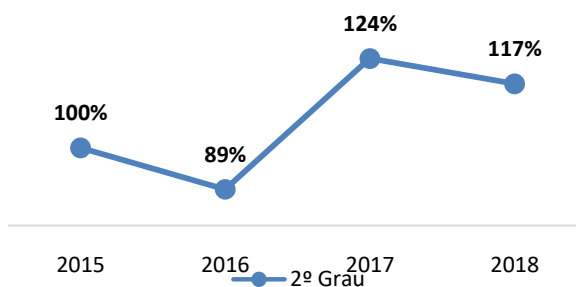
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Gráfico 27 – Casos novos e processos baixados no 2º Grau



Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.

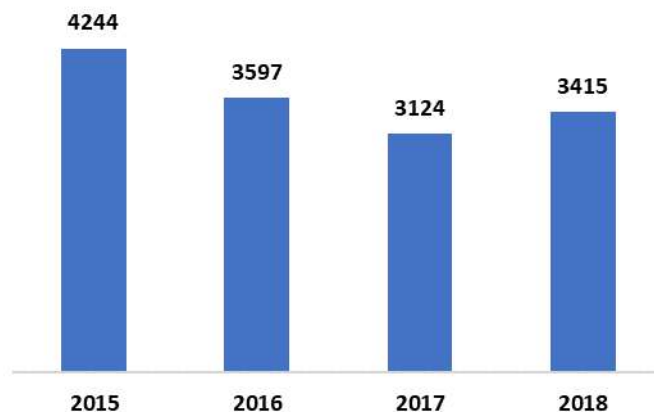
Gráfico 28 – Processos baixados por casos novos no 2º Grau



Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.

O indicador quantitativo de casos pendentes teve um aumento de 9% em relação a 2017.

Gráfico 29 – Casos pendentes no 2º grau



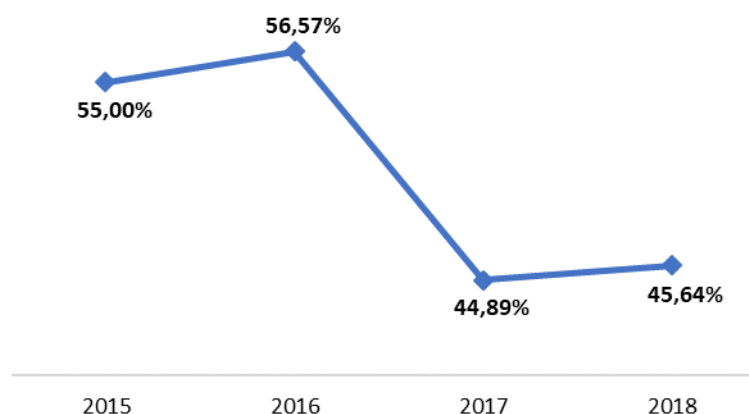
Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

A taxa de congestionamento, vem mantendo-se em baixa nos últimos dois anos, isto significa que 45,64% dos processos que tramitaram no ano não foram finalizados.

Gráfico 30 – Taxa de congestionamento no 2º grau



Fonte: Núcleo de Estatística, 2019.

1.3.1.5 – Desempenho dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos - CEJUSCs

Os CEJUSCs realizam sessões e audiência de conciliação, mediação, além do desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição.

Tomando por base as informações contidas no Relatório de Gestão 2018 do TJAP, a Conciliação está entre os macrodesafios do Poder Judiciário, nominado em seu Planejamento Estratégico 2015-2020. Em sendo assim, por alinhamento, também consta do Planejamento Estratégico deste Corte, com projeto e indicadores específicos, como se pode observar no item 2 desta Relatório que trata do tema. Com base no Relatório de Atividades 2018, o Mapa Estatístico de Conciliações/Audiências, disponível no Sistema de Gestão Processual – Tucujuris/TJAP, a Justiça do Amapá agendou 102.730 conciliações. Desse montante, 23.872 não foram tiveram audiências realizadas, 78.863 com audiências realizadas, 23.173 foram canceladas, 18.311 foram remarçadas, 11.748 foram realizadas e foram positivas, 15.370 foram negativas e 51.740 foram enquadradas como não se aplica.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Quadro 5 – Mapa Estatística de Conciliações/Audiências¹

Comarca	Agendadas	Sem Audiência	Realizadas	Canceladas	Remarcadas	Positivas	Negativas	Não se Aplica	Valor Acordo
AMAPÁ	1.723	759	964	687	378	117	206	641	10.738.013,72
CALÇOENE	1.009	331	678	290	147	66	8	604	10.264.750,19
FERREIRA GOMES	1.487	543	944	399	77	147	359	438	43.625.161,49
LARANJAL DO JARI	4.819	903	3.916	896	768	491	217	3.208	70.902.449,10
MACAPÁ	70.124	16.623	53.506	16.343	12.905	8.412	12.130	32.959	1.933.851.883,82
MAZAGÃO	1.816	206	1.610	179	399	33	10	1.567	29.230.321,06
OIAPOQUE	2.643	824	1.819	804	427	75	294	1.450	43.764.308,94
PEDRA BRANCA DO AMAPARI	1.075	295	780	291	178	145	92	543	163.634.746,13
PORTO GRANDE	1.395	427	968	424	257	59	154	755	44.870.553,75
SANTANA	13.686	2.237	11.449	2.183	2.327	1.995	1.435	8.019	164.270.477,87
TARTARUGA LZINHO	1.456	405	1.051	394	266	113	129	809	81.653.709,28
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	415	80	335	62	67	38	139	158	73.869.488,08
TURMA RECURSAL	1	0	1	0	0	1	0	0	0,00
VITÓRIA DO JARI	1.081	239	842	221	115	56	197	589	11.259.439,35
Total Geral	102.730	23.872	78.863	23.173	18.311	11.748	15.370	51.740	2.681.935.302,78

Fonte: https://sig.tjap.jus.br/sgpe_grid_audiencia/sgpe_grid_audiencia.php. Consulta em: 05.02.2019.

No que diz respeito às ações dos CEJUSC's em Conciliações Pré-Processuais, de acordo com os dados do Núcleo de Estatística, base 2018, foram Agendadas 5.398 audiências, sendo realizadas 4.161, das quais 2.906 foram positivas.

O Tribunal de Justiça do Estado do Amapá foi agraciado com o **Prêmio Conciliar é Legal** do Conselho Nacional de Justiça nos anos de 2017 e 2018 pelo alcance do maior índice de composição consensual nos últimos 12 (doze) meses anteriores à realização da XII e XIII Semanas Nacionais de Conciliação.

1.3.2 – Desempenho Nacional do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá

1.3.2.1 - Metas Nacionais

As Metas Nacionais visam precipuamente promover o aperfeiçoamento do Poder Judiciário, buscando proporcionar à sociedade prestação jurisdicional mais célere, com mais eficiência e

¹ Quadro extraído do Relatório de Gestão 2018 do Tribunal encaminhado TCE.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

qualidade. Ademais, as Metas Nacionais são uma das formas de verificar o alcance dos Macrodesafios estabelecidos na Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015–2020.

De acordo com o Relatório de Metas Nacionais 2018, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça, as metas contemplavam os seguintes temas: (i) a produtividade; (ii) a celeridade na prestação jurisdicional; (iii) o aumento dos casos solucionados por conciliação; (iv) a priorização no julgamento das causas relacionadas à improbidade administrativa e aos crimes contra a Administração Pública; (v) o impulso aos processos na fase de cumprimento de sentença e execução não fiscal e de execução fiscal; (vi) as ações coletivas; (vii) o julgamento de processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos; e (viii) o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Figura 1 – Metas Nacionais

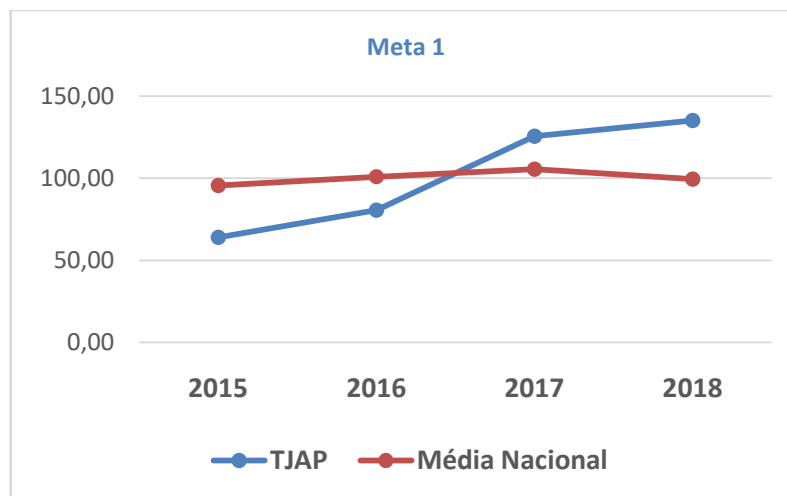


Fonte: 1ª ERA, 2019.

Na Meta 1: julgar mais processo que os distribuídos, o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, com base no Relatório das Metas de 2018, obteve um desempenho de 135, 20%. Entre os 27 Tribunais Estaduais, obteve o maior desempenho.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO
Gráfico 31 – Meta 1 CNJ



Fonte: 1ª ERA, 2019.

Na Meta 2: julgar processo mais antigos, o TJAP também obteve o maior desempenho entre os Tribunais Estaduais com 119,78% de cumprimento da meta. Nos gráficos abaixo, está demonstrado o desempenho percentual da atuação do 1º grau, 2º grau, Juizados e Turma Recursal.

Gráfico 32 – Meta 2– 1º Grau

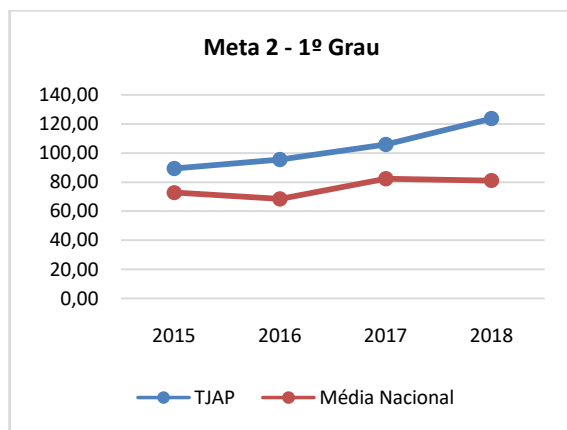


Gráfico 33 – Meta 2 – 2º Grau

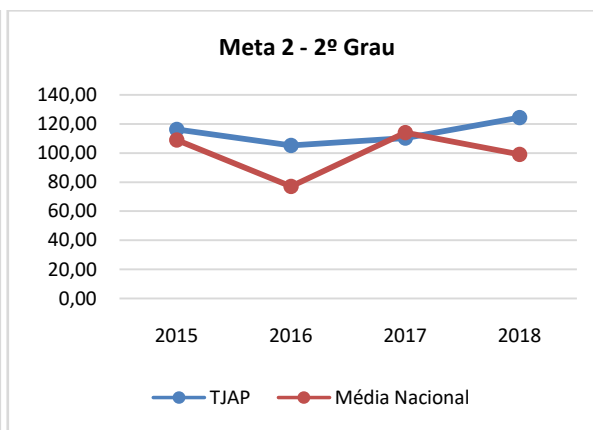
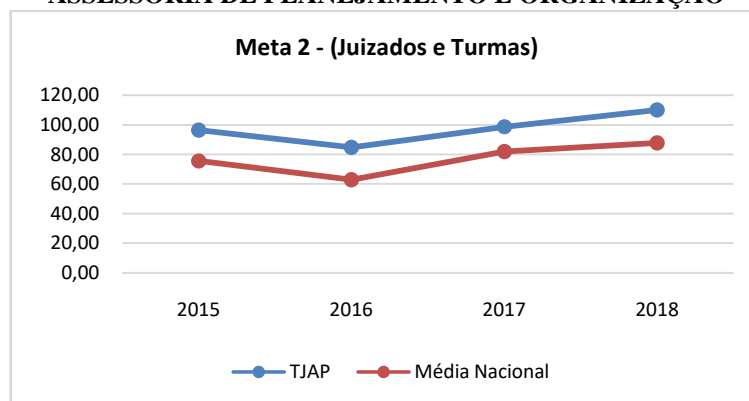


Gráfico 34 – Meta 2 – Jizados e Turmas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO



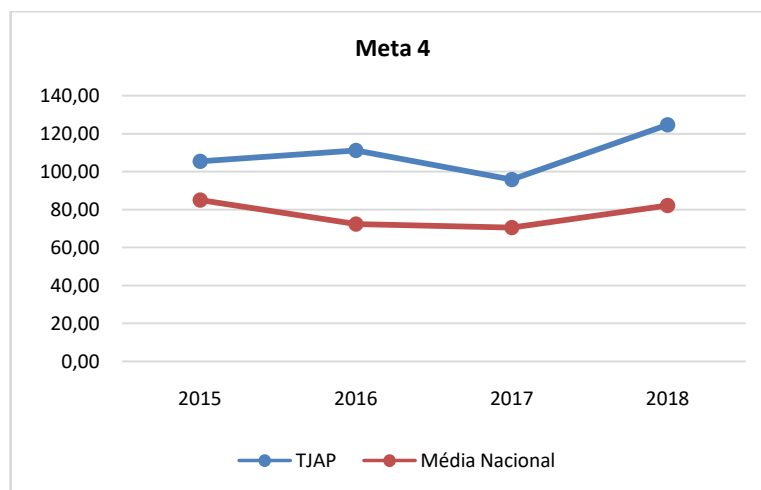
Fonte: 1ª ERA, 2019.

Com relação à Meta 3: aumentar os casos solucionados por conciliação, no ano de 2018, o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá recebeu o Prêmio do Conselho Nacional de Justiça, como o Tribunal que obteve o maior desempenho em conciliação (25%) nos últimos 12 (doze) meses.

Este reconhecimento é fruto do trabalho árduo dos magistrados e servidores da Justiça do Amapá, em especial toda equipe do (Nupemec/TJAP). Além dos demais profissionais que atuam direta e indiretamente, assim como o 2º Grau, nas mais de 30 mil conciliações ao ano. Isso significa que superamos o nível de atendimento do ano passado, que foi premiado e que essa cultura de pacificação se sedimentou em toda a nossa instituição.

Na Meta 4: priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa, o TJAP obteve o desempenho de 124,71%, sendo o terceiro Tribunal com melhor desempenho, ficando o TJDF e TJRN em primeiro e segundo lugares, respectivamente.

Gráfico 35 – Meta 4



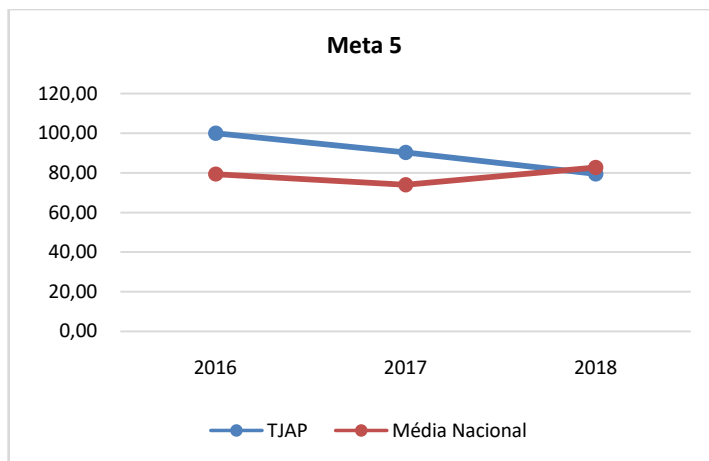
Fonte: 1ª ERA, 2019.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Na Meta 5: impulsionar processos à execução, o TJAP obteve o desempenho de 79,52% de cumprimento da Meta, sendo o 14º entre os 27 tribunais estaduais.

Gráfico 36 – Meta 5



Fonte: 1ª ERA, 2019.

Na Meta 6: priorizar o julgamento das ações coletivas, o Tribunal alcançou o desempenho de 136,35% do cumprimento da Meta, ficando em segundo lugar entre os Tribunais Estaduais. O Gráfico abaixo demonstra o desempenho do 1º e 2º Graus em relação à média nacional.

Gráfico 37 – Meta 6 – 1º Grau

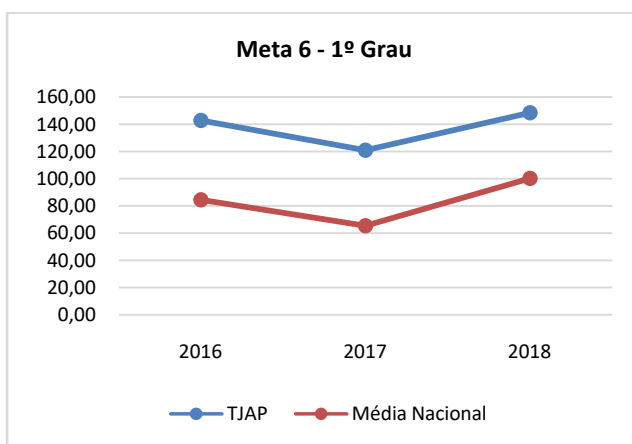
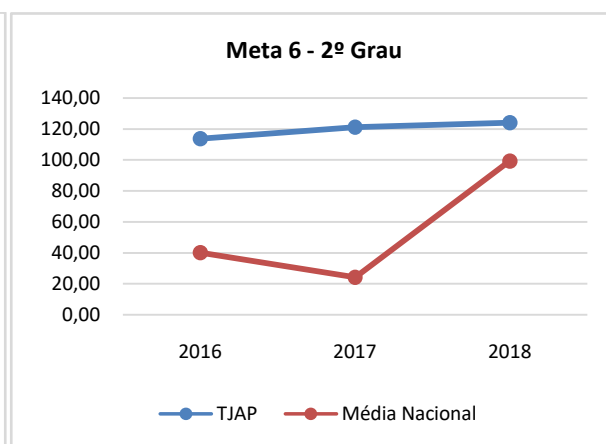


Gráfico 38 – Meta 6 – 2º Grau



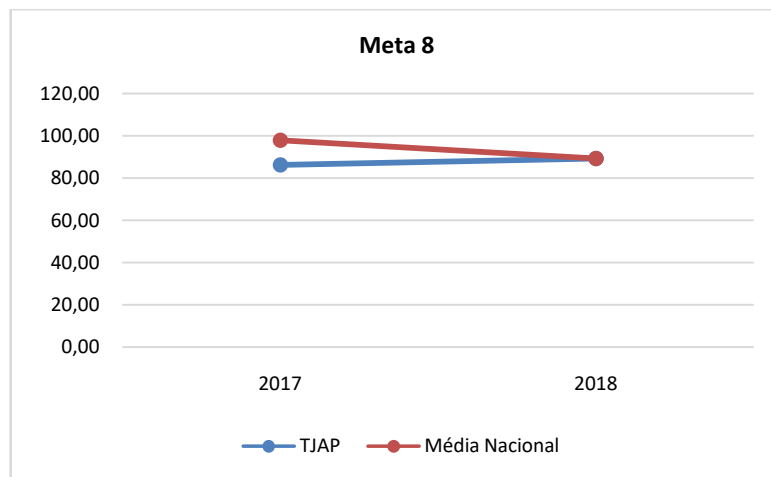
Fonte: 1ª ERA, 2019.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Na Meta 8 que trata do fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, o Tribunal alcançou o desempenho de 91,31% de cumprimento da Meta, sendo o 18º entre os Tribunais Estaduais, ficando na média nacional.

Gráfico 39– Meta 8



Fonte: 1ª ERA, 2019.

Para o ano de 2019, as Metas Nacionais se mantiveram, destacando-se o acréscimo de 2% em relação à Meta de Conciliação em relação a 2018. Vale destacar que, o TJAP obteve um desempenho de 25% em relação aos 12 meses anteriores.

Figura 2 – Metas 2019

METAS NACIONAIS
2019

- Meta 1:** Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente;
- Meta 2:** Identificar e julgar até 31/12/2019, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2015 no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2016 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais;
- Meta 3:** Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 2 pontos percentuais em relação ao ano anterior;
- Meta 4:** Identificar e julgar até 31/12/2019 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2016, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão;
- Meta 6:** Identificar e julgar até 31/12/2019 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 2º grau;
- Meta 8:** Identificar e julgar, até 31/12/2019, 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados ao feminicídio distribuídos até 31/12/2018 e 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2018.

Metas Nacionais

Fonte: 1ª ERA, 2019.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Para o ano de 2019, também foi instituída uma Meta Específica, visando **IMPLANTAR PROCESSO ELETRÔNICO EM UNIDADES COM COMPETÊNCIA CRIMINAL**(implantar processo eletrônico em 10% das Unidades com Competência Criminal condicionada à disponibilização do módulo criminal do PJe até fevereiro de 2019).



<https://seeu.pje.jus.br/seeu/>

A Rede de Governança Colaborativa coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ já iniciou os processos participativos para formulação das Metas relativas a 2020. Estão sendo debatidos os seguintes temas novos:

- **ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA JUSTIÇA;**
- **GRANDES OBRAS PÚBLICAS PARADAS POR DECISÃO JUDICIAL;**
- **META PARA O 2º. GRAU PARA AÇÕES DE INFÂNCIA E JUVENTUDE; E**
- **ODS (OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL) DA ONU.**

1.3.2.1.1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS

Em setembro de 2015, líderes mundiais reuniram-se na sede da ONU, em Nova York, e decidiram um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual contém o conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A Agenda 2030 e os ODS afirmam que para pôr o mundo em um caminho sustentável é urgentemente necessário tomar medidas ousadas e transformadoras. Os ODS constituem uma



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

ambiciosa lista de tarefas para todas as pessoas, em todas as partes, a serem cumpridas até 2030. Se cumprirmos suas metas, seremos a primeira geração a erradicar a pobreza extrema e iremos poupar as gerações futuras dos piores efeitos adversos da mudança do clima.

A Plataforma Agenda 2030 é um convite a todas e todos para embarcar nessa jornada coletiva - sem deixar ninguém para trás. Neste sentido, o Poder Judiciário estuda uma forma de contribuir com a Agenda 2030 alinhando objetivos da ODS no Plano Estratégico 2021/2026.

Em sendo assim, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, através da Rede de Governança Colaborativa consultou os Tribunais sobre **“Qual ODS deve ser priorizado na criação dessa meta/objetivo”**:

- Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
- Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
- Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades .
- Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
- Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
- Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
- Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
- Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
- Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
- Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
- Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

- Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
- Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
- Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
- Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Dinamite deste cenário, o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá – TJAP, nas discussões sobre as propostas de Metas a serem apresentadas ao Comitê do Segmento da Justiça Estadual, em sua reunião da Rede de Governança Colaborativa, denominada Workshop de Metas Nacionais, deliberou para que fossem priorizados os seguintes objetivos: 01; 04; 05; 16.

- Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
- Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Notadamente, o Objetivo 16 está alinhado à Missão do TJAP de “Garantir cidadania plena por meio de um sistema de justiça integrado, ágil, efetivo e acessível”.

No processo de revisão do Planejamento Estratégico do CNJ para os próximos seis anos, espera-se que entre os Macrodesafios contenha alinhamento com os ODS.

Assim, os Tribunais também incluirão em seus Planejamentos projetos, metas e indicadores alinhados aos Macrodesafios do Poder Judiciário Nacional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Com relação ao PPA 2020-2023, o Programa Gestão Judiciária e Administrativa do Tribunal, possui duas ações: Priorização do 1º Grau e Prestação Jurisdicional do 2º Grau, vinculados às atividades finalísticas do TJAP, estando alinhadas às Metas Nacionais dos Objetivos Sustentáveis, no diz respeito à promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

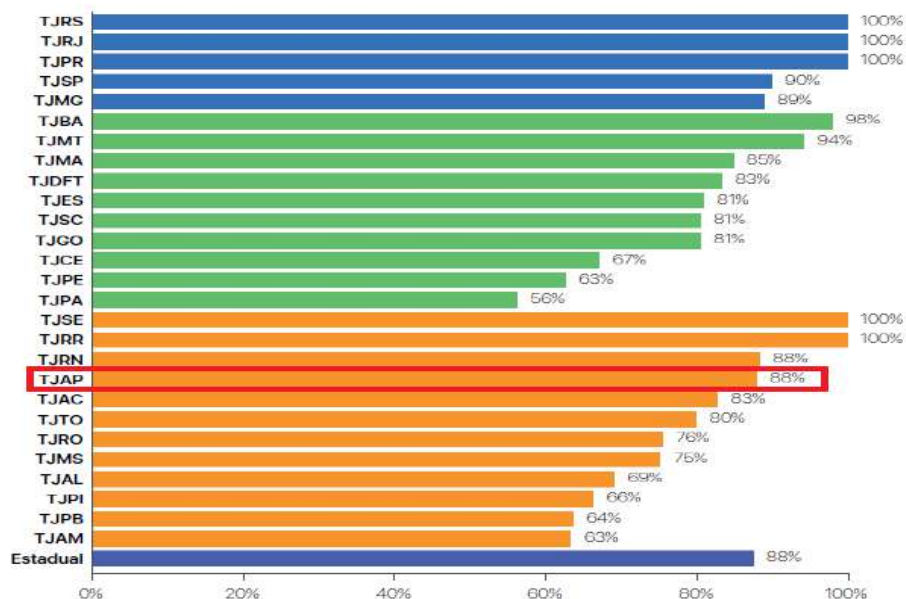
1.3.2.2 - Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus):

O Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus) é uma medida que busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único que varia de 0 a 100%.

Quanto maior seu valor, melhor o desempenho da unidade, significando que ela foi capaz de produzir mais, com menos recursos disponíveis. Os tribunais com melhor resultado, considerados eficientes, se tornam referência no ramo de justiça do qual fazem parte.

Cabe esclarecer que a obtenção de eficiência de 100% não significa que um tribunal não precise melhorar, mas apenas que tal tribunal foi capaz de baixar mais processos quando comparado com os demais, com recursos semelhantes.

Figura 3 - Resultado do IPC-Jus na Justiça Estadual, por Tribunal



Fonte: 1ª ERA, 2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

O Tribunal está na média nacional, ocupando entre os Tribunais de pequeno porte a terceira posição com 88%, de acordo com o Relatório Justiça em Números de 2018, ano base 2017. Mas, em 2016, o TJAP obteve 100%.

1.3.3 – Macroprocessos de Apoio

Como Macroprocessos de Apoio estão listados os conjuntos de processos relacionados à atividade meio ou de suporte ou, ainda, aqueles relacionados à gestão administrativa de apoio indireto à atividade judicante do Tribunal. Constituem a base para as atividades finalística e cumprimento da missão institucional.

1.3.3.1 - Gestão de Pessoas:

A gestão de Pessoas do Tribunal envolve os processos de trabalhos relacionados a cadastro e legislação, folha de pagamento de magistrados e servidores, desenvolvimento e acompanhamento de pessoas.

A melhoria da gestão de pessoas é um Macrodesafio do Poder Judiciário Nacional. Assim, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá se constitui um objetivo estratégico denominado “Valorização e Reconhecimento”.

A este objetivo estratégico estão relacionados³ (três) projetos: **MELHOR** +(gestão por competência - Adoção de modelo de gestão estratégica de pessoas que alia os interesses da organização e de seus colaboradores), **Valorização das Pessoas** (Adoção de política de reconhecimento e de desenvolvimento de pessoas) e **Teletrabalho** (Adoção do trabalho remoto nas unidades e entre as unidades).

1.3.3.2 – Gestão da Infraestrutura, Materiais e Serviços.

O Departamento Administrativo – DA conduz este Macroprocesso, mediante a coordenação da atuação a Gestão de Materiais, que envolve a gestão de Almoxarifado e Patrimônio; a Gestão das Atividades e Processos de Engenharia e Fiscalização; a Gestão dos Serviços Gerais, tais como apoio às Comarcas, Transporte, Protocolo, Comunicação, e Manutenção e Instalações Prediais; a Gestão de Garagem, Arquivo e Depósito, envolvendo Gestão da Garagem, do Depósito Público, Arquivo Administrativo e Arquivo Judicial.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

A Gestão da Infraestrutura, Materiais e Serviços necessita para desenvolver as atividades de aquisição de bens e serviços. Neste sentido, se complementa com a atuação do Departamento de Compras e Contratos responsável pela Gestão das Aquisições, Contratos e Convênios.

O indicador estratégico “Índice de agilidade na tramitação da aquisição de bens e serviços” compõe o objetivo estratégico “Modernização”, Projeto Estratégico “Virtualização (dos processos administrativos).

No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá estas atividades são realizadas pelo Departamento de Compras e Contratos – DCC que é oriundo da junção do Departamento de Compras e Contratos com a Comissão de Licitações e Cadastro, com o propósito de racionalização e otimização das atividades administrativas, buscando maior eficiência e eficácia operacional.

Com relação aos Convênios, trata-se de importante ação que remete ao objetivo estratégico “Integração do Sistema de Justiça” que visa a Integração e compartilhamento de ações, políticas, recursos e acordos de resultados conjuntos.

A este objetivo estratégico estão relacionados os projetos estratégicos “Sistema de Justiça” (Integração do sistema de justiça nos interesses comuns de atuação política, desenvolvimento mútuo e compartilhamento de recursos) que é acompanhado através do indicador “Índice de integração do sistema de justiça - %” que mede o percentual de parcerias estratégicas firmadas entre o Poder Judiciário do Amapá com órgãos não pertencentes ao Poder Judiciário.

1.3.3.3 – Autocontrole da Gestão:

No Tribunal, a Assessoria Técnica de Controle Interno é um órgão de assessoramento direto à Presidência, responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, atenta à legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia na aplicação dos recursos e renúncia de receitas. Tendo como competência entre outras a de realizar periodicamente auditorias planejadas ou por amostragem nos diversos órgãos que compõem o Tribunal de Justiça no Estado, bem como o exame e a Auditoria das Contas de Gestão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Existe Plano Anual de Auditoria. O Plano Anual de Auditoria é onde a Unidade descreve quais auditorias serão realizadas no exercício. Este Plano é apresentado ao Gestor.

A Assessoria de Controle Interno – ASTECIN realiza a análise e a certificação das Prestações de Contas Anual. Quanto aos procedimentos, são realizados de acordo com as normas de Auditoria, examinando-se a execução orçamentária e financeira através das análises das Peças e Demonstrativos Contábeis e Financeiros e demais Relatórios que são encaminhados pelas unidades.

Tratando do Autocontrole da Gestão não podemos deixar de falar no Controle Social ou Transparência Institucional. Trata-se de um objetivo estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá sob a perspectiva “Clientes”, tendo como foco a promoção de publicidade e transparência das ações e dos resultados a todos os públicos de interesse.

A este objetivo estratégico estão relacionados dois projetos: - **Gestão em Foco (Comunicação Institucional/Agenda Positiva** - Publicidade e Transparência das ações e dos resultados; Estratégia de comunicação ampla e interativa de duas vias para todos os públicos) e **Ouvir o Cidadão** (Canais diretos de acolhimento de críticas e sugestões).

Fazem parte do Projeto “**Ouvir o Cidadão**”, as Ouvidorias Internas e Externas do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, cujo indicador é representado pelo índice de Transparência que mede a disponibilidade da informação de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei da Transparência, as Resoluções do CNJ e as normativas do Poder Judiciário do Amapá.

O atendimento ao cidadão é a forma de maior relevância no trabalho da Ouvidoria do Tribunal atualmente, pois é nesse contato que se garante a democracia participativa e realizam-se os direitos do cidadão.

1.3.3.4 - Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação:

A Governança e Gestão de TIC estão afetas à Secretaria Gestão Processual Eletrônica que entre as atribuições está o direcionamento dos recursos aplicados na gestão e no uso de TIC às prioridades institucionais. Operacionalmente, estão ligados à Secretaria de Gestão Processual Eletrônica, os seguintes Departamentos: - Departamento de Informática e Telecomunicação responsável pela gestão de projetos de TIC, fiscalização de contratos de bens e serviços de TIC,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

gestão estratégica de TIC, envolvendo a elaboração do PETIC e PDTIC, conforme diretrizes constantes na Res. 211/2015-CNJ. Este Departamento também é responsável pela gestão da infraestrutura de microinformática, desenvolvendo suporte ao usuário, controle de equipamentos, manutenção corretiva e preventiva, projetos de aquisições de bens e serviços; e, o Departamento de Sistemas que atua na gestão de sistemas judiciários e administrativos.

A área de tecnologia da informação e comunicação possui planejamento estratégico específico alinhado ao plano do Tribunal, estando relacionado aos Objetivos Estratégicos “Simplificação” e “Modernização”.

O objetivo “**Simplificação**” tem como escopo a promoção da simplificação e padronização de processos de trabalho das áreas judiciais e administrativas visando reduzir o tempo de tramitação e aumentar a satisfação das partes interessadas. A este objetivo estão associados os seguintes projetos: **Simplificação** (Gestão dinâmica dos processos de trabalho visando sua otimização) e **Tucujuris 2.0** (Atualização e simplificação do sistema visando ganho de produtividade).

O objetivo “**Modernização**” tem como escopo estruturação e otimização dos recursos materiais e tecnológicos necessários ao alcance da excelência na jurisdição. Foco na inovação, integração, agilidade e segurança.

No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, Planejamento Estratégico 2015-2020, a avaliação da agilidade da tramitação dos processos de aquisições é medida tendo como base a execução de 2 (dois) projetos: **Virtualização** (Implantação do processo eletrônico e extinção do processo em papel) e **Modernização da TI** (Atualização da estrutura e conhecimentos da TI), que impactam o Objetivo Estratégico “**Modernização**”.

Ambos os projetos e seus indicadores contribuem para os indicadores das atividades judiciárias e administrativas.

1.3.3.5 –Planejamento e Gestão Orçamentária/Financeira:

A Gestão da Informação, operacionalmente, está afeta à Assessoria de Planejamento e Organização, auxiliada pelo Núcleo de Estatística. Esta Assessoria também entrega os seguintes produtos: Plano Plurianual, Proposta orçamentária, Gestão Estratégica, Gestão de Projetos, Gestão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Socioambiental através do Núcleo Socioambiental e Gestão de processos com algumas iniciativas, mas não existe ainda institucionalização formal.

Em se tratando de Gestão Estratégica, existe no Plano do Tribunal Projeto Estratégico denominado “**Agenda Estratégica**” que possui como escopo a otimização da governança externa e interna em todos os níveis, ou seja, a execução da estratégia no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá. Contribui para se atingir o Objetivo Estratégico “Captação e gestão de Recursos” que diz respeito à melhoria do processo de captação do recurso financeiro orçamentário e extra orçamentário, visando à sustentabilidade, bem como a melhoria do processo de aquisições e de gestão de contratos.

A Gestão da Orçamentária e Financeira está sob a responsabilidade do Departamento Financeiro que com suas Divisões e Seções entrega os seguintes produtos: prestação de contas anual e de convênios, impactação orçamentária e financeira de despesas, bem como emissão de notas de empenho, adiantamento de suprimentos de fundos, liquidação e pagamento, recolhimento de encargos e tributos, conciliação bancária, devolução de custas, demonstrativos de excesso/déficit de arrecadação do Estado.

A gestão de recursos também está contemplado no Planejamento Estratégico do Tribunal 2015-2020, perspectiva Processos Internos, objetivo estratégico “Captação e Gestão de Recursos”.

A este objetivo estratégico também estão associados os seguintes projetos: **Justiça sem Fronteiras** (Sensibilização e negociação com os outros poderes para a obtenção de recursos não orçamentários de investimento), **Arrecadar Melhor** (Revisão e automação do processo de arrecadação de custas), **Agenda Estratégica** (Otimização da governança externa e interna em todos os níveis) e **Plano de Obras** (Planejamento e monitoramento integrado de construção e reforma das edificações).

1.3.4 – Resultado Finais Requerido pela Sociedade

De acordo com a Estratégia do Tribunal, apresentada no item **2.2** a seguir, na perspectiva Resultado estão relacionados dois projetos, são eles: **Integração do Sistema de Justiça e Cidadania** que representam, respectivamente, integração e compartilhamento de ações, políticas,



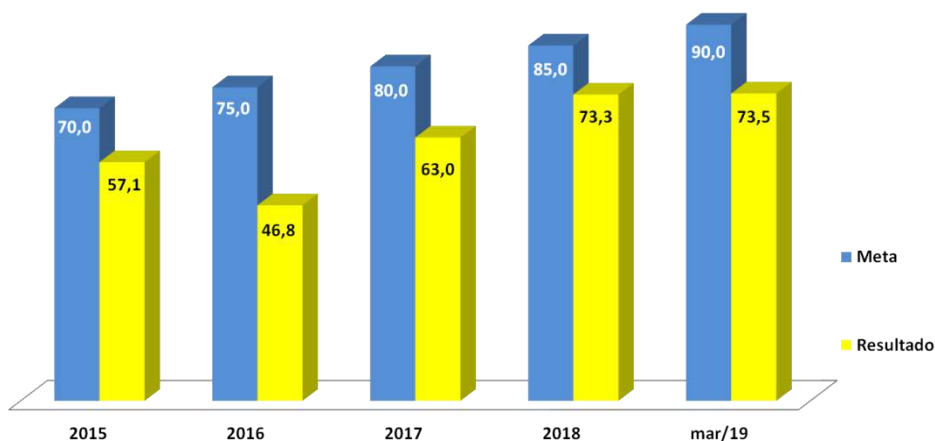
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

recursos e acordos de resultados conjuntos e promoção efetiva do direito e da cidadania visando garantir a paz social.

Assim, conforme apresentado no item anterior, se o aquele desempenho do Tribunal relacionado à atuação das pessoas, infraestrutura (recursos materiais, tecnológicos, financeiros e informação) e seus processos internos, representa a entrega de um serviço com Eficiência e Eficácia, quando falamos em resultados finais, estamos tratando de Efetividade, ou seja, o resultado adequado para a Sociedade.

Com base na primeira Reunião de Análise da Estratégia do Tribunal realizado em 2019, demonstramos abaixo o desempenho do TJAP na realização deste Objetivo que representa a instituição de cooperação entre os órgãos que compõem o Sistema de Justiça. Até 2020, o TJAP pretende atingir a meta de 95% em relação a este Indicador.

Gráfico 40 – Integração do Sistema de Justiça



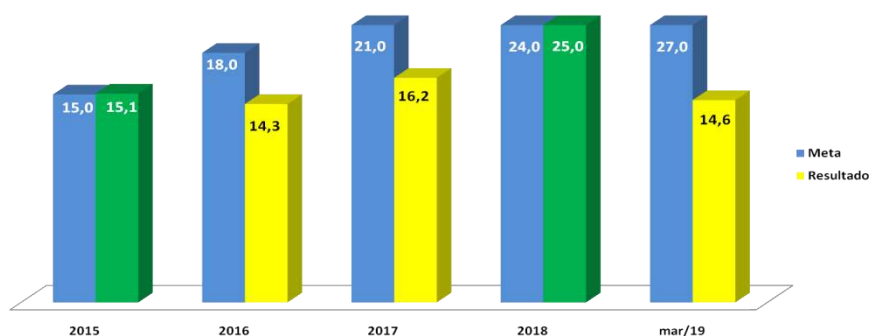
Fonte: 1ª. RAE, 2019.

O Objetivo Estratégico Cidadania também foi avaliado na 1ª. Reunião de Análise da Estratégia do Tribunal de 2019. Vale destacar que, para se atingir as metas deste objetivo existem duas iniciativas estratégicas: Conciliação (promoção do direito e da cidadania em todos os níveis e para todos os públicos, com estímulo à conciliação e desjudicialização, e inclusão de fase de conciliação anterior à petição e atermção) e Justiça na Comunidade (relocalização de comarcas e varas físicas e itinerantes).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Gráfico 41 – Índice de Conciliação Processual



Fonte: 1ª. RAE, 2019.

Vale destacar que, o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá recebeu premiação do Conselho Nacional de Justiça em reconhecimento por conquistar o maior índice de conciliações nos 12 meses anteriores a XIII Semana Nacional de Conciliação, realizada em dezembro de 2018.

Com relação ao impacto das PrestaçãoJurisdicional, a Pesquisa de Satisfação do usuário faz parte do planejamento estratégico 2015-2020 do Tribunal de Justiça do Amapá, que tem como perspectiva os Clientes e o Relacionamento como sendo seu Objetivo Estratégico, que é promover a melhoria do relacionamento em todos os níveis e com todas as partes interessadas, tanto externas como internas.

Agenda Positiva é o Projeto Estratégico responsável pelas ações que atendem o indicador que mede a qualidade do atendimento, e a necessidade de mensurar esse indicador é que torna imperativo a realização da pesquisa anualmente, e, assim, atingir as metas estabelecidas no planejamento estratégico vigente.

Ainda com base na primeira Reunião de Análise da Estratégia – RAE, realizada em 2019, em 2015 o Índice de Qualidade no Atendimento ao Usuário atingiu o percentual de 77,64%; em 2016, 71,28% e 2017, 69,54%.

O Tribunal busca atingir a meta de Qualidade no Atendimento de 95% até 2020, obtendo assim um alto grau de satisfação do usuário com a Prestação dos Servidores Judiciários no



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

cumprimento da sua Missão de “Garantir cidadania plena por meio de um sistema de justiça integrado, ágil, efetivo e acessível”.

2. DIMENSÃO ESTRATÉGICA DO PLANO PLURIANUAL

2.1 – A Estratégia Nacional do Poder Judiciário

A Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015–2020, formulada com a contribuição de magistrados e servidores e instituída pela [Resolução n. 198/2014, de 1º de julho de 2014](#), do Conselho Nacional de Justiça, reflete premissas importantes para o processo estratégico de todo o Poder Judiciário.

O Plano Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá está alinhado ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Nacional 2015- 2020, instituído pela Resolução nº 198, de 1 de julho de 2014, em cujo Anexo apresenta a Estratégia Nacional com seus Macrodesafios, resumidos no Mapa a seguir:

Figura 4 – Mapa da Estratégia Nacional – Anexo da Res. nº 198/2014 - CNJ



Fonte: http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/resoluo-n198-01-07-2014-presidencia.pdf.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Em sendo assim, no Quadro abaixo, demonstra-se o alinhamento do Planejamento Estratégico do Tribunal 2015-2020 ao Planejamento do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Quadro 5 – Matriz de alinhamento dos Objetivos Estratégicos aos Macrodesafios do Poder Judiciário Nacional 2015-2020

Objetivo TJAP	Valorização e reconhecimento	Modernização	Simplificação	Captação e gestão de recursos	Relacionamento	Transparência	Integração do Sistema de Justiça	Cidadania
Macrodesafio CNJ								
Melhoria da gestão de pessoas								
Aperfeiçoamento da gestão de custos								
Instituição da governança judiciária								
Melhoria da infraestrutura e governança de TIC								
Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas								
Aprimoramento da gestão da justiça criminal								
Combate à corrupção e à improbidade administrativa								
Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional								
Adoção de soluções alternativas de conflito								
Gestão das demandas repetitivas dos grandes litigantes								
Garantia dos direitos de cidadania								

Fonte: ASPLAN, 2018.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Cumpre-nos ressaltar que, em 2020 ocorrerá a reformulação do Planejamento Estratégico Nacional por intermédio do CNJ e, como consequência, os demais Tribunais.

2.2 – A Estratégia do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá

No decurso de sua existência, o Poder Judiciário do Amapá, no enfrentamento cotidiano das demandas da sociedade que aportam em suas Unidades, tornou-se operante na lisura de suas decisões, imprimindo eficiência e rapidez na prestação de seus serviços além de consolidar um grau de confiabilidade e credibilidade ao cidadão em nosso Sistema de Justiça.

Buscando sempre o alinhamento ao rumo que a Justiça brasileira está a trilhar, a partir das recomendações do Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça vem procurando adequar-se ao que há de mais moderno dentro do conceito de gestão pública no âmbito dos Tribunais, utilizando ferramentas de vanguarda como o Plano de Gestão Estratégica, com suporte na metodologia do Balanced Scorecard (BSC).

A edição da Resolução 70/2009-CNJ, que instituiu o Planejamento e a Gestão Estratégica no Poder Judiciário Nacional, deu força ao que a Justiça estadual passou a chamar de “Estratégia para a Justiça do Amapá”. Essa iniciativa solicitou a colaboração substancial dos órgãos parceiros e integrantes do sistema Judiciário na construção desse empreendimento.

Em vista à racionalização da Gestão Estratégica para os anos subsequentes, o TJAP editou as Resoluções 509/2009 e 987/2015, que instituíram Comitês de Gestão Estratégica para gerenciar o Plano Estratégico e monitorar os indicadores estratégicos nos períodos 2010 a 2015 e de 2015 a 2020, respectivamente à Resolução 70/2009, aperfeiçoada pela Resolução 198/2015 do CNJ.

Com o processo de reformulação da estratégia nacional pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ em 2020, o Tribunal de Justiça do Amapá também reformulará a sua estratégia, buscando a eficiência, eficácia e a efetividade da prestação jurisdicional.

2.2.1 – Visão, Missão e Valores do Tribunal:

Visão:

Ser reconhecido como um Poder Judiciário transparente, eficiente e efetivamente justo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Missão:

Garantir cidadania plena por meio de um sistema de justiça integrado, ágil, efetivo e acessível.

Valores:

Acessibilidade
Agilidade
Desjudicialização
Desburocratização
Efetividade
Integração
Sinergia com a opinião pública
Valorização de talentos

Assim, resumidamente, o Planejamento Estratégico do Tribunal 2015-2020, possui 4(quatro) perspectivas: - **Aprendizado e Crescimento** que envolve os objetivos estratégicos de Valorização e Reconhecimento e Modernização, bem na base no Mapa Estratégico, que tratam de recursos humanos, materiais, tecnológicos, financeiros e informação; - **Processo Internos** que contempla os objetivos estratégicos de Simplificação, Captação e Gestão de Recursos, relacionados às atividades e processos primários e de suporte da organização; - **Cientes**, envolvendo os objetivos estratégicos de Relacionamento e Transparência, direcionados às partes interessadas e grupos de relacionamento; e finalmente, - a perspectiva **Resultados**, englobando os objetivos estratégicos de Integração do Sistema de Justiça e Cidadania, objetivando os resultados finais requeridos pela sociedade.

Figura 5- Mapa Estratégico da Justiça Estado do Amapá



Fonte: Planejamento Estratégico 2015-2020/TJAP.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

2.2.2 – Balanced Scorecard - BSC do TJAP

No Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá estão claramente definidas as suas metas e estratégias, visando medir o seu desempenho através de indicadores quantificáveis e verificáveis, objetivando atingir a sua visão de futuro.

Neste sentido, além das Metas Físicas e Financeiras estabelecidas no Plano Plurianual 2020-2023, que serão objeto do Relatório de Gestão, no formato estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE, o desempenho do Tribunal estará vinculado também ao alcance dos objetivos estratégicos, indicadores, metas, mediante a execução dos projetos estratégicos e ações.

Em sendo assim, o BSC do TJAP se desdobra de acordo com as perspectivas a seguir relacionadas:

2.2.2.1 - Perspectiva: Aprendizado e crescimento

a - Objetivo Estratégico: Valorização e reconhecimento

Descrição do Objetivo:

Promover o desenvolvimento, reconhecimento, meritocracia e valorização das pessoas.

a.1 - Indicadores e metas:

N.º	Indicador	Metas							
		Tipo	2014 (Ano Base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
01	Índice de qualidade de vida no trabalho - %	ADM	-	70	75	80	85	90	90
02	Índice de clima organizacional - %	ADM	-	70	75	80	85	90	90
03	Índice de aderência aos parâmetros de distribuição da força de trabalho - %	ADM	-	70	75	80	85	90	90
04	Índice de lideranças capacitadas nas competências estratégicas - %	ADM	-	70	75	80	85	90	90



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

a.2 - Projetos e ações:

Projeto	Descrição	Gerente de Projetos	Início
MELHOR+(Gestão por Competência)	Adoção de modelo de gestão estratégica de pessoas que alia os interesses da organização e de seus colaboradores	Diego França da Silva	2016
Valorização das Pessoas	Adoção de política de reconhecimento e de desenvolvimento de pessoas	Edinaldo Siqueira da Costa	2016
Teletrabalho	Adoção do trabalho remoto nas unidades e entre as unidades	Danielle Gabrielle Galvão de Oliveira Sivelira Alcântara	2015

b -Objetivo Estratégico: Modernização

Descrição do Objetivo:

Estruturação e otimização dos recursos materiais e tecnológicos necessários ao alcance da excelência na jurisdição.

Foco na inovação, integração, agilidade e segurança.

b.1 - Indicadores e metas:

N.º	Indicador	Metas							
		Tipo	2014 (Ano Base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
06	Índice de aderência às metas do PETIC	ADM	-	21	30	40	70	81	100
08	Tempo médio do processo administrativo - dias	ADM	104	99	94	88	83	78	73
19	Índice de agilidade na tramitação da aquisição de bens e serviços - %	ADM	-	50	60	65	70	75	80
29	Índice de modernização dos processos de trabalhos administrativos	ADM	-						

b.2 - Projetos e ações:

Iniciativa	Descrição	Gerente de Projetos	Início
Virtualização (dos processos de trabalho administrativo)	Implantação do processo eletrônico e extinção do processo em papel	Alan Davis Freire de Souza	2016
Modernização da TI	Atualização da estrutura e conhecimentos da TI	Walmir Bezerra Mesquita	2016

2.2.2.2 - Perspectiva: Processos internos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

a - Objetivo Estratégico: Simplificação

Descrição do Objetivo:

Promover a simplificação e padronização de processos de trabalho das áreas judiciais e administrativas visando reduzir o tempo de tramitação e aumentar a satisfação das partes interessadas.

a.1 -Indicadores e metas:

N.º	Indicador	Metas							
		Tipo	2014 (Ano Base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
05	Índice de virtualização de processos novos – %	JUD	23	50	60	70	75	80	85
07	Tempo médio do processo judicial - dias	JUD	460	437	414	391	368	345	322
09	Taxa de congestionamento na fase de conhecimento	JUD	-	55	51	47	43	39	35
10	Taxa de congestionamento na fase de execução	JUD	-	70	65	60	55	50	45
11	Índice de varas criminais com sistema de audiência por videoconferência	JUD	0	5	10	20	30	40	50
12	Índice de audiências criminais realizadas por videoconferência	JUD	0	5	10	25	40	55	70
13	Taxa de congestionamento em demanda de massa	JUD	-	80	75	70	65	60	55
14	Taxa de congestionamento das ações de improbidade e combate à corrupção	JUD	-	90	85	80	75	70	65
15	Índice de agilidade e julgamento nas ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública	JUD	-	70	75	80	85	90	95

a.2 -Projetos e ações:

Iniciativa	Descrição	Gerente de Projetos	Início
Simplificação (dos processos de trabalho da área judiciária)	Gestão dinâmica dos processos de trabalho visando sua otimização	Wilson Aguiar da Silva	2015
Tucujuris 2.0 (virtualização dos processos de trabalho da área Judiciária)	Atualização e simplificação do sistema visando ganho de produtividade	Adelson Armando marques Anderson	2016

b - Objetivo Estratégico: Captação e Gestão de recursos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Descrição do Objetivo:

Melhoria do processo de captação do recurso financeiro orçamentário e extra orçamentário, visando a sustentabilidade.

Melhoria do processo de aquisições e de gestão de contratos.

b.1 - Indicadores e metas:

N.º	Indicador	Metas							
		Tipo	2014 (Ano Base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
16	Índice de execução orçamentária - %	JUD	-	96	97	98	99	99	99
17	Índice de eficiência operacional (despesa total / processos baixados)	ADM	-	3037	2878	2718	2558	2398	2238
18	Índice de incremento no investimento - %	ADM	6.121.426,00	50	60	70	80	90	100
20	Índice de execução do plano estratégico	ADM	-	50	60	65	70	75	80

b.2 - Projetos e ações:

Iniciativa	Descrição	Gerente de Projetos	Início
Justiça sem Fronteiras	Sensibilização e negociação com os outros poderes para a obtenção de recursos não orçamentários de investimento	Augusto César Alberto Neri	2015
Arrecadar Melhor	Revisão e automação do processo de arrecadação de custas	Oberdan Serrão de Almeida	2016
Agenda Estratégica (acompanhamento do cumprimento das Resoluções do CNJ)	Otimização da governança externa e interna em todos os níveis	Rosywan Cantuária da Silva Ferreira	2016
Plano de Obras	Planejamento e monitoramento integrado de construção e reforma das edificações	Márcio Alcântara	2016

2.2.2.3 - Perspectiva: Clientes

a -Objetivo Estratégico: Transparência

Descrição do Objetivo:

Promoção de publicidade e transparência das ações e dos resultados a todos os públicos de interesse.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

a.1 - Indicadores e metas:

N.º	Indicador	Metas							
		Tipo	2014 (Ano Base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
21	Índice de transparência - %	ADM	-	70	75	80	85	90	95

a.2 - Projetos e ações:

Iniciativa	Descrição	Gerente de Projetos	Início
Gestão em Foco (Comunicação Institucional/Agenda Positiva)	Publicidade e transparência das ações e dos resultados;. Estratégia de comunicação ampla e interativa de duas vias para todos os públicos	Aloísio Miranda Menescal	2016
Ouvir o Cidadão	Canais diretos de acolhimento de críticas e sugestões	Francisco Ângelo Martins Pereira	2015

b - Objetivo Estratégico:Relacionamento

Descrição do Objetivo:

Promoção da melhoria do relacionamento em todos os níveis e com todas as partes interessadas, externas e internas.

b.1 - Indicadores e metas:

N.º	Indicador	Metas							
		Tipo	2014 (Ano Base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
22	Índice de qualidade do atendimento - %	ADM	77,6	70	75	80	85	90	80*
24	Índice de satisfação do cidadão - %	ADM	-	70	75	80	85	90	95

*alterado pelo Pleno Administrativo

b.2 - Projetos e ações:

Iniciativa	Descrição	Gerente de Projetos	Início
Atendimento nota Dez	Otimização e humanização do atendimento e dos canais de atendimento	Jozinete Cordeiro Tavares	2016

2.2.2.5 - Perspectiva: Resultados



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

a - Objetivo Estratégico: Integração do sistema de justiça

Descrição do Objetivo:

Integração e compartilhamento de ações, políticas, recursos e acordos de resultados conjuntos.

a.1 - Indicadores e metas:

N.º	Indicador	Metas							
		Tipo	2014 (Ano Base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
23	Índice de integração do sistema de justiça - %	ADM	-	70	75	80	85	90	95

a.2 - Projetos e ações:

Iniciativa	Descrição	Gerente de Projetos	Início
Sistema de Justiça (Instituição de cooperação entre os órgãos que compõem o sistema de justiça)	Integração do sistema de justiça nos interesses comuns de atuação política, desenvolvimento mútuo e compartilhamento de recursos.	Adelson Armando Marques Anderson	2015

b - Objetivo Estratégico: Cidadania

Descrição do Objetivo:

Promoção efetiva do direito e da cidadania visando garantir a paz social.

b.1 - Indicadores e metas:

N.º	Indicador	Metas							
		Tipo	2014 (Ano Base)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
25	Índice de conciliação processual - %	JUD	-	15	18	21	24	27	30
26	Índice de conciliação pré-processual - %	JUD	-	70	75	80	85	90	95
27	Índice de efetividade da conciliação (IEC)	JUD	11,69%	20	23	26	29	32	35
28	Índice de audiências de conciliação não realizadas	JUD	-	-	-	-	40	35	35
30	Índice de Esforço da Conciliação	JUD	-	90	92	94	96	98	98



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

b.2 - Projetos e ações:

Iniciativa	Descrição	Gerente de Projetos	Início
Conciliação	Promoção do direito e da cidadania em todos os níveis e para todos os públicos, com estímulo à conciliação e desjudicialização, e inclusão de fase de conciliação anterior à petição e atermção	Sônia Reginas dos Santos Ribeiro	2015
Justiça na Comunidade	Relocalização de comarcas e varas físicas e itinerantes	Rubens José Barros Gomes	2016

Reitera-se que, após o reformulação do estratégia nacional pelo CNJ que ocorrerá em 2020, o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá também realizará a reformulação de seu Planejamento Estratégico. Assim, quando da revisão do Plano Plurianual que ocorrerá em 2021 para vigir a partir de 2022, o BSC do Tribunal será alinhado ao período do PPA.

2.3 – Alinhamento do Plano Plurianual - PPA à Estratégia do Tribunal Justiça do Estado do Amapá

A Plano Plurianual (PPA) do Governo do Estado do Amapá abrange o período de 2020-2023 e contempla os seguintes Programas e Ações relacionados ao Tribunal de Justiça do Estado, bem como com relação ao Fundo de Manutenção e Reparelhamento da Justiça - FMRJ e o Fundo de Apoio aos Juizados da Infância e Juventude do estado do Amapá – FAJIJ:

Quadro 6 - Programas e Ações PPA – 2020-2023

PROGRAMA :	0052 - GESTÃO JUDICIÁRIA E ADMINISTRATIVA
AÇÃO : ESCOLA JUDICIAL DO AMAPÁ - EJAP	
AÇÃO: COMUNICAÇÃO SOCIAL	
AÇÃO: MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA - APOIO TJAP	
AÇÃO: PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU	
AÇÃO: PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DO 2º GRAU	
AÇÃO: ESTRUTURAÇÃO DO FUNDO DE REGISTRO CIVIL - FERC	
PROGRAMA :	0056 - MODERNIZAÇÃO E GOVERNAÇÃO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
AÇÃO: RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO COM TI NAS UNIDADES DO TJAP	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

PROGRAMA :	0057 - MANUTENÇÃO DA ORDEM JURÍDICA E DA PAZ SOCIAL
AÇÃO: MANUTENÇÃO E REAPARELHAMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA/AP COM RECURSOS DO FUNDO	
AÇÃO: ESTRUTURAÇÃO DO FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS - FUNSEG	
PROGRAMA :	0058 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
AÇÃO: APOIO AOS JUIZADOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO ESTADO DO AMAPÁ - FAJJI	
PROGRAMA :	0059 - ESTRUTURA FÍSICA DO PODER JUDICIÁRIO
AÇÃO: CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
AÇÃO: CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO 1º GRAU - PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU	
AÇÃO: CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO 2º GRAU	

Fonte: ASPLAN, 2019.

A vinculação do Plano Estratégico ao Plano Plurianual do Governo do Estado fica demonstrado no Quadro abaixo:

Quadro 7 - Matriz de Alinhamento dos Objetivos Estratégicos do TJAP ao PPA 2020-2023

Objetivo Estratégicos	Valorização e reconhecimento	Modernização	Simplificação	Captação e gestão de recursos	Relacionamento	Transparência	Integração do Sistema de Justiça	Cidadania
PPA - Programas Ações								
0052 – Gestão Judiciária e Administrativa. - Ação :Escola Judicial do Amapá – EJAP; - Ação: Comunicação Social; - Ação: Manutenção Administrativa - Apoio TJAP; - Ação: Priorizaçãodo 1º Grau; - Ação: Prestação Jurisdicionalno 2º Grau; - Ação:Estruturação do Fundo de registro civil - FERC								
0056 - Modernização e governança em tecnologia da informação e comunicação. - Ação: Renovação e ampliação com TI nas unidades do TJAP								



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Objetivo Estratégicos	Valorização e reconhecimento	Modernização	Simplificação	Captação e gestão de recursos	Relacionamento	Transparência	Integração do Sistema de Justiça	Cidadania
PPA - Programas Ações								
0057 - Manutenção da ordem jurídica e da paz social - Ação: Manutenção e reaparelhamento do tribunal de Justiça/Ap com recursos do Fundo - Ação: Estruturação do Fundo Estadual de Seguranaça dos Magistrados - FUNSEG								
0058 - Proteção social básica - Ação: Apoio aos juizados da infância e juventude do Estado do Amapá - FAJII								
0059 - Estrutura física do poder judiciário - Ação: construção, reforma e ampliação de unidades administrativas; - Ação: construção, reforma e ampliação de unidades do 1º grau - priorização do primeiro grau; - Ação: construção, reforma e ampliação de unidades do 2º grau.								

Fonte: ASPLAN, 2019.

As Iniciativas, Projetos e Ações, relacionadas a cada objetivo estratégico estão descritos no item **2.2.2 – Balanced Scorecard - BSC do TJAPe** serão realinhados ao PPA quando da reformulação da estratégia do Tribunal que ocorrerá em 2020.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

3. ESTRUTURAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

3.1- Unidade Orçamentário 03101: Tribunal de Justiça

3.1.1 – Atributos dos Programas e Ações

3.1.1.1 – Programa 0052 - Gestão Judiciária e Administrativa:

Eixo / Unidade Orçamentária / Programa / Público Alvo do Programa	Objetivo do Programa	Justificativa do programa	Ação	Função	Sub-função	Finalidade da Ação
OUTROS PODERES						
03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA						
0052 - GESTÃO JUDICIÁRIA E ADMINISTRATIVA						
Sociedade	Garantir cidadania plena por meio de um sistema de justiça integrado, ágil, efetivo e acessível.	Suprir o Poder Judiciário dos meios administrativos para implementação e gestão de seus programas finalísticos e outros, facilitando o acesso à Justiça.	2327 - ESCOLA JUDICIAL DO AMAPÁ - EJAP	02 - JUDICIÁRIA	061 - Ação Judiciária	Promover a preparação inicial e o contínuo aprimoramento dos conhecimentos técnicos e jurídicos dos Magistrados e Servidores
			2328 - MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA - APOIO TJAP	02 - JUDICIÁRIA	061 - Ação Judiciária	Manter administrativamente as unidades do TJAP, para garantir efetividade e qualidade jurisdicional
			2330 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	02 - JUDICIÁRIA	061 - Ação Judiciária	Promover a Comunicação Social no âmbito do Poder Judiciário, com a finalidade de dar cumprimento a Resolução nº 85 de 08/09/2009 - CNJ
			2003 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DO 2º GRAU	02 - JUDICIÁRIA	061 - Ação Judiciária	Proporcionar à sociedade o acesso à Justiça de forma efetiva e ágil, mediante a análise das decisões tomadas no primeiro grau e processos originários.
			2334 - PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU	02 - JUDICIÁRIA	061 - Ação Judiciária	Proporcionar à sociedade o acesso à Justiça, por meio de um atendimento de qualidade, célere, eficiente, eficaz e efetivo, para uma melhor prestação jurisdicional, visando a resolução de conflitos e a paz social.
			2708 - ESTRUTURAÇÃO DO FUNDO DE REGISTRO CIVIL-FERC	02 - JUDICIÁRIA	061 - Ação Judiciária	Compensar, através da criação de selos de registros públicos, a prática dos atos praticados pelo registrador civil nos cartórios extra-judiciais, mediante devida comprovação condicionada à disponibilidade de recursos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

3.1.1.1.1 – Atributos do Indicador do Programa 0052 - Gestão Judiciária e Administrativa:

Indicador	Metas				
	Tipo	2020	2021	2022	2023
Índice de qualidade do atendimento - %	ADM	80	82	84	86
<p>Índice de qualidade do atendimento – IQA (%) Descrição: Será obtido em Pesquisa de Satisfação do TJAP realizada e publicada anualmente. Meta: Obter 86%, até 2023 Periodicidade: Anual Esclarecimento sobre o indicador: Será extraído o referido índice da Pesquisa de Satisfação, Seção 2, Item 2.2 - Serviços Forenses, Gráfico 7, extratificado pela Tabela 3. OBS: 1) A Pesquisa de Satisfação 2015 mediu um Índice de Qualidade no Atendimento (IQA) de 77,6%. 2) Indicador retirado do PE do Tribunal. Em 2020 ocorrerá a reformulação do Planejamento Estratégico do Tribunal. Assim, quando da revisão do PPA em 2021, as metas acima referidas poderão ser alteradas. (FONTE: GLOSSÁRIO DE INDICADORES ESTRATÉGICOS TJAP)</p>					

3.1.1.1.2 – Atributos das Ações do Programa 0052 - Gestão Judiciária e Administrativa:

Eixo / Unidade Orçamentária / Programa/ Ação	Finalidade da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Local
OUTROS PODERES					
03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA					
0052 - GESTÃO JUDICIÁRIA E ADMINISTRATIVA					
2327 - ESCOLA JUDICIAL DO AMAPÁ - EJAP	Promover a preparação inicial e o contínuo aprimoramento dos conhecimentos técnicos e jurídicos dos Magistrados e Servidores.	Potencialização do capital humano de forma a desenvolver seus conhecimentos, habilidades e atitudes de acordo com competência e técnicas dos servidores e magistrados nas unidades judiciárias e administrativas do Poder Judiciário, para uma melhor prestação jurisdicional, mediante a realização de cursos presenciais e EAD, palestras, seminários, workshop, pós-graduação e outros.	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	Estado do Amapá



PODER JUDICIARIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Eixo / Unidade Orçamentária / Programa/ Ação	Finalidade da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Local
OUTROS PODERES					
03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA					
0052 - GESTÃO JUDICIÁRIA E ADMINISTRATIVA					
2328 - MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA - APOIO TJAP	Manter administrativamente as unidades do TJAP, para garantir efetividade e qualidade jurisdicional.	Assegurar o adequado funcionamento das unidades de apoio indireto à atividade judicante, mediante o provimento de recursos humanos, materiais e outros necessários à gestão.	UNIDADE MANTIDA	UNIDADE	Estado do Amapá
2330 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	Promover a Comunicação Social no âmbito do Poder Judiciário, com a finalidade de dar cumprimento a Resolução nº 85 de 08/09/2009 - CNJ.	Realiza o contato com a Sociedade mediante a realização de entrevista, informes oficiais pelos veículos de comunicação externas, campanhas institucionais, resenhas eletrônicas via internet, intranet e redes, sociais, bem como ações de relações públicas.	NOTÍCIAS DIVULGADAS	UNIDADE	Estado do Amapá
2003 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DO 2º GRAU	Proporcionar à sociedade o acesso à Justiça de forma efetiva e ágil, mediante a análise das decisões tomadas no primeiro grau e processos originários.	Acesso à justiça a nível de 2º grau aos cidadãos jurisdicionados, visando a reanálise de seu processo, por uma instância superior, incluindo-se processos originários.	UNIDADE MANTIDA	UNIDADE	Estado do Amapá
2334 - PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU	Proporcionar à sociedade o acesso à Justiça, por meio de um atendimento de qualidade, celere, eficiente, eficaz e efetivo, para uma melhor prestação jurisdicional, visando a resolução de conflitos e a paz social.	Acesso à justiça ao serviço jurisdicional através das unidades judiciárias, bem como por intermédio do núcleo de conciliações.	UNIDADE MANTIDA	UNIDADE	Estado do Amapá
2708 - ESTRUTURAÇÃO DO FUNDO DE REGISTRO CIVIL- FERC	Compensar, através da criação de selos de registros públicos, a prática dos atos praticados pelo registrador civil nos cartórios extrajudiciais, mediante devida comprovação condicionada à disponibilidade de recursos.	Suprir o custeio dos atos praticados gratuitamente pelos Registros Civis de Pessoas Naturais.	UNIDADE MANTIDA	UNIDADE	Estado do Amapá

3.1.1.1.3 – Metas Físicas e Financeiras das Ações do Programa 0052 - Gestão Judiciária e Administrativa:



PODER JUDICIARIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Eixo / Unidade Orçamentária / Programa / Ação	Produto	Unidade Medida	Município	2020		2021		2022		2023	
				Meta Física	Meta Financeira	Meta Física	Meta Financeira	Meta Física	Meta Financeira	Meta Física	Meta Financeira
OUTROS PODERES				-		-		-		-	
03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA				-	367.318.192,00	-	411.420.820,00	-	460.801.987,00	-	516.093.349,00
0052 - GESTÃO JUDICIÁRIA E ADMINISTRATIVA				-	367.318.192,00	-	411.420.820,00	-	460.801.987,00	-	516.093.349,00
2327 - ESCOLA JUDICIAL DO AMAPÁ - EJAP	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	Estado do Amapá	2.925,00	1.000.000,00	3.055,00	1.100.000,00	3.185,00	1.200.000,00	3.315,00	1.300.000,00
2328 - MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA - APOIO TJAP	UNIDADE MANTIDA	UNIDADE	Estado do Amapá	1,00	64.937.305,00	1,00	72.849.782,00	1,00	81.711.756,00	1,00	91.637.167,00
2330 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	DIVULGAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	Estado do Amapá	17.000,00	810.000,00	19.000,00	846.450,00	21.000,00	884.540,00	23.000,00	924.345,00
2003 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DO 2º GRAU	UNIDADE MANTIDA	UNIDADE	Estado do Amapá	9,00	36.631.836,00	9,00	41.027.657,00	9,00	45.950.975,00	9,00	51.465.093,00
2334 - PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU	UNIDADE MANTIDA	UNIDADE	Estado do Amapá	55,00	263.749.221,00	55,00	295.399.128,00	55,00	330.847.023,00	55,00	370.548.666,00
2708 - ESTRUTURAÇÃO DO FUNDO DE REGISTRO CIVIL- FERC	UNIDADE MANTIDA	UNIDADE	Estado do Amapá	2,00	189.830,00	2,00	197.803,00	2,00	207.693,00	2,00	218.078,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

3.1.1.2 – Programa 0056 - Modernização e Governança em Tecnologia da Informação e Comunicação:

Eixo / Unidade Orçamentária / Programa / Público Alvo do Programa	Objetivo do Programa	Justificativa do programa	Ação	Função	Sub-função	Finalidade da Ação
OUTROS PODERES						
03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA						
0056 - MODERNIZAÇÃO E GOVERNANÇA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO						
Sociedade	Garantir cidadania plena por meio de um sistema de justiça integrado, ágil, efetivo e acessível.	Garantir infraestrutura de TI adequada à atuação de todos os procedimentos organizacionais, bem como proporcionar a instituição e a população em geral um atendimento mais eficiente e eficaz.	2383 - RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO COM TI NAS UNIDADES DO TJAP	02 - JUDICIÁRIA	061 - Ação Judiciária	Garantir a estrutura tecnológica da informação necessária para que a instituição e a população em geral tenham um atendimento eficiente e eficaz.

3.1.1.2.1 – Atributos do Indicador do Programa 0056 - Modernização e Governança em Tecnologia da Informação e Comunicação:

Indicador	Metas				
	Tipo	2020	2021	2022	2023
Índice de aderência às metas do PETIC	ADM	100	100	100	100
Índice de aderência às metas do PETIC– IAMP (%)					
DESCRIÇÃO: Tem-se uma medição objetiva da implementação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) – 2015-2020 no âmbito do Poder Judiciário do Amapá.					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Indicador	Metas				
	Tipo	2020	2021	2022	2023
Índice de aderência às metas do PETIC	ADM	100	100	100	100
<p>META: Não se tem o cálculo de Valor Base para o IAMP. Será calculado tomando referência o ano de 2015, permitindo que possa inferir os valores estimativos para os anos subsequentes até o ano de 2020.</p> <p>PERIODICIDADE: Semestral</p> <p>ESCLARECIMENTOS SOBRE O INDICADOR: Verificar a quantidade de metas alcançadas em relação ao total de metas estabelecidas no planejamento estratégico de tecnologia da informação.</p> <p>FÓRMULA: $IAMP = (MA/TM) \times 100$</p> <p>DADOS A SEREM SOLICITADOS: MA - Metas Alcançadas no PETIC TM - Total de Metas do PETIC.</p> <p>OBS.: Indicador retirado do PE do Tribunal. Em 2020 ocorrerá a reformulação do Planejamento Estratégico do Tribunal. Assim, quando da revisão do PPA em 2021, as metas acima referidas poderão ser alteradas. (FONTE: TJAP/PE 2015-2020)</p>					

3.1.1.2.2 – Atributos da Ação do Programa 0056 - Modernização e Governança em Tecnologia da Informação e Comunicação:

Eixo / Unidade Orçamentária / Programa/ Ação	Finalidade da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Local
OUTROS PODERES					
03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA					
0056 - MODERNIZAÇÃO E GOVERNANÇA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO					
2383 - RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO COM TI NAS UNIDADES DO TJAP	Garantir a estrutura tecnológica da informação necessária para que a instituição e a população em geral tenham um atendimento eficiente e eficaz.	Garantir confiabilidade, integridade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.	UNIDADE MANTIDA	UNIDADE	Estado do Amapá



PODER JUDICIARIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

3.1.1.2.3 – Metas Físicas e Financeiras da Ação do Programa 0056 - Modernização e Governança em Tecnologia da Informação e Comunicação:

Eixo / Unidade Orçamentária / Programa/ Ação	Produto	Unidade Medida	Município	2020		2021		2022		2023	
				Meta Física	Meta Financeira	Meta Física	Meta Financeira	Meta Física	Meta Financeira	Meta Física	Meta Financeira
OUTROS PODERES				-		-		-		-	
03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA				1,00	9.981.387,00	1,00	6.450.000,00	1,00	3.700.000,00	1,00	3.700.000,00
0056 - MODERNIZAÇÃO E GOVERNANÇA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO											
2383 - RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO COM TI NAS UNIDADES DO TJAP	UNIDADE MANTIDA	UNIDADE	Estado do Amapá	1,00	9.981.387,00	1,00	6.450.000,00	1,00	3.700.000,00	1,00	3.700.000,00



PODER JUDICIARIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

3.1.1.3 – Programa 0059 –Estrutura Física do Tribunal de Justiça do Amapá:

Eixo / Unidade Orçamentária / Programa / Público Alvo do Programa	Objetivo do Programa	Justificativa do programa	Ação	Função	Sub-função	Finalidade da Ação
OUTROS PODERES						
03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA						
0059 - ESTRUTURA FÍSICA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ						
Sociedade	Garantir cidadania plena por meio de um sistema de justiça integrado, ágil, efetivo e acessível.	Garantir infraestrutura adequada ao Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, com objetivo de facilitar o acesso a Justiça e à prestação jurisdicional.	2382 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ADMINISTRATIVAS	02 - JUDICIÁRIA	061 - Ação Judiciária	Construir, estruturar, modernizar e expandir a infraestrutura administrativa, visando garantir a efetividade e qualidade na prestação dos serviço jurisdicional.
			2005 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO 1º GRAU - PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU	02 - JUDICIÁRIA	061 - Ação Judiciária	Construir, estruturar, modernizar e expandir a infraestrutura judiciária, visando garantir a efetividade e qualidade da prestação do serviço jurisdicional.
			2006 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO 2º GRAU	02 - JUDICIÁRIA	061 - Ação Judiciária	Construir, estruturar, modernizar e expandir a infraestrutura judiciária, visando garantir a efetividade e qualidade na prestação do serviço jurisdicional.

3.1.1.3.1 – Atributos do Indicador do Programa 0059 – Estrutura Física do Tribunal de Justiça do Amapá:

Indicador	Metas				
	Tipo	2020	2021	2022	2023



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Indicador	Metas				
	Tipo	2020	2021	2022	2023
Índice de incremento no investimento - %	ADM	100	100	100	100
Índice de incremento no investimento – IIIInvest (%)					
<p>DESCRIÇÃO: Índice que visa medir o comportamento e o volume da rubrica de investimento comparando-o com o orçamento total.</p> <p>META: Não se tem o cálculo de Valor Base para o IIIInvest. Será calculado tomando referência o ano de 2015 (Ano Base), permitindo que possa inferir os valores estimativos para os anos subsequentes até o ano de 2020.</p> <p>PERIODICIDADE: Anual</p> <p>ESCLARECIMENTOS SOBRE O INDICADOR: Faz-se necessário o acompanhamento do comportamento do grau de investimento do Poder Judiciário do Amapá, pois se elevado e destinado a execução do Planejamento Estratégico, pode-se associar diretamente a melhoria do serviço.</p> <p>FÓRMULA: $IEOper = ((ODInvestAnoi/ODInvestAnoBase) - 1) \times 100$</p> <p>DADOS A SEREM SOLICITADOS: ODInvestAnoi - ORÇAMENTO DESTINADO AO INVESTIMENTO Ano Atual ODInvestAnoBase - ORÇAMENTO DESTINADO AO INVESTIMENTO Ano Base</p> <p>OBS.: Indicador retirado do PE do Tribunal. Em 2020 ocorrerá a reformulação do Planejamento Estratégico do Tribunal. Assim, quando da revisão do PPA em 2021, as metas acima referidas poderão ser alteradas. (FONTE: TJAP)</p>					

3.1.1.3.2 – Atributos das Ações do Programa 0059 – Estrutura Física do Tribunal de Justiça do Amapá:

Eixo / Unidade Orçamentária / Programa / Ação	Finalidade da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Local
OUTROS PODERES					
03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA					
0059 - ESTRUTURA FÍSICA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ					
2382 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ADMINISTRATIVAS	Construir, estruturar, modernizar e expandir a infraestrutura administrativa, visando garantir a efetividade e qualidade na prestação dos serviços jurisdicionais.	Efetuar construção, reforma, ampliação e manutenção de unidades administrativas, visando o adequado funcionamento.	PRÉDIO CONSTRUÍDO, AMPLIADO E/OU REFORMADO	UNIDADE	Estado do Amapá



PODER JUDICIARIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Eixo / Unidade Orçamentária / Programa / Ação	Finalidade da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Local
OUTROS PODERES					
03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA					
0059 - ESTRUTURA FÍSICA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ					
2005 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO 1º GRAU - PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU	Construir, estruturar, modernizar e expandir a infraestrutura judiciária, visando garantir a efetividade e qualidade da prestação do serviço jurisdicional no primeiro grau.	Efetuar construção, reforma, ampliação e manutenção de unidade de primeiro grau de jurisdição, garantindo a infraestrutura física do judiciário em condição adequada de funcionamento.	PRÉDIO CONSTRUÍDO, AMPLIADO E/OU REFORMADO	UNIDADE	Estado do Amapá
2006 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO 2º GRAU	Construir, estruturar, modernizar e expandir a infraestrutura judiciária, visando garantir a efetividade e qualidade na prestação do serviço jurisdicional no segundo grau.	Efetuar construção, reforma, ampliação e manutenção de unidade de segundo grau de jurisdição, garantindo a infraestrutura física do judiciário em condição adequada de funcionamento.	PRÉDIO CONSTRUÍDO, AMPLIADO E/OU REFORMADO	UNIDADE	Estado do Amapá

3.1.1.3.3 – Metas Físicas e Financeiras das Ações do Programa 0059 – Estrutura Física do Tribunal de Justiça do Amapá:

Eixo / Unidade Orçamentária / Programa / Ação	Produto	Unidade Medida	Município	2020		2021		2022		2023	
				Meta Física	Meta Financeira	Meta Física	Meta Financeira	Meta Física	Meta Financeira	Meta Física	Meta Financeira
OUTROS PODERES				-		-		-		-	
03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA				-	13.110.000,00	-	8.540.000,00	-	7.550.000,00	-	11.950.000,00
0059 - ESTRUTURA FÍSICA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ				29,00	13.110.000,00	10,00	8.540.000,00	7,00	7.550.000,00	25,00	11.950.000,00
2382 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ADMINISTRATIVAS	PRÉDIO CONSTRUÍDO, AMPLIADO E/OU REFORMADO	UNIDADE	Estado do Amapá	2,00	5.000.000,00	2,00	2.817.200,00	1,00	2.179.000,00	1,00	2.971.000,00



PODER JUDICIARIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Eixo / Unidade Orçamentária / Programa/ Ação	Produto	Unidade Medida	Município	2020		2021		2022		2023	
				Meta Física	Meta Financeira	Meta Física	Meta Financeira	Meta Física	Meta Financeira	Meta Física	Meta Financeira
OUTROS PODERES				-		-		-		-	
03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA				-	13.110.000,00	-	8.540.000,00	-	7.550.000,00	-	11.950.000,00
0059 - ESTRUTURA FÍSICA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ				29,00	13.110.000,00	10,00	8.540.000,00	7,00	7.550.000,00	25,00	11.950.000,00
2005 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO 1º GRAU - PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU	PRÉDIO CONSTRUÍDO, AMPLIADO E/OU REFORMADO	UNIDADE	Estado do Amapá	25,00	7.349.000,00	6,00	5.268.800,00	4,00	4.716.000,00	22,00	7.884.000,00
2006 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO 2º GRAU	PRÉDIO CONSTRUÍDO, AMPLIADO E/OU REFORMADO	UNIDADE	Estado do Amapá	2	761.000,00	3,00	454.000,00	2,00	655.000,00	2,00	1.095.000,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

3.2 – Unidade Orçamentária 03301: Fundo de Manutenção e Reparelhamento da Justiça

3.2.1 – Atributos dos Programas e Ações do FMRJ

3.2.1.1 – Programa 0057 - Manutenção da Ordem Jurídica e da Paz Social

Eixo / Unidade Orçamentária / Programa / Público Alvo do Programa	Objetivo do Programa	Justificativa do Programa	Ação	Função	Sub-função	Finalidade da Ação
OUTROS PODERES						
03301 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA						
0057 - MANUTENÇÃO DA ORDEM JURÍDICA E DA PAZ SOCIAL						
Unidades do TJAP	Promover o fortalecimento do Poder Judiciário do Estado do Amapá, mediante administração de suas receitas extra-orçamentárias, com objetivo de destiná-las ao reaparelhamento dos órgãos da Justiça Estadual e as respectivas manutenções.	Justifica-se, plenamente, considerando a necessidade de fortalecer, ampliar, operacionalizar e qualificar a Justiça do Estado do Amapá, primando pela eficiência e a eficácia no atendimento aos jurisdicionados, possibilitando acesso à Justiça, bem como a promoção do Direito e da Cidadania.	2338 - MANUTENÇÃO E REAPARELHAMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA/AP COM RECURSOS DO FUNDO.	02 - JUDICIÁRIA	061 - Ação Judiciária	Garantir a manutenção e o reaparelhamento do Tribunal de Justiça do Amapá.
			2004 - ESTRUTURAÇÃO DO FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DE MAGISTRADOS - FUNSEG	02 - JUDICIÁRIA	061 - Ação Judiciária	Implementar Programa de Segurança para Magistrados do Primeiro e Segundo Grau de Jurisdição, em cumprimento à Resolução nº 104/2010 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

3.2.1.1.1 – Atributos do Indicador do Programa 0057 - Manutenção da Ordem Jurídica e da Paz Social:



PODER JUDICIARIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Indicador	Metas				
	Tipo	2020	2021	2022	2023
Índice de execução orçamentária - %	ADM	99	99	99	99
Índice de execução orçamentária – IEOrça (%)					
<p>DESCRIÇÃO: Mede o percentual da execução orçamentária em relação ao orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual – LOA para o Poder Judiciário do Amapá, acrescido dos créditos suplementares.</p> <p>META: O IEOrça deverá atingir 99% até 2020.</p> <p>PERIODICIDADE: Anual</p> <p>ESCLARECIMENTOS SOBRE O INDICADOR: Esta medição permitirá verificar o grau de orçamento executado em relação ao orçamento disponibilizado.</p> <p>FÓRMULA: $IEOrça = (VEA/VTOD)*100$</p> <p>DADOS A SEREM SOLICITADOS:</p> <p>VEA - Valor Executado Anual VTOD - Valor Total do Orçamento Disponibilizado</p> <p>OBS:</p> <p>1) Apesar da periodicidade anual, deve-se realizar o acompanhamento mensal deste índice, utilizando-se como referências os repasses duodecimais.</p> <p>2) Indicador retirado do PE do Tribunal. Em 2020 ocorrerá a reformulação do Planejamento Estratégico do Tribunal. Assim, quando da revisão do PPA em 2021, as metas acima referidas poderão ser alteradas.</p> <p>(FONTE: TJAP)</p>					

3.2.1.1.2 – Atributos das Ações do Programa 0057 - Manutenção da Ordem Jurídica e da Paz Social:

Eixo / Unidade Orçamentária / Programa / Ação	Finalidade da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Local
OUTROS PODERES					
03301 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA					
0057 - MANUTENÇÃO DA ORDEM JURÍDICA E DA PAZ SOCIAL					
2338 - MANUTENÇÃO E REAPARELHAMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA/AP COM RECURSOS DO FUNDO.	Garantir a manutenção e o reaparelhamento do Tribunal de Justiça do Amapá.	Manutenção e apoio ao funcionamento, à estrutura física e organizacional nas ações e iniciativas no primeiro e segundo grau de jurisdição, bem como a construção, instalação, reforma e ampliação de imóveis, indispensáveis ao funcionamento eficiente da Justiça do Estado.	UNIDADE ATENDIDA	UNIDADE	Estado do Amapá



PODER JUDICIARIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Eixo / Unidade Orçamentária / Programa / Ação	Finalidade da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Local
OUTROS PODERES					
03301 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA					
0057 - MANUTENÇÃO DA ORDEM JURÍDICA E DA PAZ SOCIAL					
2004 - ESTRUTURAÇÃO DO FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DE MAGISTRADOS - FUNSEG	Implementar Programa de Segurança para Magistrados do Primeiro e Segundo Grau de Jursisdção, em cumprimento à Resolução nº 104/2010 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.	Assegurar os recursos necessários à implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados e à estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades de segurança dos Magistrados.	UNIDADE ATENDIDA	UNIDADE	Estado do Amapá

3.2.1.1.3 – Metas Físicas e Financeiras das Ações do Programa 0057 - Manutenção da Ordem Jurídica e da Paz Social:

Eixo / Unidade Orçamentária / Programa / Ação	Produto	Unidade Medida	Município	2020		2021		2022		2023	
				Meta Física	Meta Financeira	Meta Física	Meta Financeira	Meta Física	Meta Financeira	Meta Física	Meta Financeira
OUTROS PODERES				-	-	-	-	-	-	-	-
03301 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA				32	7.518.323,00	32	7.834.092,00	32	8.223.846,00	32	8.632.781,00
0057 - MANUTENÇÃO DA ORDEM JURÍDICA E DA PAZ SOCIAL				32	7.518.323,00	32	7.834.092,00	32	8.223.846,00	32	8.632.781,00
2338 - MANUTENÇÃO E REAPARELHAMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA/AP COM RECURSOS DO FUNDO.	UNIDADE ATENDIDA	UNIDADE	Estado do Amapá	16	7.142.406,85	16	7.442.387,40	16	7.812.653,70	16	8.201.141,95
2004 - ESTRUTURAÇÃO DO FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DE MAGISTRADOS - FUNSEG	UNIDADE ATENDIDA	UNIDADE	Estado do Amapá	16	375.916,15	16	391.704,60	16	411.192,30	16	431.639,05



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

3.3 – Unidade Orçamentária 03302: Fundo de Apoio aos Juizados da Infância e da Juventude

3.3.1 – Atributos dos Programas e Ações do FAJJI

3.3.1.1 – Programa 0058 – Proteção Social Básica

Eixo / Unidade Orçamentária / Programa / Público Alvo do Programa	Objetivo do Programa	Justificativa do Programa	Ação	Função	Sub-função	Finalidade da Ação
OUTROS PODERES						
03302 - FUNDO DE APOIO AOS JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE						
0058 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA						
Crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social	Prover de recursos financeiros os projetos e programas dos Juizados da Infância e da Juventude das Comarcas do Estado do Amapá.	Proteção às crianças e aos adolescentes expostas à situação de risco pessoal e social, cujas necessidade de atenção extrapolam o âmbito de atuação das políticas sociais básicas e assistenciais.	2332 - APOIO AOS JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - FAJJI	02 - JUDICIÁRIA	061 - Ação Judiciária	Implantar ações de defesa dos direitos da criança e do adolescente

3.3.1.1.1 – Atributos do Indicador do Programa 0058 – Proteção Social Básica

Indicador	Metas				
	Tipo	2020	2021	2022	2023
Número de Crianças e Adolescentes Atendidos (Unidade)	ADM	200	200	200	200
Número de Crianças e Adolescentes Atendidos(Unidade) DESCRIÇÃO: Quantidade de crianças e adolescentes atendidos no período. PERIODICIDADE: Anual OBS: Em 2020 ocorrerá a reformulação do Planejamento Estratégico do Tribunal. Assim, quando da revisão do PPA em 2021, as metas acima referidas poderão ser alteradas.					

3.3.1.1.2 – Atributos da Ação do Programa 0058 – Proteção Social Básica



PODER JUDICIARIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Eixo / Unidade Orçamentária / Programa / Ação	Função	Sub-função	Finalidade da Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Local
OUTROS PODERES							
03302 - FUNDO DE APOIO AOS JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE							
0058 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA							
2332 - APOIO AOS JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - FAJJI	02 - JUDICIÁRIA	061 - Ação Judiciária	Implantar ações de defesa dos direitos da criança e do adolescente	Os Juizados de Infância e Juventude proporão projetos, programas e planos de ação destinados exclusivamente ao desenvolvimento das políticas de atendimento à criança e ao adolescente, bem como ao reaparelhamento e aquisição de material permanente e de consumo para os juizados de infância e juventude.	CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDOS	UNIDADE	Estado do Amapá

3.3.1.1.3 – Metas Físicas e Financeiras da Ação do Programa 0058 – Proteção Social Básica

Eixo / Unidade Orçamentária / Programa / Ação	Produto	Unidade Medida	Município	2020		2021		2022		2023	
				Meta Física	Meta Financeira	Meta Física	Meta Financeira	Meta Física	Meta Financeira	Meta Física	Meta Financeira
OUTROS PODERES				-		-		-		-	
03302 - FUNDO DE APOIO AOS JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE				200	1.367.840,00	200	1.425.289,00	200	1.496.554,00	200	1.571.381,00
0058 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				200	1.367.840,00	200	1.425.289,00	200	1.496.554,00	200	1.571.381,00
2332 - APOIO AOS JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - FAJJI	CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDOS	UNIDADE	Estado do Amapá	200	1.367.840,00	200	1.425.289,00	200	1.496.554,00	200	1.571.381,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

3.4 – Resumo Geral das Metas Financeiras por Unidade Orçamentária

Eixo / Unidade Orçamentária / Programa / Público Alvo do Programa	Ação	Meta Financeira			
		2020	2021	2022	2023
OUTROS PODERES					
03101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA		390.409.579	426.410.820	472.051.987	531.743.349
0052 – GESTÃO JUDICIÁRIA E ADMINISTRATIVA					
Sociedade	2327 - ESCOLA JUDICIAL DO AMAPÁ - EJAP	1.000.000	1.100.000	1.200.000	1.300.000
	2328 - MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA - APOIO TJAP	64.937.305	72.849.782	81.711.756	91.637.167
	2330 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	810.000	846.450	884.540	924.345
	2003 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DO 2º GRAU	36.631.836	41.027.657	45.950.975	51.465.093
	2334 - PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU	263.749.221	295.399.128	330.847.023	370.548.666
	2708 – ESTRUTURAÇÃO DO FUNDO DE REGISTRO CIVIL - FEREC	189.830	197.803	207.693	218.078
0056 - MODERNIZAÇÃO E GOVERNANÇA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO					
Sociedade	2383 - RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO COM TI NAS UNIDADES DO TJAP	9.981.387	6.450.000	3.700.000	3.700.000
0059 - ESTRUTURA FÍSICA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ					
Sociedade	2382 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ADMINISTRATIVAS	5.000.000	2.817.200	2.179.000	2.971.000



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Eixo / Unidade Orçamentária / Programa / Público Alvo do Programa	Ação	Meta Financeira			
		2020	2021	2022	2023
OUTROS PODERES					
	2005 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO 1º GRAU - PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU	7.349.000	5.268.800	4.716.000	7.884.000
	2006 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO 2º GRAU	761.000	454.000	655.000	1.095.000
03301 – FUNDO DE MANUTENÇÃO E REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA		7.518.323	7.834.092	8.223.846	8.632.781
0057 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA					
Unidades do TJAP	2338 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA	7.142.406,85	7.442.387,40	7.812.653,70	8.201.141,95
	2004 - ESTRUTURAÇÃO DO FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DE MAGISTRADOS	375.916,15	391.704,60	411.192,30	431.639,05
03302 - FAJIJ		1.367.840	1.425.289	1.496.554	1.571.381
0058 - FUNDO DE APOIO AOS JUIZADOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE					
Crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social	2332 - FUNDO DE APOIO AOS JUIZADOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	1.367.840	1.425.289	1.496.554	1.571.381
TOTAL		399.295.742	435.670.201	481.772.387	541.947.511

Fonte: DEFIN, 2019, com adaptações.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Tribunal de Justiça do Estado do Amapá na elaboração do PPA 2020-2023 estabeleceu a necessária relação entre os Macrodesafios do Poder Judiciário Nacional emanados do Conselho Nacional de Justiça – CNJ com o Planejamento Estratégico do Judiciário Estadual, bem como com os Programas, Metas e Ações constantes do Plano Plurianual do Governo do Estado.

Neste sentido, foram previstas Ações voltadas à modernização tecnológica dos procedimentos adotados no âmbito desta Corte de Justiça, gestão de pessoas, infraestrutura e promoção da cidadania, a fim de aprimorar e dar maior agilidade aos serviços prestados à sociedade amapaense.

Assim, o Plano Plurianual possibilitará que a alocação de recursos nos orçamentos anuais seja coerente com os Macrodesafios do Poder Judiciário e Objetivos Estratégicos do Tribunal, visando cumprir a sua missão para sociedade de “garantir cidadania plena por meio de um sistema de justiça integrado, ágil, efetivo e acessível”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

ANEXOS

- Relação de Atividades/Projetos: valores estimativos.

A. Departamento Administrativo – **Material Permanente**

B. Departamento Administrativo – **Divisão de Engenharia – Ampliação e melhoria do espaço físico: construção, reforma, ampliação e manutenção**

C. Gabinete Militar – **Segurança Institucional**

D. Departamento de Informática e Telecomunicações - **Renovação e ampliação com Tecnologia da Informação nas Unidades do Tjap**

E. Departamento de Gestão de Pessoas – **Valorização e Reconhecimento**

-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

**A) DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
ATIVIDADES/ PROJETOS**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ	Meta Financeira				Total
	2.020	2.021	2.022	2.023	
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO					
INICIATIVAS / PROJETOS					
MATERIAIS PERMANENTES – DA	700.000,00	735.000,00	771.750,00	810.337,50	3.017.087,50
Móveis para o novo prédio das Secretarias Únicas – DA	300.000,00				300.000,00
Aquisição de pickup (10 x 130.000,00) – DA	1.300.000,00				1.300.000,00
Aquisição de veículo de passeio (10 x 58.000,00) – DA	580.000,00				580.000,00
Aquisição de veículo de carga p/almoarifado – DA	135.000,00				135.000,00
Aquisição de veículos – DA	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	3.000.000,00
TOTAIS DPT ADM	3.015.000,00	1.735.000,00	1.771.750,00	1.810.337,50	8.332.087,50

Fonte: Departamento Administrativo, 2019.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

**B) DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DIVISÃO DE ENGENHARIA
ATIVIDADES/PROJETOS**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ	Meta Financeira				Total
	2.020	2.021	2.022	2.023	
ESTRUTURA FÍSICA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ					
AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO ESPAÇO FÍSICO					
ATIVIDADES / PROJETOS					
PROJETOS DA DIVISÃO DE ENGENHARIA					
FINALIZAÇÃO DA OBRA QUE ATENDERÁ AS SECRETARIAS ÚNICAS DO TJAP (SEGUNDA ETAPA DO FÓRUM DOS JUIZADOS DA COMARCA DE MACAPÁ- AV. RAIMUNDO ALVARES DA COSTA) – Emenda Parlamentar	3.000.000,00				3.000.000,00
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA MANUTENÇÃO PREDIAL E REFORMAS DE IMÓVEIS DO TJAP	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	4.000.000,00
REFORMA GERAL NO POSTO AVANÇADO DE CUTIAS DO ARAGUARI QUE APRESENTA GRANDES PROBLEMAS	250.000,00				250.000,00
REFORMA GERAL NO POSTO AVANÇADO DO ITAUBAL DO PIRIRIM QUE APRESENTA GRANDES PROBLEMAS	250.000,00				250.000,00
REFORMA GERAL NO POSTO AVANÇADO DE PRACUUBA QUE APRESENTA GRANDES PROBLEMAS	250.000,00				250.000,00
REVITALIZAÇÃO DA FACHADA COM AMPLIAÇÃO DO TJAP SEDE – Emenda Parlamentar	2.000.000,00				2.000.000,00
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARANECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO DAS PLACAS INDICATIVA EM NOVOS AMBIENTES	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
AQUISIÇÃO DE GRUPO MOTOR GERADOR CABINADO AUTOMÁTICO DE 625 KVA PARA A NOVA SECRETARIA ÚNICA NA RAIMUNDO ALVARES DA COSTA	350.000,00				350.000,00
INSTALAÇÃO DE GRUPO MOTOR GERADOR CABINADO AUTOMÁTICO DE 625 KVA PARA A NOVA SECRETARIA ÚNICA NA RAIMUNDO ALVARES DA COSTA	200.000,00				200.000,00
AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO PEDESTAL DE 500KVA PARA A NOVA SECRETARIA ÚNICA NA RAIMUNDO ALVARES DA COSTA	80.000,00				80.000,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ	Meta Financeira				Total
	2.020	2.021	2.022	2.023	
ESTRUTURA FÍSICA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ					
AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO ESPAÇO FÍSICO					
ATIVIDADES / PROJETOS					
PROJETOS DA DIVISÃO DE ENGENHARIA					
INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO PEDESTAL DE 500KVA PARA A NOVA SECRETARIA ÚNICA NA RAIMUNDO ALVARES DA COSTA	40.000,00				40.000,00
AQUISIÇÃO DE GRUPO MOTOR GERADOR CABINADO AUTOMÁTICO DE 100 KVA PARA O FÓRUM DE MAZAGÃO	150.000,00				150.000,00
INSTALAÇÃO DE GRUPO MOTOR GERADOR CABINADO AUTOMÁTICO DE 100 KVA PARA O FÓRUM DE MAZAGÃO	90.000,00				90.000,00
AQUISIÇÃO DE GRUPO MOTOR GERADOR CABINADO AUTOMÁTICO DE 100 KVA PARA O FÓRUM DE PEDRA BRANCA	150.000,00				150.000,00
INSTALAÇÃO DE GRUPO MOTOR GERADOR CABINADO AUTOMÁTICO DE 100 KVA PARA O FÓRUM DE PEDRA BRANCA	90.000,00				90.000,00
AQUISIÇÃO DE GRUPO MOTOR GERADOR CABINADO AUTOMÁTICO DE 100 KVA PARA O FÓRUM DE TARTARUGALZINHO	150.000,00				150.000,00
INSTALAÇÃO DE GRUPO MOTOR GERADOR CABINADO AUTOMÁTICO DE 100 KVA PARA O FÓRUM DE TARTARUGALZINHO	90.000,00				90.000,00
AQUISIÇÃO DE GRUPO MOTOR GERADOR ABERTO AUTOMÁTICO DE 500 KVA PARA O FÓRUM DE SANTANA	260.000,00				260.000,00
INSTALAÇÃO DE GRUPO MOTOR GERADOR ABERTO AUTOMÁTICO DE 500 KVA PARA O FÓRUM DE SANTANA	100.000,00				100.000,00
AQUISIÇÃO DE NOBREAK PARA O FÓRUM DE SANTANA	200.000,00				200.000,00
INSTALAÇÃO DE NOBREAK PARA O FÓRUM DE SANTANA	35.000,00				35.000,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ	Meta Financeira				Total
	2.020	2.021	2.022	2.023	
ESTRUTURA FÍSICA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ					
AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO ESPAÇO FÍSICO					
ATIVIDADES / PROJETOS					
PROJETOS DA DIVISÃO DE ENGENHARIA					
NECESSIDADE DE NOVO SISTEMA ELÉTRICO DAS CARGAS DE CLIMATIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ-SEDE	100.000,00				100.000,00
SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFÉRICAS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ SEDE	150.000,00				150.000,00
AQUISIÇÃO COM INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO (CENTRAIS DE AR) PARA O PRÉDIO DAS SECRETARIAS ÚNICAS EM MACAPÁ	500.000,00				500.000,00
AQUISIÇÃO COM INSTALAÇÃO DE ELEVADOR PARA O PRÉDIO DAS SECRETARIAS ÚNICAS EM MACAPÁ	130.000,00				130.000,00
AQUISIÇÃO DE NOBREAK PARA O PRÉDIO DAS SECRETARIAS ÚNICAS NA RAIMUNDO ALVARES DA COSTA	160.000,00				160.000,00
INSTALAÇÃO DE NOBREAK PARA O PRÉDIO DAS SECRETARIAS ÚNICAS NA RAIMUNDO ALVARES DA COSTA	35.000,00				35.000,00
REFORMA GERAL NO FÓRUM CRIMINAL NA RUA MANOEL EUDÓXIO		2.000.000,00			2.000.000,00
REFORMA GERAL NO FÓRUM DA COMARCA DE OIPOQUE		750.000,00			750.000,00
AQUISIÇÃO DE GRUPO MOTOR GERADOR ABERTO AUTOMÁTICO DE 100 KVA PARA O FÓRUM DE OIAPOQUE		150.000,00			150.000,00
INSTALAÇÃO DE GRUPO MOTOR GERADOR ABERTO AUTOMÁTICO DE 100 KVA PARA O FÓRUM DE OIAPOQUE		90.000,00			90.000,00
REFORMA GERAL NO FÓRUM DA COMARCA DE MAZAGÃO		500.000,00			500.000,00
REFORMA GERAL NO FÓRUM CRIMINAL NA RUA MANOEL EUDÓXIO			2.000.000,00		2.000.000,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ	Meta Financeira				Total
	2.020	2.021	2.022	2.023	
ESTRUTURA FÍSICA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ					
AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO ESPAÇO FÍSICO					
ATIVIDADES / PROJETOS					
PROJETOS DA DIVISÃO DE ENGENHARIA					
REFORMA GERAL NO FÓRUM DA COMARCA DE OIPOQUE			750.000,00		750.000,00
REFORMA GERAL NO FÓRUM CÍVEL E FAMÍLIA NA AVENIDA FAB			2.000.000,00		2.000.000,00
REFORMA GERAL NO FÓRUM DA COMARCA DE LARANJAL DO JARI			750.000,00		750.000,00
REFORMA GERAL NO FÓRUM CÍVEL E FAMÍLIA NA AVENIDA FAB				2.000.000,00	2.000.000,00
REFORMA GERAL NO FÓRUM DA COMARCA DE LARANJAL DO JARI				750.000,00	750.000,00
REFORMA GERAL NO FÓRUM DA COMARCA DE CALÇOENE				500.000,00	500.000,00
AQUISIÇÃO DE GRUPO MOTOR GERADOR ABERTO AUTOMÁTICO DE 70 KVA PARA O FÓRUM DE CALÇOENE				100.000,00	100.000,00
INSTALAÇÃO DE GRUPO MOTOR GERADOR ABERTO AUTOMÁTICO DE 70 KVA PARA O FÓRUM DE CALÇOENE				50.000,00	50.000,00
REFORMA GERAL NO FÓRUM DA COMARCA DE AMAPÁ				100.000,00	100.000,00
AQUISIÇÃO DE GRUPO MOTOR GERADOR ABERTO AUTOMÁTICO DE 70 KVA PARA O FÓRUM DE AMAPÁ				100.000,00	100.000,00
INSTALAÇÃO DE GRUPO MOTOR GERADOR ABERTO AUTOMÁTICO DE 70 KVA PARA O FÓRUM DE AMAPÁ				50.000,00	50.000,00
REFORMA GERAL NO FÓRUM DA COMARCA DE TARTARUGALZINHO				750.000,00	750.000,00
CONSTRUÇÃO EM ÁREA ALTA DE NOVO FÓRUM DA COMARCA DE FERREIRA GOMES				1.500.000,00	1.500.000,00
AQUISIÇÃO DE GRUPO MOTOR GERADOR ABERTO AUTOMÁTICO DE 70 KVA PARA O FÓRUM DE FERREIRA GOMES				100.000,00	100.000,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ	Meta Financeira				Total
	2.020	2.021	2.022	2.023	
ESTRUTURA FÍSICA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ					
AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO ESPAÇO FÍSICO					
ATIVIDADES / PROJETOS					
PROJETOS DA DIVISÃO DE ENGENHARIA					
INSTALAÇÃO DE GRUPO MOTOR GERADOR ABERTO AUTOMÁTICO DE 70 KVA PARA O FÓRUM DE FERREIRA GOMES				50.000,00	50.000,00
REFORMA GERAL NO FÓRUM DA COMARCA DE PORTO GRANDE				750.000,00	750.000,00
AQUISIÇÃO DE GRUPO MOTOR GERADOR ABERTO AUTOMÁTICO DE 70 KVA PARA O FÓRUM DE PORTO GRANDE				100.000,00	100.000,00
INSTALAÇÃO DE GRUPO MOTOR GERADOR ABERTO AUTOMÁTICO DE 70 KVA PARA O FÓRUM DE PORTO GRANDE				50.000,00	50.000,00
REFORMA GERAL NO FÓRUM DA COMARCA DE PEDRA BRANCA				750.000,00	750.000,00
REFORMA GERAL NO POSTO AVANÇADO DA COMARCA DE SERRA DO NAVIO				500.000,00	500.000,00
REFORMA GERAL NO FÓRUM DA COMARCA DE VITÓRIA DO JARI				750.000,00	750.000,00
AQUISIÇÃO DE GRUPO MOTOR GERADOR ABERTO AUTOMÁTICO DE 70 KVA PARA O FÓRUM DE VITÓRIA DO JARI				100.000,00	100.000,00
INSTALAÇÃO DE GRUPO MOTOR GERADOR ABERTO AUTOMÁTICO DE 70 KVA PARA O FÓRUM DE VITÓRIA DO JARI				50.000,00	50.000,00
REFORMA GERAL NO POSTO AVANÇADO DA COMARCA DE LOURENÇO				500.000,00	500.000,00
REFORMA DE REVITALIZAÇÃO NO FÓRUM DA COMARCA DE SANTANA				300.000,00	300.000,00
CONSTRUÇÃO DO ESTACIONAMENTO PROVISÓRIO DO FÓRUM DA COMARCA DE MACAPÁ (AV. DUQUE DE CAXIAS) – Emenda Parlamentar	250.000,00				250.000,00
SISTEMA DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTÁICA – PRÉDIO SEDE DO TJAP – Emenda Parlamentar		1.000.000,00			1.000.000,00
SISTEMA DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTÁICA- FÓRUM FAB E COMARCA DE SANTANA – Emenda Parlamentar		2.000.000,00			2.000.000,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ	Meta Financeira				Total
	2.020	2.021	2.022	2.023	
ESTRUTURA FÍSICA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ					
AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO ESPAÇO FÍSICO					
ATIVIDADES / PROJETOS					
PROJETOS DA DIVISÃO DE ENGENHARIA					
CONSTRUÇÃO DA SEDE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ – Emenda Parlamentar	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	4.000.000,00
TOTAIS DIENF	11.110.000,00	8.540.000,00	7.550.000,00	11.950.000,00	39.150.000,00

Fonte: Departamento Administrativo, 2019.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

**C) GABINETE MILITAR
EXECUTAR AÇÕES DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
ATIVIDADES/PROJETO**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ	Meta Financeira				Total
	2.020	2.021	2.022	2.023	
GABINETE MILITAR					
INICIATIVAS/PROJETO: EXECUTAR AÇÕES DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL					
Aquisição de veículos - Motocicletas para uso em policiamento – Gabmilitar	70.000,00	-	-	-	70.000,00
Aquisição de veículos - Automóvel com proteção blindada- Gabmilitar	200.000,00	-	-	-	200.000,00
Aquisição de Equipamentos - EPI – Algemas - Gabmilitar	9.940,00	-	-	-	9.940,00
Aquisição de Equipamentos - Armamento – Pistolas eletrochoque - Gabmilitar	13.200,00	-	-	-	13.200,00
Segurança patrimonial eletrônica - Controle de acesso através de sistema de radiofrequência - Gabmilitar	120.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	480.000,00
Investimento em segurança pessoal - Curso de segurança pessoal p/magistrados e serventuários - Gabmilitar	69.000,00	69.000,00	69.000,00	69.000,00	276.000,00
Aquisição de Equipamentos - Aparelhos de radiocomunicação - Gabmilitar	99.120,00	-	-	-	99.120,00
Aquisição de Equipamentos - Armamento – Pistola calibre .40 - Gabmilitar	66.000,00	-	-	-	66.000,00
Aquisição de Equipamentos - Armamento – Espingarda calibre 12 - Gabmilitar	25.000,00	-	-	-	25.000,00
Aquisição de Equipamentos - Armamento – Carabina calibre .40 - Gabmilitar	25.200,00	-	-	-	25.200,00
Aquisição de Equipamentos - Equipamentos de Intelig. e C/Intelig. - Gabmilitar	60.000,00	-	-	-	60.000,00
Aquisição de veículos - Automóvel para uso em policiamento - Gabmilitar	160.000,00	-	-	-	160.000,00
Aquisição de veículos - Automóvel descaracterizado - Gabmilitar	80.000,00	-	-	-	80.000,00
Coletes de proteção balística - Nível II.	75.825,00	-	-	60.000,00	135.825,00
Portal detector de metais	30.000,00	30.000,00	-	-	60.000,00
Equipamentos SCANNERS/RAIOS-X	-	180.000,00	-	-	180.000,00
TOTAIS GABINETE MILITAR	1.103.285,00	399.000,00	189.000,00	249.000,00	1.940.285,00

Fonte: Gabinete Militar, 2019.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

D) DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÃO - DEINTEL
ATIVIDADES/PROJETOS:RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO COM TI NAS UNIDADES DO TJAP

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ	Meta Financeira				Total
	2.020	2.021	2.022	2.023	
DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÃO - DEINTEL					
ATIVIDADES/PROJETOS:RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO COM TI NAS UNIDADES DO TJAP					
SERVIÇO DE GARANTIA E SUPORTE ON SITE DE 02 STORAGES EMC-DELL DO TJAP-CONTRATO 03-2019 (PJE)	333.200,00	-	-	-	333.200,00
LICENCIAMENTO VMWARE - ATUALIZAÇÃO E EXPANSÃO	600.000,00	-	-	-	600.000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS	183.000,00	-	-	-	183.000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MESAS DE SOM	40.000,00	-	-	-	40.000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SCANNER DE MESA (PJE)	474.000,00	-	-	-	474.000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SEGUNDA TELA (PJE)	100.000,00	-	-	-	100.000,00
RENOVAÇÃO DE GARANTIA DE SERVIDORES DE CHASSI (BLADE) E RACK HP E DELL (PJE)	200.000,00	-	-	-	200.000,00
NOVO DATA CENTER SITE BACKUP (PJE)	1.700.000,00	-	-	-	1.700.000,00
AQUISIÇÃO DE CERTIFICADO DIGITAL TIPO A3 - MAGISTRADOS E SERVIDORES (PJE)	50.000,00	-	-	-	50.000,00
SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS DOS POSTOS AVANÇADOS DO TJAP (NOVO)	120.000,00	-	-	-	120.000,00
SERVIÇO DE INTERNET - LINK DE COMUNICAÇÃO DE DADOS REDUNDANTE (NOVO) (PJE)	84.000,00	-	-	-	84.000,00
SERVIÇO DE CORREIO ELETRÔNICO DO TJAP - CONTRATO 037-2017	50.676,00	-	-	-	50.676,00
SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS DA COMARCA DE LARANJAL DO JARI - CONTRATO 047-2016	66.000,00	-	-	-	66.000,00
SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS DA COMARCA DE VITÓRIA DO JARI - CONTRATO 02-2017	79.200,00	-	-	-	79.200,00
SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL DO TJAP - CONTRATO 017-2016	185.021,00	-	-	-	185.021,00
SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS CAPITAL E INTERIOR - CONTRATO 029-2015	515.579,00	-	-	-	515.579,00
SERVIÇO DE INTERNET E LINK DE DADOS DE OPQ - CONTRATO 030-2015	267.584,00	-	-	-	267.584,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ	Meta Financeira				Total
	2.020	2.021	2.022	2.023	
DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÃO - DEINTEL					
ATIVIDADES/PROJETOS:RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO COM TI NAS UNIDADES DO TJAP					
SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA DO TJAP- CONTRATO 028-2017	232.689,00	-	-	-	232.689,00
SERVIÇO DE VIDEOCONFERÊNCIA - CONTRATO 026-2017	130.000,00	-	-	-	130.000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LICENÇAS MICROSOFT OFFICE 2016	152.000,00	-	-	-	152.000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PROJETORES MULTIMÍDIA	22.000,00	-	-	-	22.000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MICROFONES GOOSENECK	20.000,00	-	-	-	20.000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MICROFONES SEM FIO	4.000,00	-	-	-	4.000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA	5.000,00	-	-	-	5.000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE IMPRESSORA LASER COLORIDA	40.000,00	-	-	-	40.000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAL	32.580,00	-	-	-	32.580,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS LASER MONOCROMÁTICA	85.000,00	-	-	-	85.000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE NOBREAKS DE 1.2KVA	200.000,00	-	-	-	200.000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES	670.000,00	-	-	-	670.000,00
AQUISIÇÃO DE SERVIDORES DE BANCO DE DADOS CAPITAL(PJE)	100.000,00	-	-	-	100.000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE DISCOS PARA SERVIDORES DE BANCO DE DADOS CAPITAL E INTERIOR (PJE)	50.000,00	-	-	-	50.000,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ	Meta Financeira				Total
	2.020	2.021	2.022	2.023	
DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÃO - DEINTEL					
ATIVIDADES/PROJETOS:RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO COM TI NAS UNIDADES DO TJAP					
AQUISIÇÃO DE SERVIDORES DE BACKUP DE BANCO DE DADOS PARA AS COMARCAS DO INTERIOR- DESIS	250.000,00	-	-	-	250.000,00
AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE TELEFONIA VOIP E GATEWAY PARA SISTEMA DE TELEFONIA	100.000,00	-	-	-	100.000,00
AQUISIÇÃO DE PLATAFORMA DE GOVERNANÇA (GERENCIAMENTO DE PROJETOS, GERENCIAMENTO DE DEMANDAS, GERENCIAMENTO DE INCIDENTES, GERENCIAMENTO DE MUDANÇAS, INVENTÁRIO DE EQUIPAMENTOS, REGISTRO DE CHAMADOS).	100.000,00	-	-	-	100.000,00
AQUISIÇÃO DE LAMINAS PARA SERVIDOR BLADE(PJE)	200.000,00	-	-	-	200.000,00
CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO COLABORATIVA EM NUVEM (E-MAIL, CLOUD PARA ARMAZENAMENTO, OFFICE, AGENDA, VIDEOCONFERÊNCIA)	400.000,00	-	-	-	400.000,00
AQUISIÇÃO DE LICENÇAS PARA SERVIDORES MICROSOFT WINDOWS SERVER	200.000,00	-	-	-	200.000,00
UPGRADE DAS ESTAÇÕES DE TRABALHO IMAC DEINTEL E DESIS	90.000,00	-	-	-	90.000,00
AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE MICROSOFT CAL (CLIENT ACCESS LICENSE)	150.000,00	-	-	-	150.000,00
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TESTE DE INTRUSÃO – PENTEST(PJE)	50.000,00	-	-	-	50.000,00
AQUISIÇÃO DE SERVIDORES FIREWALLS PARA AS COMARCAS DO INTERIOR	150.000,00	-	-	-	150.000,00
EXPANSÃO DA PLATAFORMA HPE IMC - LICENÇA DE SOFTWARE	50.000,00	-	-	-	50.000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SWITCHS (TJAP SEDE, COMARCAS, JUIZADOS, FÓRUM DE MCP E PRÉDIO DAS SECRETARIAS ÚNICAS)(PJE)	500.000,00	-	-	-	500.000,00
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E LICENÇAS PARA EXPANSÃO DA REDE SEM FIO CORPORATIVA - FORUM MACAPA	100.000,00	-	-	-	100.000,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ	Meta Financeira				Total
	2.020	2.021	2.022	2.023	
DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÃO - DEINTEL					
ATIVIDADES/PROJETOS:RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO COM TI NAS UNIDADES DO TJAP					
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA TERCEIRIZADA PARA SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA DE REDES COM FORNECIMENTO DE MATERIAL	150.000,00	-	-	-	150.000,00
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DE TIC (REDES E MICROINFORMÁTICA)	80.000,00	-	-	-	80.000,00
EXPANSÃO DO LICENCIAMENTO CLEAR-PASS (MONITORAMENTO E AUTENTICAÇÃO DE USUÁRIOS WIFI)	40.000,00	-	-	-	40.000,00
CONTRATAÇÃO DE AUDITORIA PARA AUTORIDADE DE REGISTRO (AR) DO TJAP	15.000,00	-	-	-	15.000,00
AQUISIÇÃO DE CERTIFICADO DIGITAL TIPO A1 SSL(PJE)	15.000,00	-	-	-	15.000,00
AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO PARA ARMAZENAMENTO DE VIDEOCONFERÊNCIA, GRAVAÇÃO DE AUDIOVISUAL DE AUDIÊNCIAS E SESSÕES PLENÁRIAS	200.000,00	-	-	-	200.000,00
ATUALIZAÇÃO DE LICENÇA ANUAL DA FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE - SCRIPTCASE.	30.000,00	-	-	-	30.000,00
SERVIÇO DE TIC - PROTOCOLIZADOR DIGITAL	38.400,00	-	-	-	38.400,00
SERVIÇO DE TIC - Suporte PostgreSQL(PJE)	131.458,00	-	-	-	131.458,00
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO	150.000,00	-	-	-	150.000,00
TOTAIS DEINTEL - 2020	9.981.387,00	-	-	-	9.981.387,00

Fonte: DEINTEL, 2019.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

D) DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÃO - DEINTEL
ATIVIDADES/PROJETOS:RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO COM TI NAS UNIDADES DO TJAP

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ	Meta Financeira				Total
	2.020	2.021	2.022	2.023	
DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÃO - DEINTEL					
ATIVIDADES/PROJETOS:RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO COM TI NAS UNIDADES DO TJAP					
Solução de processamento (servidores, blades)(PJE)	-	500.000,00	500.000,00	500.000,00	1.500.000,00
Solução de armazenamento (hiperconvergência, storages)(PJE)	-	600.000,00	600.000,00	600.000,00	1.800.000,00
Licença de software (sistemas operacionais)	-	300.000,00	300.000,00	300.000,00	900.000,00
Serviços/Consultorias (segurança da informação, governança, redes, compliance)	-	100.000,00	100.000,00	100.000,00	300.000,00
Licença de software virtualizadores(PJE)	-	200.000,00	200.000,00	200.000,00	600.000,00
Aquisição de Vídeo Wall (Solução de telões para NOC)	-	200.000,00	-	-	200.000,00
Aquisição de Switchs e acessórios(PJE)	-	250.000,00	250.000,00	250.000,00	750.000,00
Aquisição de pontos de acesso Wifi (equipamento e licenças)	-	100.000,00	100.000,00	100.000,00	300.000,00
Licença de software (gestão de infraestrutura, redes)	-	50.000,00	50.000,00	50.000,00	150.000,00
Aquisição de equipamentos para telefonia (telefones, gateway GSM, gateway de voz)	-	150.000,00	150.000,00	150.000,00	450.000,00
Renovação de garantia de equipamentos (switchs, servidores, storages)(PJE)	-	400.000,00	400.000,00	400.000,00	1.200.000,00
Contratação de serviço de armazenamento em nuvem(PJE)	-	200.000,00	200.000,00	200.000,00	600.000,00
Serviço de solução colaborativa (e-mail, armazenamento em nuvem, pacote office, agenda, videoconferência)	-	400.000,00	400.000,00	400.000,00	1.200.000,00
Serviço terceirizado de infraestrutura de redes	-	200.000,00	200.000,00	200.000,00	600.000,00
Serviço de tarifação e gestão do VOIP	-	100.000,00	100.000,00	100.000,00	300.000,00
Treinamentos e Cursos(PJE)	-	100.000,00	100.000,00	100.000,00	300.000,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ	Meta Financeira				Total
	2.020	2.021	2.022	2.023	
DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÃO - DEINTEL					
ATIVIDADES/PROJETOS:RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO COM TI NAS UNIDADES DO TJAP					
Aquisição de certificados digitais(PJE)	-	50.000,00	50.000,00	50.000,00	150.000,00
Aquisição de Firewalls para as Comarcas do Interior	-	150.000,00	-	-	150.000,00
Aquisição de servidores (Emenda Parlamentar)(PJE)	-	800.000,00	-	-	800.000,00
Aquisição de storage (Emenda Parlamentar)(PJE)	-	700.000,00	-	-	700.000,00
Aquisição de solução Next generation Firewall (Emenda Parlamentar)(PJE)	-	400.000,00	-	-	400.000,00
Aquisição de Switchs(Emenda Parlamentar)(PJE)	-	500.000,00	-	-	500.000,00
PROJETOS 2020 (Pg. 81)	9.981.387,00	-	-	-	9.981.387,00
TOTAIS DEINTEL	9.981.387,00	6.450.000,00	3.700.000,00	3.700.000,00	23.831.387,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

D) DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÃO - DEINTEL
ATIVIDADES/PROJETOS:RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO COM TI NAS UNIDADES DO TJAP

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ	Meta Financeira				Total
	2.020	2.021	2.022	2.023	
DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÃO - DEINTEL					
ATIVIDADES/PROJETOS:RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO COM TI NAS UNIDADES DO TJAP					
Microcomputador Desktop com monitor		795.415,00	795.415,00	795.415,00	3.051.670,00
Monitor de vídeo 19,5" - 2ª Tela		46.180,00	46.180,00	46.180,00	237.827,00
Nobreak de 1,2 Kva para micro		107.688,80	107.688,80	107.688,80	519.942,40
Impressora monofuncional		54.014,42	54.014,42	54.014,42	246.631,88
Impressora multifuncional		48.899,70	-	-	81.499,50
Impressora a laser colorida		-	-	40.000,00	80.000,00
Amplificador de potência		9.500,00	-	-	14.250,00
Microfone sem fio - Kit c/2 unidades		6.500,00	-	-	10.400,00
Scanner de mesa(PJE)		-	-	295.900,00	769.340,00
Microfone gooseneck		-	20.000,00	-	40.000,00
Mesa de som 12 canais		36.000,00	-	-	60.000,00
Projektor multimídia		63.600,00	-	-	84.800,00
Notebook		182.500,00	-	-	365.000,00
Mesas de som para plenários		20.000,00	-	-	36.000,00
Licença perpétua microsoft office 2016		-	-	-	151.200,00
Aquisição de equipamentos para sonorização dos Plenários do TJAP		-	-	-	200.000,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ	Meta Financeira				Total
	2.020	2.021	2.022	2.023	
DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÃO - DEINTEL					
ATIVIDADES/PROJETOS:RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO COM TI NAS UNIDADES DO TJAP					
Aquisição de 300 microcomputadores e 300 nobreaks (Emenda parlamentar)	1.042.000,00	-	-	-	1.042.000,00
Aquisição de 100 impressoras e 200 scanners (Emenda Parlamentar)	500.000,00	-	-	-	500.000,00
Aquisição de 100 notebooks (Emenda Parlamentar)	350.000,00	-	-	-	350.000,00
TOTAIS DEINTEL	1.892.000,00	1.440.297,92	1.093.298,22	1.409.198,22	5.834.794,36



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

E) DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS – VALORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO
ATIVIDADES / PROJETOS

ITEM	DESCRIÇÃO	SIM	NÃO	QTDE/VERBA	2.020	2.021	2.022	2.023	Nota Explicativa
1	DESPESA COM PESSOAL								
1.1	Aumentará o número de Desembargadores?			5.280.735,69		1.695.855,71	1.759.450,30	1.825.429,68	01. Custo atual de 01 Gabinete de Desembargador. 02. José: calculou o custo atual (jun/2019) por gabinete de desembargador, conforme planilha 1.1 Gab. Desemb. 03. Job/César: informação de que a gestão prevê acréscimo de 01 vaga; 04. Correção para 2023: José/Adenilson
1.2	Concurso para Magistrados será realizado?			700.000,00	700.000,00				Diego: Corregedoria (Dra. Livia) prevê no orçamento 2020 realização de concurso para magistratura. Verificado, junto a Iranete, no sistema de gestão orçamentária, existe, ligado à presidência, a previsão de 700 mil para 2020 para realização do concurso.
1.3	Cargos de Magistrados serão providos?			12.141.503,14		501.672,60	5.712.800,26	5.927.030,27	11 vagas (informação Wellison). 2020-2021: realização do concurso/acadêmico da magistratura; 2022: juiz substituto
1.4	Concurso para Servidores será realizado?						2.000.000,00		concurso para servidor é autosustentável (2014 - R\$ 1.578.000 p/ até 15.000 inscrições)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	SIM	NÃO	QTDE/VERBA	2.020	2.021	2.022	2.023	Nota Explicativa
1.5	Cargos de Servidores serão providos?							27.141.366,59	50 servidores em razão do 3º assessor + Projeção de 100 aposentadorias, de um total de 165 aptos até 2023. + Projeção de turn-over de 30 servidores total 180
1.6	Concurso para Cartorários Extra-Judiciais será realizado?								
1.7	Cargos de Cartorários Extra-Judiciais serão providos?								
1.8	Haverá criação de Cargos e/ou Funções, Auxílios e/ou Gratificações ou alteração na estrutura da carreira de Magistrados?				X	X	X	X	
1.9	Haverá criação de Cargos e/ou Funções, Auxílios e/ou Gratificações ou alteração na estrutura da carreira de Servidores?								Res. 219. Equalizar a distribuição de cargos e funções. Item 6.18, incluindo-se possível aumento de despesas com cargos e funções decorrentes da Res. 282/2019 – CNJ.
1.10	Existe previsão de elevação de Teto Constitucional?			169.299.588,99	39.943.632,62	41.541.377,93	43.099.179,60	44.715.398,84	No mínimo a inflação do período. -Quadro em 4/7/2019: Desembargadores: 9 Juiz EF: 44 Juiz EI: 14 Juiz Substituto: 9 Total: 76 magistrados
1.11	Existe previsão de Aumento Real de Subsídios de Magistrados?								
1.12	Existe previsão de provimento de datas-bases de Servidor?			47.499.404,21	11.135.475,00	11.658.842,33	12.125.196,02	12.579.890,87	
1.13	Existe previsão de Aumento Real de Salário de Servidores?			10.513.950,21	2.480.604,75	2.579.828,94	2.676.572,53	2.776.943,99	1% a cada ano



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	SIM	NÃO	QTDE/VERBA	2.020	2.021	2.022	2.023	Nota Explicativa
1.14	Planos de Aposentadoria Incentivada para Magistrados e Servidores serão formulados?			34.899.765,23	8.229.948,00	8.559.145,92	8.888.673,04	9.221.998,28	
1.15	Plano de Cargos e Salários de Servidores (PCS) será revisto?								Valores descritos no item 6.15
1.16	Será adotada Política de Terceirização para cargos técnicos especializados?			16.238.462,50	4.000.000,00	4.040.000,00	4.079.000,00	4.119.462,50	Estimativa para terceirização para cargos técnicos especializados, incluindo-se pessoal necessário à implementação do PJE.
1.17	Quantas, quais e em que intensidade Decisões em processos judiciais impactarão o Orçamento futuro do Poder Judiciário?								Hora a mais; Promoção 2016 (6.16 e 6.17)
1.18	Quais são as dívidas fundadas e seus impactos orçamentários/financeiros?			931.392,80	832.000,00	33.280,00	32.448,00	33.664,80	IR, INSS, CPTS ex-bolsistas
1.19	Existe algum retroativo a ser pago à Magistrados?								Item 6.11
1.20	Existe algum retroativo a ser pago à Servidores?			1.000.000,00		1.000.000,00			2.84%.
6	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL								
6.1	Plano de Saúde - Cota TJAP			50.642.370,00	10.357.070,00	12.413.636,00	13.655.000,00	14.216.664,00	2020 -incremento de 260 vidas pelo ingresso 65 serv. (1:3-! Serv;3dep) concurso 2014 acrescido da correção de 10% apartir de 07/2020 ; 2021 - incremento de 200 vidas (3º Ass. Jur.) + 10% correc 2º sem; 2022 somenete a correc. 10% 2º sem; 2023 incremento 200 vidas poir ingresso 50 servidores concurso + 10%
6.2	Menor Aprendiz			6.160.499,00	1.453.475,00	1.511.614,00	1.568.299,00	1.627.111,00	projeção para 100 aprendizes, conforme valor médio da cotação de preços realizada pela CLC



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	SIM	NÃO	QTDE/VERBA	2.020	2.021	2.022	2.023	Nota Explicativa
6.3	Estágio Nível Superior			11.470.128,00	2.691.480,00	2.794.608,00	2.903.088,00	3.080.952,00	projeção de 200 estagiários com bolsa igual a 1 SM
6.4	Estagio Nível Médio			3.080.148,00	721.740,00	750.504,00	777.744,00	830.160,00	projeção para 100 estagiários Nível Médio com bolsa equivalente à aprendizagem (50% do SM)
6.5	Ergonomia			1.381.000,00	331.000,00	350.000,00	350.000,00	350.000,00	Dotar todas as estações de trabalho com conj.,ergonômicos (mesas,cadeiras, apoio p/ pés e punhos)
6.6	Premio produtividade			7.205.386,25	1.700.000,00	1.768.000,00	1.834.300,00	1.903.086,25	Valor equivalente a 10% de uma folha mensal. Correção:
6.7	Qualidade de Vida no Trabalho			2.500.000,00	625.000,00	625.000,00	625.000,00	625.000,00	Implementação da política de saúde e qualidade de vida nos termos da Res. 2007/2015-CNJ
6.8	Gestão por Competências			1.000.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	Projetos de Competências e desenvolvimento organizacional
6.9	Crescimento Vegetativo da Folha			14.962.909,71	3.604.602,33	3.693.834,20	3.785.328,60	3.879.144,58	
6.10	Promoção de servidores			388.296,87	185.931,18		202.365,69		
6.11	Correção PAE Magistrado			18.993.137,64		6.331.045,88	6.331.045,88	6.331.045,88	Valores atual. Até 31/05/2019
6.12	Correção Pensionista de Magistrados			X	X	X	X	X	
6.13	Abono Pecuniário			28.255.710,26	6.666.500,00	6.933.160,00	7.193.153,50	7.462.896,76	1/3 de uma folha (16mi)
6.14	Correção da Remuneração de Cargo em Comissão/Efetivo			30.142.424,97		9.679.939,78	10.042.937,52	10.419.547,67	Forma de pagamento optante: remuneração integral do cargo efetivo + representação CDSJ
6.15	PCS (Item 1.15)			44.213.750,00			21.700.000,00	22.513.750,00	10% da FP jan/2022 + cresc. vegetativo + reajuste projetado + aumento real * (vezes 13,5 (férias e 13º).)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	SIM	NÃO	QTDE/VERBA	2.020	2.021	2.022	2.023	Nota Explicativa
6.16	Hora a mais (Item 1.20)			78.183.907,61		72.634.200,71	2.723.782,53	2.825.924,37	Valor inicial atualizado conforme o relatório de estatística de processos - jornada de trabalho em 15/08/2017- Grupo Especial de Trabalho - Portaria nº 51.565/2017-GP
6.17	Promoção 2006 (Item 1.20)				X	X	X	X	
6.18	Equalização Res. 219			18.157.848,43	4.284.064,90	4.455.427,50	4.622.506,03	4.795.850,00	Equalização de FC, incluindo-se o que trata a Res. 282/2019-CNJ que trata dos CEJUSCs também.
6.19	3º Assessor Jurídico			39.915.102,15	9.417.354,09	9.794.048,25	10.161.325,06	10.542.374,75	Custo de provimento das vagas do cargo de assessor jurídico de 1º grau. Considerando a hipótese mais cara (servidor sem vínculo). 29 CDSJ-03 + 15 CDSJ-04.
6.20	Remuneração de Cociliadores e Mediadores			140.000,00	30.000,00	30.000,00	40.000,00	40.000,00	Estimativa em decorrência de Decisão do Pleno Administrativo, visando a implementação da Resolução 271/2018-CNJ, que fixa parâmetros de remuneração a ser paga aos conciliadores e mediadores judiciais, nos termos do disposto no art. 169 do Código de Processo Civil – Lei nº 13.105/2015 – e no art. 13 da Lei de Mediação – Lei nº 13.140/2015. Valores estimativos, podendo ocorrer remanejamento.

Fonte: DEGESP, 2019

7. SINDICATO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA – SINDOJUS-AP									
ITEM	DESCRIÇÃO	SIM	NÃO	QTDE/VERBA	2020	2021	2020	2023	NOTAS EXPLICATIVAS
7.1	Modificação da Natureza Jurídica da indenização de risco em remuneratória.			311.000,00	311.000,00	-	-	-	A proposta do SINDICATO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA – SINDOJUS-AP, dos itens a serem indicados na composição do PPA 2020/2023, no intuito de alavancarmos os quesitos relativos aos Oficiais de Justiça do Estado do Amapá
7.2	Implantação da GAE – Gratificação de Atividade Externa aos Oficiais de Justiça do Estado do Amapá.			3.200.000,00	800.000,00	800.000,00	800.000,00	800.000,00	A proposta do SINDICATO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA – SINDOJUS-AP, dos itens a serem indicados na composição do PPA 2020/2023, no intuito de alavancarmos os quesitos relativos aos Oficiais de Justiça do Estado do Amapá Podendo ser implantado em percentuais nos 04 anos de exercício do PPA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

7. SINDICATO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA – SINDOJUS-AP									
ITEM	DESCRIÇÃO	SIM	NÃO	QTDE/VERBA	2020	2021	2020	2023	NOTAS EXPLICATIVAS
7.3	Aquisição de Equipamento de Proteção Individual e o Porte/Posse de Arma			750.000,00	-	-	-	750.000,00	A proposta do SINDICATO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA – SINDOJUS-AP, dos itens a serem indicados na composição do PPA 2020/2023, no intuito de alavancarmos os quesitos relativos aos Oficiais de Justiça do Estado do Amapá
7.4	Majoração do Valor remuneratório do Plantão Judiciário bem como a sua implantação diária.			560.887,20	560.887,20	-	-	-	A proposta do SINDICATO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA – SINDOJUS-AP, dos itens a serem indicados na composição do PPA 2020/2023, no intuito de alavancarmos os quesitos relativos aos Oficiais de Justiça do Estado do Amapá

Fonte: SINDOJUS-AP, 2019.



CERTIDÃO DE JULGAMENTO Nº 3445

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25994/2019

INTERESSADO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ.

CERTIFICO que, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, no Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, reuniu-se o Egrégio Pleno Administrativo desta Corte de Justiça para a realização de sua 781ª (Septingentésima Octogésima Primeira) Sessão Ordinária.

EM PAUTA: Aprovação do Plano Plurianual 2020/2023.

DECISÃO: "O Pleno Administrativo da Egrégia Corte de Justiça do Amapá, por unanimidade, aprovou o Plano Plurianual 2020/2023, com a inclusão das sugestões apresentadas pela Desembargadora SUELI PINI, em seu voto de vistas."

PRESENTES os Desembargadores JOÃO GUILHERME LAGES MENDES (Presidente), CARMO ANTÔNIO DE SOUZA, SUELI PEREIRA PINI, MANOEL DE JESUS FERREIRA DE BRITO, ROMMEL ARAÚJO DE OLIVEIRA e EDUARDO FREIRE CONTRERAS.

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Desembargadores GILBERTO DE PAULA PINHEIRO, AGOSTINO SILVÉRIO JUNIOR e CARLOS AUGUSTO TORK DE OLIVEIRA.

Presidiu o julgamento o Excelentíssimo Senhor Desembargador JOÃO GUILHERME LAGES MENDES.

Macapá- AP, 21 de agosto de 2019.


ALESSANDRO RILSONEY DIAS DE SOUZA
Diretor-Geral/TJAP

]